

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro - Ano 17 - Nº 51
Setembro / Dezembro - 2011**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 17, Nº 51, (set./dez.2011) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 172 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Me. Cristina Alves de Brito
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segunda Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:	José Pereira da Silva
-----------------------	-----------------------

Conselho Editorial

Adriano de Souza Dias	Afrânio da Silva Garcia
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Amós Coêlho da Silva
Antônio Elias Lima Freitas	Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Claudio Cezar Henriques	Darcilia Marindir Pinto Simões
Delia Cambeiro Praça	Eduardo Tuffani Monteiro
José Mario Botelho	José Pereira da Silva
Maria Lúcia Mexias Simon	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL..... 05
1. Análise crítica de alguns tópicos da gramática normativa adotada nas escolas brasileiras – *Carlos Alberto Gonçalves Lopes* 07
2. As premissas seguidas pelo Grupo de Morfologia Histórica do Português – *Nilsa Areán-García* 20
3. Aspectos morfossintáticos do participípio latino – *José Mario Botelho* 45
4. Das noções de morfema na descrição gramatical – *Paulo Mosânio Teixeira Duarte* 66
5. Marcas do contexto do renascimento na obra pictórica de Leonardo da Vinci: uma reflexão a respeito de como utilizar imagens nas aulas de língua portuguesa – *Dante Henrique Mantovani* 79
6. O método em filologia – *José Pereira da Silva* 91
7. Pontuação: orientação de uso pela ótica dos gramáticos ao longo do tempo – *Tania Maria Nunes de Lima Camara* 113
8. Questões de linguagem e o anarquismo individualista de Max Stirner e Roland Barthes – *Regina Céli Alves da Silva* 135
9. Textos Medievais Portugueses: a contribuição de Serafim da Silva Neto para os problemas de edição – *Marina Machado Rodrigues* 155

Resenhas

1. Diferentes perspectivas dos estudos dos neologismos – *José Pereira da Silva* 167
2. As expressões populares de João Gomes – *José Pereira da Silva* 170

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 51 da *Revista Philologus*, com nove artigos e duas resenhas, dos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: Carlos Alberto Gonçalves Lopes (p. 07 a 15), Dante Henrique Mantovani (p. 75 a 86), José Mario Botelho (p. 41 a 61), José Pereira da Silva (p. 87 a 108, 163 a 165 e 166 a 168), Nilsa Areán-García (p. 16 a 40), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (p. 62 a 74), Regina Céli Alves da Silva (p. 131 a 150), Tania Maria Nunes de Lima Camara (p. 109 a 130) e Marina Machado Rodrigues (p. 151 a 162)

No primeiro artigo, o Prof. Carlos aponta algumas incoerências e contradições em gramáticas normativas tradicionais adotadas nas escolas, discutindo-as e propondo correções para melhorar a qualidade do ensino da língua portuguesa e oferecer subsídios para a elaboração de uma gramática-padrão da norma urbana culta em sua modalidade escrita.

No segundo, Nilsa discute algumas posições controversas de renomados morfólogos, concluindo e justificando a premissa que assume os sufixos como lexemas providos de significação semântica e ressaltando a diferença entre a semântica da base, a semântica do sufixo e a semântica da palavra formada.

No terceiro, Mario Botelho descreve o comportamento estilístico-sintático da forma verbo-nominal de participípio das odes do *Liber Primus*, de Horácio para comprovar que a linguagem de Horácio nessas odes se caracteriza como um uso estilístico, já que é estilístico-sintático o comportamento do participípio e das palavras com que tais formas se relacionam nelas.

No quarto, Paulo Mosânio estuda o morfema como unidade significativa mínima, signo mínimo ou forma mínima; classe de morfes e morfe, para verificar e analisar a confusão terminológica que esta polis-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

semia acarreta, além da distinção insustentável entre léxico e gramática e entre o significado lexical e o gramatical.

No quinto, Dante Henrique demonstra como é possível trabalhar elementos linguísticos na aula de língua portuguesa, tomando como ponto de partida a análise de imagens, exemplificando com o quadro *Anun-ciação*, de Leonardo Da Vinci.

No sexto, José Pereira faz uma síntese sobre o método em filologia, considerando-a em seu sentido amplo e em seu sentido restrito de crítica textual, incluindo os principais métodos da linguística românica.

No sétimo artigo, Tânia Maria, trata da relevância do emprego dos sinais de pontuação na produção de sentido dos textos, apresentando o posicionamento de iminentes gramáticos para ampliar a visão geral relativa ao assunto, incluindo a representação de marcas de oralidade.

No penúltimo, Regina Céli trata da filosofia libertária (individualista) de Roland Barthes, relacionando-a com a filosofia favorável à causa anarquista, inspirada em Max Stirner, para sustentar os princípios básicos de crítica literária que desenvolve.

Por fim, Marina arremata o volume, apreciando o livro *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*, de Serafim da Silva Neto, demonstrando sua fundamental e atual importância para a crítica textual no Brasil e em Portugal.

As duas resenhas apresentadas, ao final, registram o desenvolvimento dos estudos lexicais no Brasil, tratando da neologia em geral e nas línguas românicas e da fraseologia popular na língua portuguesa, em dois livros importantíssimos de 2010, ainda bem pouco divulgados.

Por fim, o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos agradece por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, visto ser o seu sonho produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, para os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, dezembro de 2011.

José Pereira da Silva

ANÁLISE CRÍTICA DE ALGUNS TÓPICOS DA GRAMÁTICA NORMATIVA ADOTADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB e ABRAFIL)
calbertoglopes@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de apontar algumas incoerências e contradições existentes nas gramáticas normativas tradicionais adotadas em nossas escolas, discutí-las e propor correções, não só visando melhorar a qualidade do ensino da língua portuguesa em nosso país como também oferecer subsídios para a elaboração de uma gramática-padrão da norma urbana culta em sua modalidade escrita.

Inicialmente será feita uma abordagem dos estudos gramaticais recentes, tecendo algumas considerações sobre as gramáticas mais utilizadas entre nós, sobretudo no século passado, para depois fazer uma apreciação de alguns tópicos da gramática passíveis de questionamentos, sem procurar fazer uma sistematização exaustiva do assunto. Nesse caso, buscar-se-á traçar apenas um roteiro coerente a partir da fonologia, passando pela morfologia e concluindo com a sintaxe, de modo a propiciar uma visão panorâmica do objeto de nossa apreciação.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Gramática. Didática de português.

Antes de qualquer abordagem crítica que se faça sobre as principais gramáticas que circulam em nosso meio, é necessário tecer algumas considerações não só de ordem doutrinária como também pedagógica para que também se possa entender a situação desastrosa em que se encontra o ensino e o estudo da língua portuguesa em nosso país.

Começando por esclarecer o que se entende por gramática, dado o caráter polissêmico do termo, aqui concebemos por gramática, não apenas uma simples descrição da língua, e muito menos um conjunto de estruturas internalizadas que todo falante nativo teria da sua língua, mas sim um conjunto de normas ou regras de bem escrever ou falar de uma variedade de línguas de cultura (a portuguesa, em nosso caso), extraídas

das melhores publicações jornalísticas, de textos jurídicos ou de trabalhos acadêmicos de real valor científico, e não criadas pela imaginação de quem quer que seja ou abonadas por textos literários, já que o texto literário tem compromisso com a estética e não com o padrão culto de língua. A propósito, Carvalho (2007, p. 30), com muita propriedade e lucidez crítica, diz que

É hora de reconhecer que a literatura em língua portuguesa não é para o português o que a literatura latina foi para o estudo do latim. Os escritores latinos eram o único meio que os filólogos tinham à sua disposição para o estudo da gramática do latim clássico. Reformular esse princípio metodológico de citação de escritores como abono de regras da norma culta é a primeira condição, necessária, para a elaboração de uma gramática da língua portuguesa.

Conclui-se daí que uma boa gramática baseia-se em fatos linguísticos induzidos (jamais deduzidos) recolhidos dos textos ou da linguagem coloquial culta, sendo exemplo, com ressalvas, desse modelo de gramática, as gramáticas de Rocha Lima, Celso Cunha e Evanildo Bechara. Fora disso, com algumas exceções, o que vamos encontrar são gramatiquinhos e um número cada vez maior de palpites, sem compromisso com os bons textos, com a pesquisa séria e confiável feita em cima de obras fidedignas, os quais ignoram que a norma linguística é consuetudinária e induzida, jamais deduzida.

Infelizmente, hoje, praticamente já não se estuda mais gramática, fato este reconhecido desde os idos de 1981, e até antes dessa data, pelo professor Gladstone Chaves de Melo, ao confessar que, num movimento oposto ao ensino equivocado da análise sintática pela análise sintática, as escolas enveredavam “no vício contrário: nada de gramática, nem de normas, nem de bons modelos. Só a linguagem coloquial distensa, o noticiário dos jornais, as letras de músicas populares, em que não raro entram as gírias dos cafajestes e dos palhaços de televisão”. E, mais adiante, conclui:

Com tudo isso, a língua vai sendo esquecida e espezinhada. A maior parte das pessoas ditas cultas, entre as quais se encontram até escritores oficialmente reconhecidos, escrevem mal, viciosamente, pobremente, canhestamente, são incapazes de encontrar a forma adequada à expressão do pensamento ou do sentimento. (MELO, 1981, p. 204).

Agora, é preciso esclarecer que nem sempre foi assim. A docência da gramática nas escolas de ensino fundamental e médio foi valorizada e predominou até mais ou menos 1965, tendo sido relegada a segundo plano ou abandonada a partir daí sob a alegação falsa de ser viável o domínio da língua sem o estudo sistemático da sua gramática. Isso explica o

surgimento dos livros de interpretação de texto até 1989 e, depois, até hoje, das redações “criativas” (GIRON, 2002, p. 38).

E o responsável por tudo isso, isto é, por essa mudança de procedimento pedagógico, tudo leva a crer, foi, dentre outros, o movimento Construtivista em nossa educação, que ganhou força durante a década de 1970, época em que os textos de Piaget e de Vigotsky foram amplamente divulgados, virando moda no Brasil.

Ocorre, todavia, de acordo com Bortoloti (2010, p. 118-122), que o construtivismo tem sido desacreditado e abandonado por vários países que constataram o fracasso dessa teoria pedagógica, observando que “hoje, são poucos os países entusiastas do construtivismo. Entre eles, estão todos os de pior desempenho nas avaliações internacionais de educação”. Então, o problema está mesmo no abandono da gramática. Isso, porque, enquanto no ensino tradicional você aprende as regras da gramática pela explicitação e aplicação delas, no ensino moderno construtivista o estudante deve assimilar as estruturas da língua e suas regras como por osmose, indiretamente, isto é, pela leitura à exaustão dos textos onde elas aparecem.

A verdade é que esse procedimento não funciona de modo satisfatório, e muito menos pode levar o aprendiz ao pleno domínio da norma culta, à plena compreensão do texto, fato este já comprovado, principalmente se for levado em conta que em dezembro de 2001 foi divulgado o resultado de uma prova de capacidade de leitura do “Programa Internacional de Avaliação de Alunos” em que dos 265 mil estudantes de 15 anos de 32 países que prestaram o teste, os brasileiros chegaram em último lugar” (*Id., ibid.*, p. 37). Por outro lado, Ioschpe (2010, p. 118-119) em seu ensaio denominado “Brasil: a primeira potência de semiletrados?” revela de forma chocante, e preocupante, que “a maioria dos brasileiros não se dá conta de quão ruim é a educação nacional”. Diz ele que uma pesquisa de 2009 sobre alfabetização, feita pelo Instituto Paulo Montenegro, mostrou que apenas 25% da população adulta brasileira é plenamente alfabetizada. E, concluindo, afirma: “Deixe-me repetir: só ¼ dos brasileiros conseguiria ler e entender um texto como este” (*Id., ibid.*).

Além disso, o argumento de que não é necessário o estudo da gramática para se dominar uma língua, por haver exímios usuários da língua (inclusive escritores) que nunca estudaram gramática, cai por terra em virtude de haver também excelentes pianistas que nunca estudaram teoria musical, sem que por isso seja admissível advogar a abolição de

tais estudos. Isso se torna evidente ao se constatar que tais pianistas só sabem tocar músicas conhecidas, e, mesmo assim, de ouvido, pois não adquiriram competência para ler sequer uma partitura musical.

Por outro lado, como é possível adquirir habilidade e competência para se interpretar um texto sem conhecimento gramatical, principalmente se considerarmos que a gramática é que vai oferecer os dados da língua, a ferramenta necessária para o trabalho de interpretação textual, sem a qual se torna inviável a compreensão integral do texto lido?

A realidade, por conseguinte, da docência da língua portuguesa, é que o problema está em outro lugar, mais precisamente em não se saber ensinar a gramática, o que parece confirmar a conhecida frase de Bernard Shaw, segundo o qual “quem sabe faz, quem não sabe ensina”. A propósito, os gregos deixaram um exemplo de docência da linguagem, que vale a pena ser seguido, no qual o sistema da língua (a gramática) era ensinada não isoladamente, mas juntamente com a prática da escrita (a dialética) e com a prática da adequação do discurso ao receptor (a retórica).

Também não se pode deixar de esclarecer o equívoco de alguns linguistas, segundo os quais a norma culta não deve ser imposta e, por isso mesmo, não se deve corrigir o dialeto do aluno, mas aceitar todas as variedades dialetais em qualquer ambiente linguístico, como se vivêssemos num mundo anárquico do vale tudo e cada falante pudesse se expressar como bem entende. Ora, a realidade não é bem assim. Todos sabemos que a comunicação é a alma do negócio e que erros de português podem arrasar com a imagem e até mesmo com a credibilidade de uma pessoa. Além disso, é preciso reconhecer que desprezar o ensino da gramática sob a alegação falsa de que não se deve substituir o dialeto do aluno pelo da classe dominante, pois toda variedade de expressão é válida e não existe nenhuma variedade linguística que seja superior a outra, é não só cercear o direito do aprendiz de ascender socialmente e melhorar de vida, como também uma atitude inconcebível de preconceito contra a gramática. É claro que dentro do nosso grupo social estamos livres para optar pela variedade dialetal dele. Mas se nos dirigimos a uma coletividade maior, e desigual em termos dialetais, somos forçados a usar a norma culta comum, a língua de cultura que aprendemos na escola e que é veículo comum de comunicação geral, útil para a aquisição de todo o conhecimento armazenado pela sociedade na qual estamos inseridos. Daí, a importância de se ter o domínio da língua comum culta mediante o estudo da gramática normativa, pois sem ela torna-se inviável a comunicação

entre grupos dialetais diferentes de uma mesma língua e o livre acesso ao saber comum armazenado no dialeto padrão culto.

Feitos esses esclarecimentos nesta nossa longa introdução, passemos agora a fazer uma análise crítica de alguns tópicos da gramática normativa adotada nas escolas brasileiras, com o intuito de oferecer uma modesta contribuição não só para a melhoria do aprendizado do nosso idioma como também para a elaboração de uma gramática-padrão da norma urbana culta, principalmente em sua modalidade escrita.

Começando pela classificação das vogais em português, cabe observar que os quatro critérios da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), isto é, zona de articulação, timbre, papel das cavidades e intensidade, são insuficientes, uma vez que por tal sistema classificatório as vogais /i/ e /ê/ que aparecem em *tijolo* e *ceder* teriam a mesma classificação de *vogal anterior fechada oral átona*, apesar de serem distintas. Daí, a necessidade de inclusão de um quinto critério, isto é, o da elevação da língua, que faria com que a vogal /i/ recebesse a classificação de *vogal anterior fechada oral átona alta*, enquanto que a vogal /ê/ seria classificada como *vogal anterior fechada oral átona média de 1º grau*.

Por outro lado, a classificação de vogal reduzida quanto ao timbre, introduzida pela NGB em relação às vogais /a/, /i/ e /u/ finais deve ser abolida, porque apesar de existir o fenômeno da redução no português de Portugal, a exemplo da primeira vogal de *v(e)rão*, inexistente esse fenômeno no português do Brasil, por termos uma pronúncia vocálica bem clara, em razão do nosso vocalismo tenso, bem diferente da fala lusitana.

Quanto ao sistema consonantal em português, há autores que consideram as consoantes /m/, /n/, e /nh/ como oclusivas, enquanto outros as consideram constrictivas, por julgar não ser total o obstáculo que lhes é oposto, pois a corrente expiratória escoar pelas fossas nasais antes da produção delas. A NGB, por outro lado, não esclarece se tais consoantes são oclusivas ou constrictivas. Entendemos, diante desse impasse que as consoantes *nasais* devem ser estudadas à parte, o mesmo ocorrendo em relação às *laterais* /l/ e /lh/ e as *vibrantes* /r/ e /rr/, ambas conhecidas também pela designação de líquidas, em virtude do caráter simultaneamente oclusivo e constrictivo dessas consoantes. Sendo assim, o melhor seria classificar as consoantes, quanto ao modo de articulação, em *occlusivas*, *constrictivas*, *laterais*, *vibrantes* e *nasais*.

Outra fonte de equívocos de algumas gramáticas tradicionais é a confusão que se faz entre letras e fonemas na análise fonológica, a exem-

plo de táxi, onde temos 4 letras e 6 fonemas, já que o vocábulo possui os fonemas /t/, /a/, /k/, /i/, /s/ e /i/.

Voltando-nos agora para a morfologia, observa-se um posicionamento favorável pela adoção da nomenclatura *grau comparativo*, exemplificável no enunciado “João é mais inteligente que [ou do que] Paulo” como exemplo de grau comparativo de superioridade. Só que aqui temos uma impropriedade, porque comparação não é grau, mas um mecanismo através do qual se pode expressar o grau. Daí, a inconveniência de se denominar grau comparativo, quando o correto seria dizer, por exemplo, grau superior ou inferior expresso por comparação parcial ou total.

Sobre o *grau superlativo relativo*, as gramáticas normativas se posicionam favoravelmente a essa nomenclatura com exemplos do tipo “João é o aluno **mais** inteligente **do** colégio”. Ocorre, porém, que essa designação, além de contraditória, é equivocada, pois trata-se aqui de grau superior e não de superlativação, além de ignorar o fato de que se é superlativo não pode ser relativo e se é relativo não pode ser superlativo.

Sobre o *superlativo absoluto sintético* e o *superlativo absoluto analítico*, exemplificados em frases do tipo “João é inteligentíssimo” e “João é *muito* inteligente”, as gramáticas normativas confundem a superlativação com a categoria de grau. A rigor, só no superlativo absoluto sintético, exemplificável em inteligentíssimo, é que há a superlativação; exatamente por expressar uma noção absoluta (de natureza hiperbólica) que ultrapassa os limites de uma escala gradativa; enquanto que no *superlativo absoluto analítico*, exemplificável em *muito inteligente* , o que há não é superlativação, mas o grau superior expresso pelo gramema livre *muito* . Por outro lado, o superlativo absoluto sintético não é semanticamente equivalente ao denominado superlativo absoluto analítico, visto que o sintético é portador de uma força intensiva superior à do analítico, como se pode constar com o exemplo supracitado (intigentíssimo) muito mais enfático do que muito inteligente.

Em síntese, pode-se dizer, então, que em *inteligentíssimo* não há categoria de grau, mas apenas superlativação; e que em *muito inteligente* não há superlativação, mas apenas a categoria de grau; razão pela qual as nomenclaturas *grau superlativo absoluto sintético* e *grau superlativo absoluto analítico* devem ser evitadas, substituindo-as, respectivamente, por superlativo absoluto (ou apenas superlativo) e *grau superior* .

Algo semelhante ocorre também com o impropriamente denominado *superlativo relativo* , muito provavelmente pelo fato de ele ter pos-

suído no latim a mesma flexão de grau (-*issimus*), exemplificável em *felicíssima matrum* (= **a mais feliz das mães**). A rigor, não há aqui *superlativação*, mas categoria de grau, pois em “A mais feliz das mães” o que se tem é o *grau superior* expresso por comparação total, em que se marca o grau de apreciação utilizando um comparante que abrange um número maior de seres, um número constituído por um conjunto total de elementos ou por todos os seres possíveis de abarcá-lo.

Sobre os vocábulos *melhor, pior, maior, menor etc.*, o comum é admitir serem, respectivamente, comparativos de superioridade de *bom, mau, grande, pequeno etc.*, seguindo a tradição gramatical, quando se sabe que, gramaticalmente falando, assim como mulher não é o feminino de homem, bom não varia em grau e melhor não é derivado de bom, o mesmo podendo ser dito acerca dos demais vocábulos. Tal equívoco se explica por ter havido no latim um mecanismo linguístico formador do comparativo de superioridade sintático mediante o acréscimo da desinência **-ior** ao radical nominal, exemplificável em “Homo **felicior** cervo” (= homem **mais feliz do que** o cervo). Portanto, melhor, pior, maior, menor etc., não são formas derivadas de bom/bem, mau/mal, grande, pequeno etc., mas sim outros vocábulos semanticamente correspondentes a mais bom, mais mau, mais grande, mais pequeno etc. O que há aqui, portanto, são exemplos de formas semanticamente intensificadas cujos morfemas foram incorporados na lexia mediante o processo de lexicalização (ou cristalização) em que a categoria de grau se manifesta por heteronímia (ou suplementação) e não por flexão ou derivação.

Algo semelhante ocorre também em relação aos vocábulos ótimo, péssimo, máximo, mínimo etc., para os quais não se pode falar de derivação pelas mesmas razões, com a diferença apenas de que nesse caso não há categoria de grau, mas apenas superlativação por heteronímia.

Sobre o pronome ele (e suas variações) a tradição gramatical tem insistido em considerá-lo da terceira pessoa. Só que, ao contrário da primeira e da segunda pessoa, que são necessariamente pessoais, a terceira pessoa não o é, razão pela qual o verbo vai para a terceira pessoa quando se quer expressar a impessoalidade de modo mais apropriado. Isso explica também porque só a terceira pessoa se flexiona em gênero (ele/ela), pois para a terceira pessoa o básico é o gênero e não a pessoa, já que a terceira pessoa não faz parte do eixo comunicacional. Assim, o emissor se fixa no processo verbal e não no agente ou na causa dele. Exemplo: *Troveja*. Por isso mesmo é que Benveniste, *apud* Hernández Alonso (1992, p. 273), demonstrou a falsidade da tríplice distribuição da catego-

ria pessoal, optando por uma distribuição bipartida de oposição entre a “primeira + segunda” pessoas como termos marcados; e a “terceira”, como termo não marcado, baseando-se numa correlação de “personalidade”. Por outro lado, a primeira pessoa se opõe à segunda, baseando-se numa correlação de “subjetividade” em que **eu** é a forma subjetiva e **tu** é a forma não subjetiva, o “não eu” na comunicação, mas ambas indispensáveis, o que não ocorre com a terceira, a pessoa ausente, a não pessoa.

Sobre os *numerais*, apesar de o costume ser o de considerá-los como uma classe de palavra, como preceitua a NGB, a rigor não deveriam se constituir numa classe de palavra a parte, exatamente por integram a classe dos nomes, ou, mais propriamente, a classe dos pronomes definidos, que se opõe à dos pronomes indefinidos, em virtude da afinidade que há entre eles, dotados que são da propriedade de serem quantitativos, com a diferença apenas decorrente de os primeiros expressarem uma quantidade definida, enquanto os últimos expressam uma quantidade indefinida. Exemplo: *Apenas três retornaram – Apenas alguns retornaram*. Mas, independente da posição que vier a se tomar, não há como negar o fato de que, no eixo sintagmático, o numeral pode funcionar tanto como substantivo (Gastei **dois milhões**) quanto como adjetivo (Compre-me **duas** medalhas para oferecer ao **primeiro** colocado desta competição), fato este que explica, por exemplo, a confusão existente entre substantivos coletivos e numerais coletivos, tais como par, casal, dúzia, dezena, centena, quarentena, milheiro, novena etc.

Sobre a *interjeição*, aceita como uma dentre as dez classes de palavras da nossa NGB, é bom esclarecer sobre a impropriedade de inseri-la dentre as classes de palavras, porque não é de fato palavra, porém mais do que isso, apesar de a gramática normativa continuar insistindo em tratá-la como uma palavra, postura esta só explicável pelo ranço de tradicionalismo que persiste nos estudos gramaticais impregnados ainda de uma ideologia equivocada e incoerente. A realidade é que a interjeição é uma frase de situação do tipo *frasícula* (= frase muito reduzida) que possui a peculiaridade de não admitir a primeira articulação, isto é, a possibilidade de ser segmentada em morfemas, de acordo com Carone (1986, p. 47), dentre outros. Trata-se, portanto, de uma representação figurativa associada a uma entonação peculiar manifesta mediante diversas modalidades de frase, tais como a apelativa (Socorro!), a interrogativa (Hem!), a dubitativa (Hum!), a imperativa (Psiu!), a negativa (Hum-hum), a optativa (Tomara!), a exortativa (Coragem!) etc.

Sobre alguns *intensificadores*, a exemplo de *pouco*, *muito*, *bastante*, *demais*, *muito*, é um erro classificá-los como advérbios de intensidade, quando a rigor inexistem advérbios de intensidade, mas sim *vocábulos denotativos de intensidade* ou simplesmente *intensificadores* (mecanismos operadores da intensificação, dentre da qual se insere a categoria de grau), conforme posição assumida por Azevedo Filho (1969), Bomfim (1988, p. 68), Gomes (1994, p. 7) e Lopes (2000, p. 310). Apesar de poderem determinar verbos e adjetivos, junto aos quais desempenham a função de termo terciário, eles vão além disso, não só por determinarem em alguns casos o substantivo, mas até os próprios intensificadores, junto aos quais desempenham a função de termo quaternário. Além disso, os intensificadores não têm nenhuma relevância no âmbito da sintaxe, por não serem constituintes indispensáveis da estrutura oracional, funcionando mais como modalizadores do *dictum* e não como elemento estruturativo do mesmo, a exemplo de frases do tipo “Berenice comprou banana **demais**”, “Berenice comprou **muita** banana” e “Berenice comprou **pouca** banana”, que, analisadas sintaticamente, refletem a mesma estrutura, correspondente à encontrada na frase “Berenice comprou banana”, todas elas pertencentes ao mesmo padrão frasal, representado pelo esquema S+VT+OD (sujeito + verbo transitivo + objeto direto). Por conseguinte, os intensificadores (muitas vezes empregados subjetivamente e/ou impressionisticamente) podem ser suprimidos do contexto frasal sem grande comprometimento para a inteligência da mensagem formulada.

Sobre os denominados advérbios de dúvida, de afirmação e de negação, dentre outros, as gramáticas normativas seguem a tradição de arrolá-los dentre os advérbios. Mas, fazendo uma análise apurada desses supostos advérbios, chega-se à conclusão de que eles, na realidade, assim como os denominados advérbios de frase, não são propriamente advérbios, mas também modalizadores frasais.

A propósito, de acordo com Bomfim (1988), os denominados advérbio de dúvida, de afirmação e de negação, com exceção de **sim** e **não**, os quais, empregados isoladamente, são frases do tipo frasícula, assim como os advérbios de frase (impropriamente denominados advérbios de modo) encontrados em enunciados do tipo “**Felizmente** ele veio”, revelam opinião do enunciador ou sua dúvida sobre o enunciado e, portanto, estão ligados não ao verbo, mas ao sujeito da enunciação, com a maioria deles se caracterizando por virem carregados de subjetividade.

Sendo assim, tanto os equivocadamente denominados advérbios de frase quanto os denominados advérbios de dúvida “representam uma

interferência do sujeito da enunciação no enunciado” (*id., ibid.*, p. 67), e se identificam mais com as *expressões* (ou os *denotativos*) de *situação*, dentre os quais se incluem vocábulos sintaticamente inanalísáveis do tipo dos assinalados nos enunciados “**Afinal** ele virá”, “**Enfim**, chegou sua vez”, “Hoje **sempre** choveu”, e “**Bem**, faça algo”; ou com os modalizadores delimitadores (**Teoricamente** ela está correta), deônticos (Ele terá que vir **necessariamente**), afetivos (**Infelizmente** perdi o ônibus) e asseverativos ou epistêmicos (**Certamente** ele virá).

Daí, conclui-se que os advérbios são apenas os de *lugar*, *tempo* e *modo*, observando, porém, que dentro do advérbio de modo estão inseridas, além da circunstância modal propriamente dita, as circunstâncias de meio, instrumento, matéria, fim, causa, companhia, preço etc., opinião esta defendida também por Gomes (1994, p. 7), dentre outros.

Sobre as *classes dos vocábulos formais*, a maioria, seguindo a NGB, confunde classe com as categorias e sincategorias gramaticais do discurso ao inserir o substantivo, o adjetivo, o advérbio, a preposição e a conjunção no rol das classes. A rigor, levando-se em conta a proposta de Gomes (1988) e o que a respeito tem se pronunciado Câmara Jr. (1970) e Biderman (1978), dentre outros, o vocábulo formal pode ser classificado em cinco classes que seriam a dos **nomes** e **pronomes** (que podem desempenhar no discurso as categorias de *substantivo*, *adjetivo* e *advérbio*), a dos **verbos**, a dos **verboides** e a dos **conectivos** (que podem desempenhar no discurso as sincategorias de preposição e conjunção).

Para Gomes (1988), não é só espantoso como também lamentável que até hoje as gramáticas didáticas insistam em apresentar o **substantivo**, o **adjetivo** e o **advérbio** como sendo classes de vocábulos, quando, na realidade, tais elementos são *categorias gramaticais do discurso* em que o substantivo (termo primário) não determina, mas é determinado pelo adjetivo ou pelo verbo (termos secundários); o adjetivo (termo secundário) é sempre determinante do termo primário; e o advérbio (termo terciário) é determinante dos termos secundários, isto é, do adjetivo e do verbo.

Tratando por último da *sintaxe*, muito resta aqui por comentar, começando pela classificação dos termos oracionais, onde é comum inserir o *vocativo* dentre eles. Acontece, porém, que o vocativo, a exemplo do que aparece no enunciado “**Senhor**, tende piedade de nós!”, sequer pertence à oração. Pertence, isto sim, à função fática da linguagem, salvo exceções. Pode-se mesmo até considerar o vocativo como sendo uma fra-

se, já que “papai”, “mamãe”, ditos por uma criança ao se dirigir aos pais, nada mais são do que frases monorremáticas.

Quanto aos *advérbios interrogativos*, *pronomes interrogativos* e *orações interrogativas*, trata-se de absurdas incoerências criadas pela NGB, porque, a rigor, não existem orações, pronomes e, muito menos, advérbios interrogativos, visto que só a frase é que pode ser ou não interrogativa, pois a interrogação pertence à estrutura da frase e não da oração, do pronome e do advérbio, como bem concluiu o professor José Maria Barbosa Gomes em uma de suas aulas.

Quanto à denominação oração interferente ou intercalada ou justaposta, a exemplo da que aparece no enunciado “Não fui à festa do seu aniversário: *não me convidaram*”, deve ser evitada, preferindo-se restringir a classificação das orações apenas em coordenadas (conectivas ou justapostas) e subordinadas (conectivas ou justapostas), visto que na estrutura sintática do período temos apenas os mecanismos da coordenação e da subordinação. Na subordinação, há oração ou orações que se apresentam como termo ou elemento de outra oração, denominada, por isso mesmo, principal, enquanto na coordenação há oração ou orações que não se apresentam como termo ou elemento de outra. Portanto, o fenômeno da justaposição não deve ser considerado como outra estrutura sintática do período, diferente da coordenação e da subordinação. Na realidade, a justaposição é apenas uma forma e não um procedimento sintático, pois pela justaposição podemos ter tanto subordinação quanto coordenação.

Sobre o *agente da passiva*, apesar de comumente ser considerado *termo integrante* da oração, cabe observar que ele, a rigor, está mais para *termo acessório* do verbo, visto que, por desnecessário, nem sempre aparece, como se pode constatar nas orações “Os animais foram mortos” e “Os edifícios são construídos”. Na realidade, a denominação *agente da passiva* é mais uma classificação semântica do que sintática; pois, sintaticamente, o que a NGB denomina agente da passiva tem mais propriamente a ver com *adjunto adverbial*.

Sobre a *transitividade*, é bom que se diga que ela só se realiza na oração, a exemplo do verbo *beber*, que pode ser tanto transitivo quanto intransitivo fora do contexto. No contexto oracional é diferente, porque podemos ter tanto “Meu irmão não **bebe**” (VI), quanto “Meu irmão não **bebe** vinho” (VT).

Quanto ao *predicativo do objeto*, se considerarmos a existência de um verbo de ligação elíptico na estrutura oracional com predicativo do objeto, chega-se facilmente à conclusão de que na realidade ele não existe, sendo de fato um mero *predicativo do sujeito*, a exemplo de “Considero (serem) *competentes* meus funcionários”. Aqui, *competentes* seria, então, predicativo do sujeito, sendo sujeito o pronome elíptico “eles”.

Tratando-se por fim do *aposto*, cabe observar ser ele um substantivo que se comporta como adjetivo e que designa o mesmo ser ou coisa que o elemento fundamental, razão pela qual pode ser interpretado como *adjunto adnominal*. Mas há controvérsia entre os estudiosos do assunto, porque enquanto para alguns a aposição é privativa do substantivo, outros discordam dessa posição por admitir a possibilidade de o adjetivo poder funcionar também como aposto, sendo tal posicionamento gerador de ambiguidade na análise sintática. Preferimos, por isso mesmo, considerar a aposição privativa do substantivo, observando, todavia, que a relação entre o aposto e o fundamental não é de coordenação, mas, sim, de subordinação, podendo ser o aposto resultado do apagamento de uma oração subordinada adjetiva, constatável em “Alfredo, *que é o meu filho*, chegou”; como equivalente a “Alfredo, *o meu filho*, chegou”.

Aqui concluímos esta exposição, na esperança de que ela seja útil para o despertamento com entusiasmo do interesse pelo exame e estudo apurado acerca dos fatos da nossa língua, optando-se por uma abordagem criteriosa, racional e coerente dela, de modo a que, assim, dentro de pouco tempo, seja possível ter um cabedal de conhecimento suficiente para a elaboração de uma gramática-padrão da norma urbana culta do português, sobretudo em sua modalidade escrita. E, mais do que isso, com o desejo sincero de que o estudo sistemático da gramática da língua portuguesa seja finalmente retornado em nosso meio acadêmico em todos os níveis, do fundamental ao superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Gramática básica da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

- BOMFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.
- BORTOLOTTI, Marcelo. Salto no escuro. *Veja*. São Paulo, ano 43, n. 19, p. 118-122, 12 maio 2010.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARVALHO, José Augusto. *Gramática superior da língua portuguesa*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- CUNHA, Celso. *Minigramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- GIRON, Luís Antônio. Crepúsculo dos gramáticos. *Cult – Revista Brasileira de Cultura*, São Paulo, v. 5, n. 58, p. 34-43, 2002.
- GOMES, José Maria Barbosa. *Categorias gramaticais*. João Pessoa: UFPb, 1988 [Cópia xerografada].
- _____. *O advérbio: uma categoria gramatical mal compreendida*. João Pessoa: UFPb, 1994 [Cópia xerografada].
- HERNÁNDEZ ALONSO, César. *Gramática funcional del español*. 2. ed. corr. y aum. Madrid: Gredos, 1992.
- IOSCHPE, Gustavo. Brasil: a primeira potência de semiletrados? *Veja*. São Paulo, ano 43, n. 15, p. 118-119, 14 abr. 2010.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Lições de morfologia da língua portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbo, 2003.
- _____. *Processos de intensificação na norma urbana culta de Salvador*. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
- PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos brasileiros*. Franca: Ribeirão Gráfica, 2002.

AS PREMISSAS SEGUIDAS PELO GRUPO DE MORFOLOGIA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS

Nilsa Areán-García (USP)
nilsa.garcia@usp.br

RESUMO

A partir de um apanhado geral sobre os processos de formação de palavras e centrando-se na derivação por sufixação, neste estudo discutem-se algumas controversas posições de renomados morfólogos, concluindo e justificando, ao final, uma das premissas básicas utilizadas nos trabalhos do Grupo de Morfologia Histórica do Português, GMHP (<http://www.usp.br/gmhp>), liderado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, que assume os sufixos como lexemas providos de significação semântica. A partir de classificações de três autores, são discutidas as classificações semânticas e suas diferenças estruturais, a criação de paráfrases, a produtividade das RFPs e os bloqueios, bem como a inclusão da diacronia aliada à sincronia nos estudos morfológicos. Ressalta-se, ainda, a diferença entre a semântica da base, a semântica do sufixo e a semântica da palavra formada, justificando a posição do GMHP pelos estudos sob a ótica diacrônica centrada no sufixo.

Palavras-chave: Derivação. Sufixação. Classificação sufixal

1. A formação de palavras

O léxico de uma língua é variável e está sujeito a constantes mudanças, pois algumas palavras vão deixando de ter uso e outras vão surgindo a cada período, promovendo uma renovação, que é feita por meio de um conjunto de mecanismos que proporciona um alto grau de liberdade ao criador. Assim, a formação das palavras é um processo normal de enriquecimento do léxico, por meio da acomodação da expressão oral e escrita, de empréstimos, mudanças de significado, construções fraseológicas, expressões equivalentes às palavras e/ou abreviações e reduções de expressões. Entretanto, na descrição de uma língua há fenômenos relacionados com a formação de palavras e que não podem ser explicados

somente baseados na sintaxe, morfologia, semântica lexical, pois há também a criatividade do falante, as propriedades específicas da formação de palavras e as relações com a gramática normativa. Desse modo, no estudo da variação lexical, deve-se considerar: o processo formativo e os seus elementos (bases e afixos); a combinação destes e seu efeito; as modificações das condições de uso das palavras; o empréstimo e o decalque; e o impacto de situar as variações dentro de seu devido âmbito histórico, social e cultural.

Para a gramática normativa, a formação de palavras contém uma lista finita de regras de derivação que especificam a construção a partir de uma lista finita de itens lexicais ou bases e outra lista também finita de afixos. Estas regras estão ligadas a todos os constituintes da gramática: morfologia, pois especifica como é formada a nova palavra a partir dos elementos de base; fonologia, pois explica as eventuais transformações fonéticas que podem ocorrer entre as bases e os afixos; a sintaxe, pois relaciona as propriedades sintáticas da palavra base com as da nova palavra; a semântica, pois explica o significado das palavras novas ou o modo de construir a partir do significado dos elementos-base.

Sabe-se que, para Coseriu (1977, p. 105-107), a formação lexical é basicamente o resultado de transformações semânticas. Já para Freixeiro Mato (1999, p. 161), esta é feita a partir de uma estrutura paradigmática reportada a uma base sintagmática, marcada pelo conteúdo, mas diferindo da morfologia e da sintaxe.

2. Os procedimentos de formação de palavras

A formação de palavras e a sintaxe têm muito em comum, pois ambas são formas de expressão da criatividade linguística. A sintaxe permite ao falante produzir um conjunto muito grande de combinações com um inventário finito de elementos e regras, e a formação de palavras permite ao falante criar designações lexicais correspondentes a novas situações a partir de elementos já existentes na língua. Ou seja, a formação de palavras e as combinações sintáticas são produzidas de acordo com certas regras que podem ser combinadas entre si. Assim, uma cláusula relativa pode combinar-se com outra cláusula e de um substantivo pode formar-se um adjetivo, por exemplo, *orelha* → *orelhudo*. Além disso, as regras podem ser aplicadas de forma recursiva e combinadas entre si, abrindo uma grande gama na produção. Entretanto, as irregularidades neste processo são tão importantes quanto às regularidades.

De qualquer maneira, a formação de palavras e a análise de sua estrutura interna também constituem objeto de estudo da morfologia. Assim, as palavras que possuem uma estrutura interna complexa, na qual se destacam bases e afixos, são consideradas como resultado da aplicação de regras de formação de palavras. Estas regras são parcialmente definidas como instâncias dos procedimentos morfológicos: flexão, derivação e composição. Cada um destes processos é caracterizado em função do tipo de alteração que processa na palavra que toma como base, podendo ou não alterar a classificação da palavra obtida como produto.

Do ponto de vista morfológico, de acordo com Freixeiro Mato (1999, p. 161) as palavras podem ser construídas a partir de uma base invariável, morfema radical ou lexema, e elementos variáveis que se adicionam ao lexema. Segundo a morfologia, o lexema é portador do significado básico da palavra e os morfemas podem especializar ou especificar esse significado e classificar a palavra em uma determinada categoria gramatical. Os morfemas podem ser: flexionais, quando apenas contêm indicações e significações de tipo gramatical; e lexicais ou derivativos, também chamados de afixos, e que, em geral, modificam a base com determinações e especificações de tipo lexical.

Os procedimentos de formação das palavras podem ser divididos em dois tipos principais e mais ligados às características morfológicas: a derivação, dividida em afixal (prefixal e sufixal), parassintética, regressiva e imprópria; e a composição que se divide em justaposição e aglutinação. Além da derivação e da composição, existem outros procedimentos formadores de palavras tais como a onomatopeia, a abreviação ou redução de palavras, bem como a importação e o decalque de termos estrangeiros, que podem não ser necessariamente morfológicos.

Segundo Freixeiro Mato (1999, p. 314) a importação de palavras procedentes de outras línguas é um dos procedimentos mais antigos de criação lexical. Qualquer empréstimo de outra língua que é preciso para nomear novos objetos ou conceitos, cuja designação na língua receptora é inexistente, é um empréstimo necessário. Por exemplo, as palavras: *restaurant*, *software*, *leitmotiv*, *batuta* e *shampoo*, provenientes do francês, inglês, alemão, italiano e inglês, respectivamente. Entretanto, as palavras importadas nem sempre correspondem às necessidades onomásticas, podem servir a outros interesses, tais como: culturais, políticos e modismos, passando a ser concorrentes com as palavras da língua receptora. Por exemplo, *futebol* e *ludopédio*, *delivery* e *em domicílio*, *hall* e *vestíbulo*. Dentro dos empréstimos estrangeiros, podem-se considerar também os

decalques provenientes de outras línguas, por exemplo, *cachorro-quente* formado como decalque proveniente do inglês *hot-dog*.

Um procedimento bem criativo na produção de palavras é a redução de vocábulos já existentes na língua, formando uma nova palavra. Conforme Basílio (2004, p. 37), a palavra formada é sempre sinônima da palavra derivante, e é usada, na maioria das vezes, em um registro menos formal. Por exemplo, *cinematógrafo* e *cinema*; *motocicleta* e *moto*, *quilograma* e *quilo*, *José* e *Zé*, *Ernestina* e *Tina*. A acronímia também é um procedimento de redução, na qual a união dos extremos de várias palavras dá origem a um novo vocábulo. A título de ilustração, em certas regiões do Brasil é comum o uso de acronímia do nome dos pais para formar o do filho, por exemplo: *Linda* + *Adolfo* → *Lindolfo*, *José* + *Maria* → *Josimar*, *Ademir* + *Hilda* → *Ademilda*. Mas não só no campo da antroponímia esse recurso pode ser utilizado, como por exemplo, *português* + *espanhol* → *portunhol*. A abreviação é outro procedimento de redução e consiste na representação escrita de uma palavra mediante uma ou várias de suas letras. A abreviação simples é a que ocorre quando se reduz apenas uma palavra, por exemplo, *professor* → *Prof.*, *avenida* → *av*. A abreviação composta ou a formação de siglas consiste na representação gráfica e fonética de várias palavras, permanecendo a primeira letra de cada uma delas, por exemplo, em português: *USP* → *Universidade de São Paulo*, *IA* → *Inteligência Artificial*. Segundo Guilbert (1975, p. 276), o processo de transformação de uma sigla em uma nova palavra é essencialmente sociolinguístico, pois resulta da difusão dentro de uma comunidade com adaptações fonéticas, entretanto também é linguístico quando a sigla se transforma em uma base de derivação, por exemplo, sufixal. A título de ilustração, *UDN*¹ → *udenista*.

A onomatopeia, conforme Freixeiro Mato (1999, p. 307-308), é o procedimento que consiste na criação de palavras novas por meio da imitação fônica de vozes ou sons da natureza. Por exemplo, em português: *uivar*, *cocoricó*, *bem-te-vi*. É possível também criar novas palavras por meio do procedimento de composição, ou seja, da união de duas ou mais bases. Segundo Basílio (2004, p. 29), na composição não há elementos fixos, nem funções pré-determinadas para os elementos componentes, sendo definida pela sua estrutura, por exemplo, *plano* + *alto* → *planalto*. Assim, conforme Freixeiro Mato (1999, p. 277) a palavra composta é o

¹ União Democrática Nacional – antigo partido político brasileiro.

resultado da união de pelo menos duas bases independentes na língua, de forma que funcionam como uma única palavra, ainda que o seu significado não necessariamente seja, olhando sincronicamente e sem o auxílio da etimologia, a soma do significado unitário de cada componente, por exemplo, *pé-de-moleque* e *jogo-da-velha*.

Já, o termo derivação, conforme Freixeiro Mato (1999, p. 166), se refere a um conjunto de diversos procedimentos para a formação de novas palavras a partir de um único radical, ao qual se unem afixos, prefixos ou sufixos, com o objetivo de se obter um novo significante. Assim, o processo de derivação pode ser classificado em: prefixação, sufixação ou ainda em: derivação parassintética, derivação regressiva e derivação imprópria.

Chama-se derivação imprópria ao procedimento de alteração da classe da palavra, sem alterações estruturais, mas com nova significação como resultado. Segundo Basílio (2004, p. 60), o termo “conversão”, usado pela maioria das gramáticas normativas, é mais adequado para designar o procedimento. A título de exemplo, a palavra *burro* designa, como substantivo, um mamífero quadrúpede, mas, também pode ser empregada como adjetivo na designação de qualquer pessoa a que se queira referir por sua inépcia. Um exemplo típico é a palavra *oliveira*, substantivo comum que designa uma planta, mas que pode se transformar em um substantivo próprio, como sobrenome de família: *Oliveira*. Segundo Freixeiro Mato (1999, p. 251) a substantivação de uma palavra, verbo ou adjetivo, é a forma mais comum desse procedimento. Por exemplo, *amanhecer* (verbo) → o *amanhecer* (substantivo), *rico* (adjetivo) → o *rico* (substantivo). A derivação regressiva é o procedimento de criação de novas palavras, no qual a palavra formada sofre a perda de elementos da sua forma original. Este procedimento ocorre, sobretudo, na formação de substantivos deverbais, ainda que, segundo Basílio (2004, p. 38), também possa haver derivação regressiva denominal. Por exemplo: *atraso* ← *atrasar*, *debate* ← *debater*, *troco* ← *trocar*. Para Freixeiro Mato (1999, p. 248), as formas regressivas são concorrentes das formações por sufixação, em geral com os sufixos *-mento*, *-ura*, e *-ção*; diferenciando-se pelo seu uso estilístico semântico, por exemplo, *abafar* → *abafo*, *abafação*, *abafamento*, *abafadura* e *abafado*.

Derivação por prefixação é o procedimento de formação de palavras a partir do acréscimo de afixos antes dos radicais, criando novas palavras que pertencem à mesma classe gramatical da base. Por exemplo, a partir da palavra *destinar*, pode-se formar uma outra palavra por deriva-

ção prefixal: *predestinar*, na qual o prefixo *pre-* indica um sentido de anterioridade. Um exemplo análogo consegue-se a partir de: *fazer*, formando-se: *refazer*, com o sufixo *re-* com valor iterativo; convém notar que com: *luzir* pode-se formar: *reluzir*, no qual o prefixo *re-* adquire um valor intensificador. Assim, segundo Freixeiro Mato (1999, p. 254), os prefixos são afixos lexicais com um significado claro e constante, geralmente de origem grega ou latina, que são colocados antes do lexema e estão presentes nas palavras cultas de muitas línguas ocidentais.

Já a derivação por sufixação é o procedimento de formação de novas palavras a partir do acréscimo de sufixos, que, segundo Freixeiro Mato (1999, p. 166), são afixos lexicais colocados depois do lexema para a criação de novas palavras, especializando o significado da base, a partir da significação dada pelo sufixo. Por exemplo, a partir de *real*, pode-se formar por derivação sufixal: *realismo*, com o sufixo *-ismo*, que denota um dado sistema de ideias filosóficas, literárias e das artes plásticas. A partir da mesma palavra, *real*, pode-se formar por sufixação: *realista*, com *-ista*, que denota vários sentidos: relativo ou próprio do realismo, aquele que é partidário do realismo; ou aquele que age com realismo. Ainda, a partir de *real*, pode-se formar por derivação: *realístico*, com *-ístico*; relativo ou próprio de quem é realista. Analogamente, a partir da palavra *humor*, pode-se formar: *humorismo* com o sufixo *-ismo*, *humorista* com *-ista* e *humorístico* com *-ístico*.

É interessante notar que, por um lado, verifica-se que um mesmo sufixo pode apresentar vários significados. Por exemplo, *-eiro* designa agente em *batateiro*, mas indica uma planta em *limoeiro*. Por outro, sufixos diferentes podem apresentar o mesmo significado, por exemplo: *estudante*, *lenhador*, *balconista*, *engenheiro*, nos quais *-nte*, *-or*, *-ista* e *-eiro*, apresentam o mesmo significado, indicam o profissional.

Segundo Freixeiro Mato (1999, p. 269), a derivação parassintética é um procedimento complexo que corresponde a uma estrutura ternária, composta de prefixo, base e sufixo, no qual a prefixação e a sufixação atuam simultaneamente na formação de uma nova palavra. De acordo com Basílio (2004, p. 44), existem palavras que apresentam prefixo e sufixo, mas não são formadas por parassíntese, pois o que caracteriza o procedimento não é a ocorrência simultânea dos afixos, mas a estrutura que exige a utilização simultânea de prefixo e sufixo no procedimento. Por exemplo, *alma* → *desalmado* (*des-* + *alma* + *-ado*), *dia* → *adiar* (*a-* + *dia* + *-ar*), *triste* → *entristecer* (*en-* + *triste* + *-ecer*).

Pode-se notar que existe uma grande proximidade entre os procedimentos de flexão e derivação, pois ambos são de natureza afixal, mas as gramáticas geralmente afirmam que a flexão dá origem a formas de uma mesma palavra e a derivação origina novas palavras. No entanto, esta é uma definição na qual há posições controversas, por exemplo, no caso de sufixos avaliativos: diminutivos, aumentativos, intensificadores e pejorativos, pode-se questionar se de fato é uma derivação ou uma flexão, pois não se considera o produto resultante do processo como uma palavra nova, mas como uma variação da palavra tomada como base. Por exemplo, *cedo* (advérbio) → *cedinho* (advérbio), *claro* (adjetivo) → *claríssimo* (adjetivo). Por outro lado também há a proposta de Câmara Jr. (1978, p. 61) de que a flexão ocupa uma posição mais fixa e opera dentro de regras mais previsíveis, por exemplo, *senhor* → *senhores*, *flor* → *flores*; enquanto a derivação oferece mais possibilidades combinatórias e liberdade construtiva. Por exemplo, *reconstituir* (*re-* + *constituir*), *reconstituente* (*re-* + *constituir* + *-nte*), *constituente* (*constituir* + *-nte*), *constituição* (*constituir* + *-ção*), *reconstituição* (*re-* + *constituir* + *-ção*), *constitucional* (*constituir* + *-ção* + *-al*), *constitucionalismo* (*constituir* + *-ção* + *-al* + *-ismo*), *constitucionalista* (*constituir* + *-ção* + *-al* + *-ista*), *constitucionalistamente* (*constituir* + *-ção* + *-al* + *-ista* + *-mente*), *evangelístico* (*evangelho* + *-ista* + *-eiro*).

Conclui-se, pelo apresentado até então, que, apesar de novas palavras se formarem mediante o acréscimo de afixos sujeitos aos condicionamentos morfológicos das classes das palavras-base e de si próprios, não existe uma associação única entre os processos formais (prefixação, sufixação, composição) e os tipos de funções presentes nas palavras formadas, pois diferentes processos podem ter a mesma função. Por exemplo, a função de acúmulo pode ser verificada em um processo de composição ou num de derivação por sufixação, por exemplo: *poliglota* indica o acúmulo de línguas e *cabeleira* indica o acúmulo de cabelos. Também pode haver concorrência de funções em um mesmo processo, mas com afixos diferentes, por exemplo, tanto o sufixo *-eiro* quanto o sufixo *-ista* podem indicar agente, por exemplo em: *manobreiro*, *manobrista*, *engenheiro*, *balconista*. Por outro lado, um mesmo processo pode ser heterogêneo funcionalmente, ou seja, o mesmo processo dar origem a significações semânticas de classes totalmente distintas. Por exemplo, o sufixo *-eiro* pode apresentar várias funções diferentes, a título de ilustração em português: *padeiro* indica profissão, *pitangueira* é uma árvore, *galinheiro* indica um local, *cobreiro* é uma doença, *saleiro* é um recipiente, *fofoqueiro* é a qualidade de uma pessoa, *nevoeiro* é o acúmulo de névoa, *cu-*

eiro é uma peça de roupa.

Por outro lado, é interessante observar que a afixação promove regras de formação de palavras com alta produtividade lexical, isso, em parte, devido à conotação semântica envolvida nos afixos que podem favorecer à uma produção em série. Por exemplo, com o sufixo *-ense* e partindo de uma palavra que designa localidade, ou seja, um topônimo, se forma mecanicamente os habitantes dessa localidade. A título de ilustração, *Porto Velho* → *porto-velhense*, *Almada* → *almadense*, *Ourinhos* → *ourinhense*. Outro exemplo de produtividade é o prefixo *a-*, de origem grega, que denota uma negação da base, e com o qual, muitas palavras podem ser produzidas, por exemplo: *amoral*, *anormal*, *ateu*. Convém ressaltar que, ainda assim, a afixação é um processo complexo e a semântica das palavras resultantes nem sempre segue um princípio sistemático.

Desse modo, o processo de formação de palavras tem como função o enriquecimento lexical mediante a mudança de classe ou a modificação semântica das palavras já existentes na língua. Assim, do ponto de vista do conteúdo da base, as novas palavras formadas podem corresponder a uma grande mudança semântica em relação ao léxico primário.

3. A sufixação

Conforme o que foi visto anteriormente, dentro da formação de palavras, além dos procedimentos mais especificamente morfológicos – derivação por sufixação e prefixação, parassíntese, derivação regressiva, derivação imprópria, composição – podem-se considerar outros procedimentos não necessariamente morfológicos como a onomatopeia, as abreviações, os estrangeirismos. No entanto, a maior parte dos mecanismos de formação de palavras é de caráter morfológico e se refere às diferentes maneiras de como se combinam os morfemas lexicais: lexemas e afixos, e, de acordo com Said Ali (1930, p. 15), a sufixação mostra-se como o procedimento mais produtivo na formação de palavras.

Existe uma série de sufixos que alteram semanticamente a base de um modo subjetivo, mas que, muitas vezes, não modificam sua categoria gramatical. Estes sufixos podem ser chamados, segundo a maioria das gramáticas, de avaliativos, apreciativos, valorativos, expressivos ou afetivos e, em geral, são os sufixos aumentativos, diminutivos, intensificadores e pejorativos. Já, os sufixos considerados semanticamente mais objetivos e que alteram de modo fundamental o significado da base são

chamados de nocionais e, frequentemente, possuem a capacidade de efetuar uma modificação na sua categoria sintática e/ou semântica. Entretanto, classificar um sufixo como avaliativo ou nocional pode ser difícil, já que um mesmo sufixo pode ser avaliativo em alguns casos e nocional em outros. Por exemplo, *-ão* é um sufixo aumentativo, mas em: *porta* → *portão* ou *caixa* → *caixão*, o significado da base já está bem alterado, ou seja, o significado já foi bastante especializado. Daí, o ponto de vista subjetivo ou a avaliação emotiva na sufixação não são necessariamente exclusivos do número reduzido de morfemas classificados habitualmente como avaliativos ou nocionais. E dentro do repertório dos sufixos avaliativos, apesar de se classificar cada um deles no grupo dos diminutivos, aumentativos, intensificadores e pejorativos, na prática esta distinção não é tão clara, pois em muitas ocasiões o valor do sufixo dependerá do contexto e/ou da intenção do falante. Além disso, pela recursividade de aplicações de regras de derivação pode haver a construção de novas palavras com uso de um sufixo diminutivo seguido de um aumentativo e vice-versa. O que na forma estrutural constitui um paradoxo, na língua, muitas vezes, pode ser usado normalmente e seu valor poderá depender exclusivamente do contexto. Por exemplo: *livro* → *livreto* (*livro* + *-eto*) → *livretão* (*livro* + *-eto* + *-ão*) e *porta* → *portão* (*porta* + *-ão*) → *portãozinho* (*porta* + *-ão* + *-inho*).

Considerando-se, por exemplo, o conjunto de sufixos diminutivos, o valor que atribuem à base excede em muito o valor propriamente diminuidor. Ou seja, o valor dos sufixos diminutivos varia desde o propriamente diminuidor com bases substantivas, por exemplo, *casa* → *casinha* e *livro* → *livrinho*; o ponderativo ou atenuante sobre bases adjetivas, *chato* → *chatinho*; o intensificador de pronomes ou advérbios, *perto* → *perquinho*; o valor afetivo, *filho* → *filhinho* e *mãe* → *mãezinha*; e mesmo o valor pejorativo, *mulher* → *mulherzinha*.

Além dos sufixos diminutivos, aumentativos e intensificadores caracterizarem os falantes do português e do galego sob várias possibilidades semântico-estilísticas, dependendo do entorno sociocultural, da procedência rural ou urbana e até mesmo do sexo; convém ressaltar que, “como somos, porém, gente apaixonada, e facilmente vamos de um extremo ao outro, não é de surpreender que o mesmo sufixo evoque em nós sentimentos depreciativos. A pequenez física pode traduzir insuficiência moral”. (LAPA, 1979, p. 106).

É interessante notar que, como intensificador de uma ideia, o acúmulo de sufixos diminutivos pode funcionar como uma exacerbação da

noção fornecida pela base, por exemplo, em: *fraco* → *fracote* (*fraco* + *-ote*) → *fracotinho* (*fraco* + *-ote* + *-inho*). Praticamente as mesmas ideias desenvolvidas para os sufixos diminutivos valem para os aumentativos, ressaltando que em ambos os casos estes podem também funcionar como intensificadores e/ou como pejorativos.

Assim, a sufixação nocional corresponde ao processo que modifica de forma substancial o conteúdo semântico da base. Enquanto os sufixos avaliativos, em geral, salvo as observações feitas nos parágrafos anteriores, estão semanticamente subordinados à base, que funciona como núcleo lexical, os nocionais funcionam como núcleo semântico e sintático que podem modificar totalmente o conteúdo da base e sua categoria semântica. Por exemplo, um *sapatinho* é um *sapato* (mesma categoria semântica), mas um *sapateiro* é uma pessoa, uma *sapataria* é um local, uma *sapatada* é um golpe e *sapatear* é uma ação.

Deste modo, o exemplo anterior e as noções de sufixação revistas neste trabalho contrariam alguns gramáticos que afirmam em suas obras que os sufixos são elementos apenas de valor morfológico na formação de série de palavras e que são semanticamente mais vazios de significado que os prefixos. Muito ao contrário, segundo Sandman (1989, p. 30-31), “os sufixos não são vazios de significado (...) nem são mais vazios que os prefixos (...) e correspondem até semanticamente muitas vezes a lemas”. De fato, ao considerar a palavra *carpinteiro*, a noção de um profissional está totalmente dada pelo sufixo *-eiro*, embora a base *carpint-* seja atualmente opaca. Assim, há então a possibilidade real da classificação do valor semântico apresentado pelos sufixos e a sua utilização em estudos morfossemânticos e funcionais.

Neste senso, os estudos sobre sufixação desenvolvidos pelo Grupo de Morfologia Histórica do Português, GMHP, assumem como pilar de sustentação que os sufixos são lexemas providos de significação semântica e a partir daí, utilizam como uma ferramenta básica de análise a classificação semântico-funcional destes.

4. A classificação dos sufixos

Sabe-se que o número de sufixos nocionais é muito maior que de sufixos avaliativos, tornando-se mais difícil estabelecer uma classificação entre eles. Normalmente, o critério semântico combinado ao critério de mudança de classes é o mais utilizado, embora haja muitas dificuldades

devido à polissemia e à sinonímia dos sufixos. Assim, uma forma usual de fazê-la, é a divisão em relação às classes das palavras formadoras, ou palavras-base na sufixação: substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Outra forma é baseando-se nas classes semânticas das palavras formadas e suas respectivas subdivisões. Entretanto, a classificação não deixa de ser uma tarefa problemática devido, principalmente, à grande diversidade de significados produzidos pela derivação sufixal, bem como pela concorrência e cruzamentos semânticos que aparecem entre os sufixos.

Além de sufixos nominais, verbais e adverbiais, segundo a classe de palavras que formam, respectivamente: substantivos/adjetivos, verbos ou advérbios; os sufixos nominais podem ser, segundo classificação de Ferreira (2001, p. 115), diferenciados em sufixos nocionais ou referenciáveis, e sufixos apreciativos. No caso dos sufixos referenciais nominais há a possibilidade de subdividi-los segundo a categoria de suas bases: nominais (substantivos ou adjetivos) e verbais, nas quais, também, aparecem os fenômenos de concorrência e cruzamentos. Os sufixos nominais são os formadores de substantivos que, juntamente com os sufixos formadores de adjetivos, atuam no fenômeno da nominalização. De acordo com a classificação dada acima, *grosso modo*, podem ser: dessubstantivais, como em *piano* → *pianista*; deadjetivais, como em *cômodo* → *comodista*; deverbais, como em *batizar* → *batista*. Convém ressaltar que a estreita relação entre substantivos e adjetivos também é um fator problemático na classificação semântica, dado que ambos constituem a classe nominal e, às vezes, uma mesma palavra pode desempenhar as duas funções. Na língua portuguesa, o fenômeno de conversão, ou seja, a transposição de uma palavra de uma classe para outra sem a alteração de sua forma, é especialmente comum e verificado, principalmente, entre substantivos e adjetivos, conforme estudos de Basílio (2002, p. 75). Assim, “o mesmo sufixo pode adquirir significações distintas. Uma classificação semântica há de prever essa situação. Além dessa classificação, é possível separar os sufixos, dependendo do seu ponto de partida e seu ponto de chegada” (VIARO, 2003).

Segundo Freixeiro Mato (1999, p. 228-234), os sufixos formadores de substantivos podem ser classificados em dezesseis categorias, segundo critérios semânticos tais como:

1. Coletivos ou conjuntos: *-al*: *portal*; *-ario*: *glossário*; *-agem*: *folhagem*; *-ada*: *bicharada*; *-ado*: *aglomerado*; *-edo*: *arvoredo*; *-ura*: *dentadura*; *-aria*: *confraria*; *-eiro(a)*: *nevoeiro*; *-mento*: *armamento*.

2. Quantitativos (quantidade que cabe no objeto designado pela base): *-ada: baciada.*

3. Locativos: a) Lugar no qual abundam: *-al: cafezal, -eiro(a): clareira e pulgueiro*; b) Lugar no qual se cultiva: *-al: batatal*; c) Lugar no qual se realiza uma atividade: *-douro: abatedouro e -doiro: embarcador*; d) Lugar sob uma jurisdição: *-ado: emirado*; e) Lugar no qual se desenvolve uma atividade profissional: *-aria: perfumaria; -ado: almoxarifado; -oria: corregedoria*; f) Lugar ou construção onde se guarda algo ou utilizado por seres vivos: *-ário: berçário; -eiro(a): galinheiro.*

4. Temporais (duração ou época em que se desenvolve uma atividade): *-ado: reinado; -ia: chefia.*

5. Ações: a) Ações ou efeitos: *-agem: postagem, -aço: cansaço, -ncia: inadimplência, -nça: desavença, -ado(a): achado, -ido(a): partido, -ção: atuação, -mento: entupimento, -ura: fervura*; b) Ações características: *-ada: bagaçada; -eira: besteira.* c) Ações violentas que produzem ferimentos ou praticadas de repente: *-ada: facada, -ão: empurrão.*

6. Agentes: a) Objetos que servem para realizar uma ação: *-nte: calmante, -or(a): abridor, -ura: fechadura*; b) Pessoa que realiza uma ação: *-nte: agente e -or(a): agressor.*

7. Ocupacionais: a) Profissionais: *-ário(a): boticário, -eiro(a): açougueiro, -ista: pianista, -nte: gerente, -or(a): governador*; b) Especialidades profissionais: *-aria: ourivesaria, -ato: celibato, -ia: engenharia, -ção: administração, -ismo: turismo.*

8. Caracterizadores (qualidades): *-dade: humildade; -ácia: audácia; -ícia: delícia; -ície: imundície; -ez: altivez; -eza: dureza; -ice: chatice; -ncia: arrogância; -nça: esperança; -ia: alegria; -or: amargor; -ude: virtude; -ume: negrume; -ura: brancura.*

9. Femininos (referidos a atividades e/ou qualidades no âmbito feminino): *-eira: trabalhadeira; -esa: baronesa; -essa: condessa; -ina: heroína; -inha: galinha; -isa: poetisa; -iz: embaixatriz.*

10. Vegetais: árvores, arbustos e plantas, por exemplo, com *-eiro(a): goiabeira, limoeiro; -ácea(o): herbácea.*

11. Animais; *-ácea(o): cetáceo; -ídeo: aracnídeo.*

12. Recipientes: a) No qual se guarda algo: *-ário: relicário; -eiro(a): charuteira*; b) No qual se serve algo: *-eiro(a): manteigueira e*

saleiro; c) No qual se realiza uma atividade: *-douro: bebedouro*.

13. Doenças: a) Inflamações: *-ite: otite*; b) Acúmulos: *-ose: trombose*.

14. Bebidas, comidas ou preparados: *-ada: limonada*.

15. Ciências; *-ística: balística, -ia: filosofia*.

16. Tendências ideológicas (linhas de pensamento, filosóficas, ideológicas, religiosas ou doutrinárias): *-ismo: nacionalismo, budismo*.

Segundo o autor, os sufixos formadores de adjetivos podem ser classificados, segundo critérios semânticos, em cinco categorias:

1. Caracterizadores: a) Indicam qualidades que caracterizam pessoas ou coisas: *-aco(a): cardíaco, -al: causal, -átil: vibrátil, -az: mordaz, -vel: admirável, -ado(a): penado, -ido(a): sofrido, -douro(a): duradouro, -or(a): falador, -eiro(a): fofoqueiro, -ento(a): bexiguento, -enho(a): sedenho, -ico(a): básico, -ático(a): hepático, -il: civil, -ino(a): albino, -io(a): vadio, -ivo(a): festivo, -iço(a): chovediço, -nte: fulgurante, -onho(a): risonho, -ório(a): migratório, -oso(a): afetuoso, -sco(a): carnavalesco*; b) Expressam semelhança na qualidade: *-áceo(a): galináceo, -alho(a): grisalho, -ado(a): azulado, -ento(a): carvoento, -enho(a): triguenho, -eo(a): vítreo, -oide: esférico, -ório(a): giratório*; c) Caracterizam pejorativamente: *-ão(ã): fanfarrão, -as: balholas, -udo(a): peludo*.

2. Virtuais: Podem indicar potencialidade: *-vel: inesquecível; -átil: volátil*; b) Facilidade em algo: *-iço(a): quebradiço, -io(a): escorregadio*; c) Futuridade: *-bundo(a): moribundo, -douro(a): vindouro e -doiro(a): vindoiro*.

3. Relacionais (relativo ou pertencente a): *-aico(a): pirenaico; -al: celestial; -ano(a): republicano; -ar: ocular; -ário(a): diário; -engo(a): abadengo; -eno(a): extraterreno; -ense: circense; -estre: silvestre; -ício(a): alimentício; -ico(a): cartográfico; -il: têxtil; -ino(a): caprino; -inho(a): marinho; -ístico(a): humorístico; -ório(a): declamatório; -sco(a): animalesco; -uno(a): gatuno*.

4. Gentílicos (origem ou procedência): *-aco(a): polaco; -ão(ã): alemão; -ano(a): curitibano; -eiro(a): mineiro; -enho(a): açorenho; -ense: estadunidense; -ês(a): português; -eu(a): europeu; -ino(a): argentino; -inho(a): biscainho; -io(a): armênio; -ista: santista; -ita: israelita; -ol(a): espanhol; -oto(a): minhoto*.

5. Tendências (ideológicas, artísticas, filosóficas, religiosas ou doutrinárias): *-ano(a): luterano; -ista: cubista.*

Os sufixos formadores de verbos, para o autor, podem ser classificados, segundo critérios semânticos, em duas classes:

1. Frequência (repetição ou realização frequente de uma ação): *-ear: golpear; -ejar: pestanejar; -icar: claudicar; -inhar: dorminhar; -iscar: chuveisar; -mingar: choramingar.*

2. Modificativos (mudança de estado, ou de qualidade): *-ear: clarear; -ecer: anoitecer; -ejar: alvejar; -ificar: solidificar; -itar: debilitar; -izar: humanizar; -ezar: embelezar.*

Já, segundo o autor, o único sufixo formador de advérbios é *-mente*, por exemplo, *claramente*, e, portanto, não lhe atribui classificação semântica alguma. Nesta linha, Sandmann (1989, p. 77) afirma que *-mente* é o único sufixo no português com o qual se formam advérbios.

Sandmann (1989, p. 32), assim como Freixeiro Mato (1999), propõe sua classificação partindo de: formação de nomes substantivos, formação de nomes adjetivos, formação de verbos e formação de advérbios (sufixo *-mente*), e então apresenta suas subclassificações, dadas sufixo a sufixo, mas restrito ao seu *corpus*. Assim, para Sandmann (1989, p. 32-66), os sufixos são classificados em seis categorias como formadores de:

1. Substantivos derivados de substantivos: *-aço* (função aumentativa): *barulhaço*, *-aço* (golpe forte): *joelhaço*, *-aço* (função expressiva): *mulheraço*, *-agem* (expressar uma ação): *panfletagem*, *-ao* (função aumentativa): *casarão* e (função expressiva): *dinheirão*, *-aria* (designar lugar onde algo se encontra ou onde se produz algo): *ferramentaria*, *-ário* (função agentiva): *metroviário*, *-ado* e *-ato* (formação de substantivos abstratos): *proletariado* e *campesinato*, *-eira* (designar local onde se encontra algo): *arrozeira*, *-eiro* (função agentiva) *motoqueiro* e (função locativa): *atoleiro*, *-ete* (função diminutiva); *cartazete*, *-ia* (formação de substantivos abstratos): *retórica*, *-ica* (formação de substantivos abstratos): *robótica*, *-inho* (função diminutiva): *livrinho* e (função expressiva): *caixinha* (sinônimo de gorjeta), *-ite* (designar inflamações): *apendicite* e *-ite* (função expressiva): *paixonite*, *-oca* (função diminutiva, e com sentido de despreço): *motoca* ou *belezoca*, *-rama* (designar visão ou espetáculo): *panorama*, *-ismo* (designar orientações, doutrinas e teorias filosóficas, religiosas, políticas, sociais, artísticas, comportamentais, etc.):

feudalismo e *romantismo*, *-ista*: com a função de seguidor ou simpatizante de um político: *Getulista* (*Getúlio Vargas*); membro de um partido político: *udenista* (*UDN*); fã de um clube esportivo ou torcedor de um time de futebol: *santista* (*Santos Futebol Clube*); emprego ou ocupação: *vitrinista*; seguidor de orientações, doutrinas e teorias filosóficas, religiosas, políticas, sociais, artísticas, comportamentais: *iluminista*, *hinduísta*.

2. Substantivos derivados de adjetivos: *-ês* (designar uma língua ou variedade): *internetês*, *-eza* (formação de substantivos abstratos): *dureza*, *-ice* (formação de substantivos abstratos): *burrice*, *-dade* (formação de substantivos abstratos): *competitividade*.

3. Substantivos derivados de verbos: *-ada* (designar ações), *olhada*; *-agem* (designar ações ou efeitos), *lavagem*; *-cão* (designar ações ou efeitos), *penalização*; *-or(a)* (função agentiva) *velejador*, (designar instrumento) *abridor*, (designar máquina) *lavadora*; *-ura* (designar ações ou efeitos), *laqueadura*; *-mento* (designar ações ou efeitos), *gerenciamento*.

4. Adjetivos derivados de substantivos: *-al*, *policial*; *-ar*, *familiar*; *-ável*, *presidenciável*; *-eiro*, *alcooleiro*; *-engo*, *mulherengo*; *-ense*, *fluminense*; *-sco*, *mourisco*; *-iano*, *camoniano*; *-ico*, *botânico*; *-ino*, *natalino*; *-ivo*, *automotivo*; *-oso*, *preconceituoso*.

5. Adjetivos derivados de adjetivos: *-ão*, *covardão*; *-inho*, *amarelinho*; *-íssimo*, *altíssimo*.

6. Adjetivos derivados de verbos: *-nte*, *desgastante*; *-vel*, *suprimível*; *-tório*, *rotatório*.

De maneira diferente, Rio-Torto (1998, p. 112-114) oferece uma classificação baseada na regra de formação de palavras (*RFP*) e suas características semânticas, sem, no entanto, ser exaustiva no detalhamento dos sufixos envolvidos. Para tanto, Rio-Torto (1998, p. 112-11) faz uso da seguinte notação de categorias operatórias:

A – adjetivo, *Ab* – adjetivo de base, *Ad* – adjetivo derivado;

N – nome, *Nb* – nome de base, *Nd* – nome derivado;

X – variável que representa uma unidade lexical e aquilo que ela denota, *Xb* – unidade de base, *Xd* – produto derivacional,

V – verbo, *Vb* – verbo de base, *Vd* – verbo derivado.

Assim, para Rio-Torto (1998, p. 112-114), tem-se:

1. Produtos deverbais: a) Ação/processo de V e/ou resultado da ação/processo de V: *acolhimento (-mento)*, *arremetida (-ida)*, *atropelo (-elo)*, *contagem (-agem)*, *entrada (-ada)*, *fundição (-ção)*, *tropeção (-ão)*, *vingança (-nça)*; b) Que V: *aldrabão (-ão)*, *dançarino (-ino)*, *cantor (-or)*, *desenhista (-ista)*, *ouvinte (-nte)*, *queixoso (-oso)*; c) Aquilo com que se V; instrumento com que (se) V: *abridor (-or)*, *geladeira (-eira)*, *esfregão (-ão)*; d) Local onde se V: *albergaria (-aria)*, *consultório (-ório)*, *miradouro (-douro)*; e) Que pode ser V-do: *adorável (-ável)*, *combustível (-ível)*, *solúvel (-úvel)*.

2. Produtos verbais: a) Transformar em / tornar(-se) Nb: *deificar (-ificar)*, *favelizar (-izar)*, *entardecer (-ecer)*; b) Afetar Nb: *açucarar (-ar)*, *encerar (-ar)*, *vacinar (-ar)*; c) Causar Nb: *aterrorizar (-izar)*, *danificar (-ificar)*, *enraivecer (-ecer)*; d) Transformar em / tornar(-se) Ab: *amadurecer (-ecer)*, *dignificar (-ificar)*, *entristecer (-ecer)*, *esvaziar (-ar)*, *facilitar (-itar)*.

3. Nomes não deverbais: a) Evento relacionado com Nb: *abrilada (-ada)*, *belenzada (-ada)*; b) Conjunto de Nb ou (grande) quantidade de Nb: *berreiro (-eiro)*, *folhagem (-agem)*, *papelada (-ada)*; c) Local de grande quantidade de Nb: *vinhedo (-edo)*; *laranjal (-al)*, *canil (-il)*; d) Local relacionado com Nb, ou local onde se exerce atividade relacionada com Nb: *livraria (-aria)*; e) Atividade / ocupação, relacionado com Nb: *advocacia (-ia)*, *celibato (-ato)*; f) Aquele que exerce uma atividade relacionada com Nb: *empresário (-ário)*, *ferreiro (-eiro)*, *maquinista (-ista)*; g) Nd (objeto, vegetal) relacionado com Nb: *galinheiro (-eiro)*, *limoeiro (-eiro)*; h) Produto relacionado com Nb, produto preparado a base de Nb: *laranjada (-ada)*; i) Produto derivado ou extraído de Nb: *caféina (-ina)*; j) (O que é / o que pode ser) continente de Nb: *dedal (-al)*, *relicário (-ário)*, *vestiário (-ário)*; k) Porção contida em Nb: *colherada (-ada)*; l) Doença relacionada com Nb: *bronquite (-ite)*, *neurose (-ose)*, *cobreiro (-eiro)*; m) Sistema científico, filosófico, ideológico relacionado com Xb, por exemplo, *darwinismo (-ismo)*, *luteranismo (-ismo)*; n) O fato de ser A: *firmeza (-eza)*, *brancura (-ura)*, *imundície (-ície)*, *arrogância (-ncia)*, *humildade (-dade)*.

4. Adjetivos não deverbais: a) Originário / proveniente de Nb: *algarvio (-io)*, *austríaco (-aco)*, *beirão (-ão)*, *mineiro (-eiro)*, *chileno (-eno)*, *galileu (-eu)*, *francês (-ês)*, *israelita (-ita)*, *judaico (-aico)*, *lisboeta (-eta)*, *londrino (-ino)*, *paivoto (-oto)*, *peruano (-ano)*, *portuense*

(-ense), *santista* (-ista); b) Relativo a *Nb*: *artesanal* (-al), *cervejeiro* (-eiro), *complementar* (-ar), *forense* (-ense); c) Que pertence a *Nb*: *artesanal* (-al), *escolar* (-ar), *infernal* (-al), *oceânico* (-ico), *partidário* (-ário); d) Que tem *Nb*: *metódico* (-ico), *barbado* (-ado), *barrento* (-nto), *brioso* (-oso), *febril* (-il), *maníaco* (-aco), *sortudo* (-udo); e) Que é adepto de *Nb*: *budista* (-ista), *republicano* (-ano); f) Que causa, que provoca *Nb*: *medonho* (-onho), *terrorista* (-ista); g) Que tem semelhança com *Nb*, que evoca *Nb*: *crystalino* (-ino), *dantesco* (-sco), *senhoril* (-il), *solarengo* (-engo).

5. Nomes isocategoriais: a) Pequeno *Nb*: *aranhíço* (-iço), *barbicha* (-icha), *chibato* (-ato), *farolete* (-ete), *farolim* (-im), *ilhéu* (-éu), *ilhota* (-ota), *livrinho* (-inho), *lugarejo* (-ejo), *papelucho* (-ucho), *rapazelho* (-elho), *rapazito* (-ito), *riacho* (-acho), *ruela* (-ela), *sacola* (-ola), *saleta* (-eta); b) Grande *Nb*: *barcaça* (-aça), *bocarra* (-arra); *cabeçorra* (-orra), *carrão* (-ão), *copázio* (-ázio), *dentuça* (-uça); *homenzarrão* (-arrão), *moscardo* (-ardo), *ricalhão* (-alhão).

6. Adjetivos isocategoriais: a) *Ab* em grau de intensidade reduzido: *doentinho* (-inho), *doentito* (-ito), *grandinho* (-inho), *grandito* (-ito); b) Bastante *Ab*, *Ab* em grau de intensidade elevada: *bonzão* (-ão), *mansarrão* (-arrão), *ricaço* (-aço), *tristonho* (-onho); c) Muito *Ab*, *Ab* em grau de intensidade muito elevada: *altíssimo* (-íssimo), *humílimo* (-ílimo), *paupérrimo* (-érrimo).

7. Verbos isocategoriais: *V* – praticar, exercer, executar a ação designada por *V* – em grau de intensidade reduzido e/ou de forma iterativa e/ou menos perfeita: *saltitar* (-itar), *chuviscar* (-iscar), *cuspinhar* (-inhar), *versalhar* (-alhar).

Conclui-se, então, que as classificações não são únicas e, portanto, geram controvérsias.

5. As paráfrases semânticas e as regras de formação de palavras

Tais classificações, quando são semânticas, levam, inicialmente, a elaboração de paráfrases genéricas para dar conta dos grandes grupos semânticos, como se pode notar na classificação de Rio-Torto (1998) e de Freixeiro Mato (1999), já que, segundo Sandmann (1989, p. 31), os sufixos correspondem a lexemas, ou seja, uma sufixação equivale semanticamente a um grupo sintático definido por uma paráfrase (semântica) do processo específico daquela derivação. Naturalmente, a capacidade de

incluir elementos do mundo extralinguístico surge como uma reserva latente à paráfrase. Rio-Torto (1998, p. 110) considera as paráfrases uma simplificação das acepções dos dicionários. Do mesmo modo:

paráfrases semânticas, ou seja, definições plausíveis, à maneira lexicográfica, estão muito próximas da consciência do falante. Quando este reflete no conteúdo de uma palavra sufixada, fá-lo com base na palavra primitiva, de um modo bastante similar ao dos lexicógrafos, apenas de um modo mais tosco. (BOSSIER, 1998, p. 22)

No entanto, para Coseriu (1987, p. 181), nada impede o uso de designações, desde que conexas às significações e Rio-Torto (1998, p. 110) afirma que a formulação de paráfrases é uma primeira etapa no levantamento das regularidades derivacionais que aparecem entre a palavra final e seus constituintes; e na análise das operações semântico-categoriais. Analogamente,

A plausibilidade das definições sempre é suscetível de melhoramento, depurada de qualquer circularidade ou ainda de sinonímia usada como sucedâneo de uma verdadeira definição. Tudo isso não impede extrair das definições lexicais, numa segunda operação, fórmulas de índole mais gramatical ou mais semântica. (BOSSIER, 1998, p. 23)

Pode-se notar, então, que há três tipos de semântica envolvidos na formação de palavras por sufixação: a semântica da palavra sufixada, a semântica da base e a semântica do sufixo. Nota-se, também, que as três classificações dadas anteriormente: Freixeiro Mato (1999), Sandmann (1989) e Rio-Torto (1998); centram-se na semântica da palavra formada auxiliada pela palavra base e pelo sufixo, já os estudos do GMHP, por se centrarem nos sufixos, procuram fazer a classificação a partir do significado destes. Analogamente com a formulação de paráfrases.

Desse modo, pode-se concluir que a formulação de paráfrases é uma etapa preliminar do processo de sistematização na formação de palavras na língua, pois por meio delas encontram-se as regularidades, fazem-se as generalizações e especificações necessárias, bem como se eliminam as redundâncias e, assim, chega-se às suas regras de formação de palavras, em particular, do sistema de sufixação.

6. A produtividade e suas restrições

Segundo Sandmann (1991, p. 44-45), “da competência lexical do usuário de uma língua fazem parte tanto a capacidade de formar e entender palavras novas como a de atribuir estrutura às palavras já integrantes

do léxico”. Isto significa que há algumas etapas interligadas no processo de formação de palavras para o falante de uma língua: numa primeira fase, o falante entende as palavras novas e equivale a formação de paráfrases; numa segunda fase, o falante reconhece os elementos envolvidos no processo de formação de uma palavra nova, que equivale ao reconhecimento das regras de formação de palavras; numa terceira fase, o falante produz palavras novas aplicando o mesmo processo reconhecido na segunda etapa, que equivale a aplicação das regras de formação de palavras. A terceira fase desse processo – a aplicação das regras e a produção efetiva de palavras novas – irá indicar a produtividade da regra de formação de palavras, e em particular, a produtividade de uma vertente semântica associada a um determinado sufixo no processo de formação de palavras.

Segundo Viaro (2005), a produtividade abrange dois casos: a de um elemento prolífico, quando por meio dele se obtêm muitas palavras; e a de um elemento que produz muitos neologismos. O autor ressalta: “um sufixo prolífico não é, necessariamente, produtivo (pode ter deixado de formar neologismos após criar muitas palavras) e um não prolífico pode trazer uma força produtiva subestimada se nos pautamos somente nos dicionários”.

Entretanto, o principal problema surge no momento de definir o critério a ser adotado para medir a produtividade. O critério, em geral, mais usado é o cômputo da frequência das palavras formadas a partir de um dado sufixo em um determinado *corpus*. Para Aronoff (1976, p. 35), a produtividade lexical não deve ser confundida com elevado nível de ocorrência, pois tal engano leva a definir uma regra como mais ou menos produtiva de acordo com a listagem maior ou menor que apresentam no léxico, quando em realidade o deve definir uma regra como produtiva é o fato de se prestar à formação de novos itens lexicais. Embora haja uma grande controvérsia em relação a esse critério de medida da produtividade, que envolve também a escolha do *corpus* e sua representatividade do sistema, convém citar Bossier (1998, p. 8): “produtividade é uma verificação que pode constar da investigação, num grau variável, mas nunca deve ser um critério eliminatório previamente estabelecido”.

The list of morphemes and the rules of word formation together define the potential words of language. The set of actual words is obtained from that the potential words by applying to the latter the modifications indicated in the fil-

Segundo Sandmann (1991, p. 59): “é de sua própria natureza que regras tenham limitações, que elas tenham campos específicos de aplicação”. Assim, para o autor, as limitações próprias das regras de formação de palavras funcionam como filtros que limitam ou disciplinam a formação de palavras, por isso, em sua obra dispõe vários tipos de restrições no processo de produção lexical, no intuito de mostrar o escopo de tais operações. Para Bauer (1983) *apud* Sandmann (1991, p. 59-60), há duas restrições de caráter pragmático: a existência do objeto a ser designado e sua nomeabilidade. Em relação às bases de derivações, o autor descreve restrições fonológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas.

De acordo com Sandmann (1991, p. 61), “a repetição de sons iguais na mesma palavra contraria, de maneira geral, princípios estéticos de eufonia”. Assim dentro das palavras potenciais em português cuja base é a palavra *estressar*, há: *estressamento* e **estressação*, entretanto a primeira forma é preferida em relação à segunda, pois o filtro fonológico, neste caso, é a repetição de sons iguais seguidos na mesma palavra. Porém, há exceções, por exemplo, *cassação* e *cabeleireiro*.

Convém notar também que o processo de recursividade e concatenação de regras sufixais não é tão aleatório quanto possa parecer, pois ocorre em função das estruturas lexicais paradigmáticas, que se por um lado cristaliza determinadas formas, por outro lado promove restrições morfológicas. De acordo com Aronoff (1976, p. 62) e Sandmann (1991, p. 62-64), o grau de produtividade de uma regra de formação de palavras está ligado aos tipos específicos de bases morfológicas em que a regra opera. Assim, verbos formados com o sufixo *-ecer*, geralmente selecionam o sufixo *-mento* e não o sufixo *-ção* para formar nomes de ação, por exemplo: *aquecer* → *aquecimento*. Os verbos formados com o sufixo *-izar*, geralmente selecionam o sufixo *-ção* para formar nomes de ação, por exemplo: *nacionalizar* → *nacionalização*. Porém, há exceções: *deslizar* → *deslizamento* e *enraizar* → *enraizamento*.

Segundo Aronoff (1976, p. 65), existe uma estreita e importante relação entre coerência semântica e produtividade. Do mesmo modo para Sandmann (1991, p. 64), quando o sufixo é restritivo quanto a aspectos

²Tradução: “A lista de morfemas e as regras de formação de palavras (*RFP*) definem juntas as palavras em potencial de um sistema linguístico. Mas, o subconjunto das palavras usadas é obtido pela filtragem do conjunto de palavras potenciais.”

puramente semânticos, como a conotação da base, então a restrição será de natureza semântica. Por exemplo, o sufixo *-udo* tomando como base *X* pertencente ao conjunto das partes externas do corpo humano ou animal, significa: “que tem ou é provido de *X* grande”, por exemplo, *barrigudo* e *chifrado*. Entretanto, o mesmo sufixo pode designar também as qualidades morais ou características permanentes de personalidade, por exemplo, *sisudo* e *sortudo*, e neste caso significa: “que tem muito *X*”; mas não pode se associar, devido à sua característica semântica, a bases substantivas mais concretas como: *casa* → **casudo* para designar “que tem casa grande” ou que “tem muitas casas”. Atesta-se, então, que há uma limitação de natureza semântica.

Para Sandmann (1991, p. 67 – 68), “é de natureza sintática o fato de muitos sufixos se unirem, exclusivamente ou preferencialmente, a bases pertencentes a determinada categoria gramatical ou classe de palavras e não a outras”. Por exemplo, o sufixo *-nte* associa-se a verbos na formação de adjetivos de natureza dinâmica; como: *frustrar* → *frustrante*, mas não atua em bases adverbiais (*perto* → **pertonte*) ou nominais (*caneta* → **canetante*), ainda que, contrariando o autor, pode-se observar hoje *cadeira* → *cadeirante*, provavelmente uma formação posterior à sua obra.

Além disso, em particular, parece haver interessantes aspectos das restrições lexicais, chamados de bloqueios, ou seja, quando a ocorrência da formação de uma palavra é impedida pela existência de outra forma que já preenche o seu papel no léxico, nas palavras de Aronoff (1976, p. 55): “*Blocking prevents the listing of synonyms in a single stem. An affix which is productive with a given morphological class will thus block the attachment of rival affixes to that class*”³. Segundo Sandmann (1991, p. 75), “está-se frente a uma situação de conflito entre o sistema e o uso; o sistema permite mais de uma forma, o uso, porém, consagra e privilegia uma”. Por exemplo, em português, como já existe a palavra *estudo* não se pode formar **estudagem* ou **estudamento*.

Em relação aos bloqueios, Sandmann (1991, p. 78-80) faz duas ressalvas: “a especialização de sentido de uma palavra – forma de lexicalização – pode levar à anulação do bloqueio de formas com outros sufi-

³ Tradução: “O bloqueio impede a formação de uma lista de sinônimos em derivações. Pois, um afixo produtivo para a formação de uma dada classe morfológica bloqueará a atuação de afixos concorrentes para a formação desta mesma classe.”

xos de função igual”, por exemplo, *salvação* e *salvamento*, *ensino* e *ensinamento* cada qual com sua especificidade semântica, não gerando o bloqueio entre elas; e “o despeito a determinados bloqueios de regras de formação de palavras pode assumir caráter estilístico”. Para Rio-Torto (1998, p. 63), “o léxico tem sido encarado como um acervo que pode incluir uma secção que corporize a sua dimensão criativa”. Um bom exemplo em português é a obra de Guimarães Rosa, na qual aparecem termos, tais como: *pobrepérrimo*, *tristoso*, *severoso*, *severista*, *ricos*, *mortemente*, *depoismente*, *comfomemente*.

Em contrapartida, também se encontram formas concorrentes derivadas de uma mesma base, por exemplo: *manobreiro* e *manobrista* são agentivos que designam a pessoa que manobra carros. Um exemplo bem ilustrativo é a concorrência entre as formas: *fumante*, *fumador* e *fumista*, no português e no galego, são agentivos que designam a pessoa que fuma; mas sabe-se que *fumante* é a forma mais usada no Brasil, ao passo que *fumador* é a forma mais usada na Galiza e em Portugal, e *fumista* é uma forma que pode ser encontrada em textos sobre tabagismo e também em alguns textos literários das três regiões, no entanto é pouco usada no Brasil, em Portugal e na Galiza.

Assim, deve-se levar em conta também os mais variados fatores e condições que podem interferir no processo de formação de palavras, de acordo com Basílio (2004, p. 80), “a formação de palavras pode ter uma função exclusivamente cognitiva, como categorização. Mas, em termos de comunicação, a palavra se forma também em função do enunciado”. Ou seja, as funções não estão isoladas e exclusivas na formação da palavra diante da comunicação, assim, não há apenas uma função semântica ou morfológica, mas um misto de funções que associa os mais variados fatores ao enunciado e à expressão.

Desse modo,

A função de sufixos como *-ista* e *-ano*, formadores de nomes, que ocorrem em construções como *budista*, *maoísta*, *maometano* e *machadiano*. Do ponto de vista da competência lexical, *-ista* e *-ano* podem formar nomes a partir de nomes próprios, mas são as condições socioculturais que elevam certos nomes próprios à condição base possível para esse tipo de formação, uma vez satisfeita a condição de um mínimo de *status* sociocultural. (BASÍLIO, 1993, p. 370)

7. A dimensão histórica

Apesar das controvérsias e de determinados fatores problemáticos, é interessante notar que, seguindo apenas as regras de formação de palavras pode-se construir um algoritmo passível de implementação computacional. De fato, a teoria minimalista, segundo Rio-Torto (1998, p. 57), “preconiza que a formação de palavras (...) está a cargo de um sistema computacional que (...) tem a capacidade de gerar as estruturas morfolexicais da língua”. Entretanto, nota-se também que uma língua não se desenvolve de forma tão regular, e para cada regra, inclusive as de formação de palavras, podemos encontrar vários contraexemplos. Convém citar Rio-Torto (1998, p. 132): “a análise do sistema derivacional do português não se esgota na identificação das coordenadas semântico-categoriais por que se define cada regra de formação de palavras (...) envolve diversas outras dimensões”. Assim,

A plurivocidade de dimensões semânticas que os produtos lexicais convocam não deixa margens para dúvidas acerca da multipolaridade e da interatividade por que necessariamente se define a formação de palavras e o domínio em torno dela configurado. Não é, pois, legítimo, continuar a reduzir este domínio a uma só dimensão, subsumindo-o no léxico ou na morfologia. (RIO-TORTO, 1998, p. 82)

Convém lembrar que

Parece coisa extremamente fácil distinguir palavras derivadas de palavras primitivas quando se trata de exemplos (...) que não requerem especial cultivo da inteligência (...) São entretanto numerosos os casos em que transparece menos lucida a relação entre o termo derivado e o derivante, sendo necessário algum estudo para se perceber a filiação. Outras vezes tem havido tal evolução de forma e sentido, que surge um curioso conflito entre o pensamento geral do vulgo e o facto encarado à luz da pesquisa científica⁴. (SAID ALI, 1930, p. 3)

De fato, segundo Viaro (2004): “é inegável que haja derivação, no entanto, o estudo estritamente sincrônico desse capítulo gramatical se revela, no mínimo, um contrassenso”. Da mesma maneira, Rio-Torto (1998, p. 133-148) sustenta que a história da língua é insubstituível na análise de determinados aspectos da formação de palavras, nos quais se nota que o presente é em larga medida herdeiro do passado, por exemplo: a) na identificação do estatuto e dos tipos de constituintes lexicais; b) na clarificação do caráter composto das palavras; c) no estabelecimento de tipologias de palavras de estrutura complexa; d) na reconstituição da evo-

⁴ Foi mantida a ortografia original do autor, própria de sua época.

lução formal e semântica das palavras; e) na explicação de algumas das reestruturações dos sistemas afixais; f) na determinação dos paradigmas genolexicais.

Neste senso,

Mais do que observar que há/pode haver insuficiências no tratamento sincrónico/contemporâneo da componente lexical que só uma abordagem histórica pode suprir, importa chamar a atenção para a consubstancial incorporação do passado no presente que todo o sistema lexical atesta, e que nenhuma análise sincrónica pode subestimar. (RIO-TORTO, 1998, p. 148)

Dessa forma, nota-se que as polaridades por si só não dão conta do sistema como um todo. Ou seja, um estudo estritamente sincrónico mostra-se insuficiente diante de vários fatores, como também um estudo estritamente diacrónico apontará suas insuficiências. Entretanto, em detrimento do pensamento ortodoxo polar, acredita-se que ponderar os estudos complementando com uma metodologia o que a outra deixa a desejar é, segundo Rio-Torto (1998, p. 134), “atitude de complementaridade entre análise histórica e sincrónica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1976.

BASÍLIO, M. O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção. In: CASTILHO, A. T. *Gramática do português falado*. Vol. III: as abordagens. Campinas: Unicamp, 1993, p. 364-372.

_____. Flutuação categorial de base adjetiva no português falado. In: CASTILHO, A. T. *Gramática do português falado*. Vol. II: Níveis de análise linguística. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2002, p. 75-90.

_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2004.

BOSSIER, W. Os sufixos verbalizadores no léxico português moderno. In: *Linguistica antverpiensia*, series maior, nº 3. Antuérpia: Instituto Superior de Tradutores e Intérpretes (H.I.V.T), 1998.

CÂMARA JR. J. Matoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

COSERIU, E. *Formen und Funktionen*. Tübingen: Niemeyer, 1987.

- _____. *Principios de semántica estrutural*. Madri: Gredos, 1977.
- FERREIRO, M. *Gramática histórica galega*. Noia: Laidovento, 2001.
- FREIXEIRO MATO, X. R. *Gramática da língua galega*. Vol. III – Semántica. Vigo: A nosa terra, 1999.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- HALLE, M. Prolegomena to a theory of word formation. In: *Linguistic inquiry*. Vol. IV, Winter, 1973, p. 3-16.
- LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra, 1979.
- RIO-TORTO, G. M. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora, 1998.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1930.
- SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor / Ícone, 1989.
- _____. *Competência lexical. Produtividade, restrições e bloqueio*. Curitiba: UFPR, 1991.
- VIARO, M. E. Para um estudo da semântica sincrônica dos sufixos derivacionais em português do século XIII. In: *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*. Taubaté: Unitau, 2003. CD-ROM.
- _____. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. In: *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*. São Carlos: UFSCar, 2005.

ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DO PARTICÍPIO LATINO

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo se limita a descrever o comportamento estilístico-sintático da forma verbo-nominal de participípio das odes do *Liber Primus*, de Horácio. A sua contextualização, considerando o seu relacionamento com os outros termos da estrutura sintática, constitui o objeto de análise da presente pesquisa. Baseamo-nos na perspectiva da existência de uma ordem natural da língua. Contudo, não desprezamos os casos de colocação dos termos na frase, em que não se deu de acordo com a relativa padronização, preconizada pelos estudiosos da sintaxe latina. Constatamos uma relativa liberdade de colocação dos termos nas odes horacianas; nessa liberdade, o resultado de natureza comunicativa quase sempre sugere interpretações variadas, que caracterizam um uso estilístico. Assim, comprovamos que a linguagem de Horácio nas odes do seu *Liber Primus* se caracteriza como um uso estilístico, já que é estilístico-sintático o comportamento do participípio e das palavras com que tais formas se relacionam nas referidas odes.

Palavras-chave:

Formas verbo-nominais. Odes horacianas. Ordem natural. Participípio. Morfossintaxe.

1. Introdução

Das muitas particularidades do latim, enfatizaremos neste trabalho a existência da forma verbo-nominal de participípio, que, em princípio, não tem o mesmo comportamento do participípio do português. No latim, o participípio pode ser usado em voz ativa no presente e no futuro e, em voz passiva, no passado. Além dessa forma verbo-nominal, a latim apresentava o adjetivo em “-ndus” que desempenha o papel de participípio futuro na voz passiva. Essa forma adjetiva é comumente denominada gerundivo.

Por ser o latim uma língua de declinações, não se espera uma padronização de sua estruturação frasal. De fato, a ordem dos termos na

frase não se fazia obrigatória; contudo, na prosa, tal padronização na colocação dos termos pode ser observada, já que prevalecia a ordem natural da língua latina: iniciava-se a frase com o termo nominativo (sujeito) e finalizava-se com o verbo (Cf. MAROUZEAU, 1953, p. 55, ERNOUT; THOMAS, *op. cit.*, § 188, p. 161 e GARCIA, 2000, p. 30).

Autores como Juret (1933) e Marouzeau (*Op. cit.*) observam uma relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas frasais do latim. Afirmam que são diversos os fatores determinantes de tal liberdade: de uso, de sentido, de estilo, de ritmo, entre outros. Contudo, embora seja difícil fazer uma sistematização de tais aspectos, em todos esses fatores, certas leis ou tendências podem ser observadas.

Nas odes horácianas analisadas, esse caráter de liberdade relativa foi constatado. O comportamento sintático da forma verbo-nominal de particípio nessas odes se nos pareceu de natureza estilística. Ela apresenta certas características diferentes das do uso tido como gramatical, considerando haver a tal ordem natural da língua latina. Eis o porquê de se reconhecer um uso estilístico de tais formas.

Nos exemplos abaixo, podemos observar a possibilidade de diversos ordens dos termos, com que se relacionam o particípio (no caso, presente do indicativo):

- (01) “(...) / *laeta quod pubes hederā uirenti / gaudeat pulla magis atque myrto / aridas frondes hiemis sodali / deditet Euro.*” (XXV, v. 17-20) – “(...), porque a juventude alegre gosta da hera vigorosa e da murta mais escura e consagrará as folhas secas ao Euro, companheiro do inverno.”
- (02) “(...), *uae, meum / feruens difficili bile tumet iecur.*” (XIII, v. 3-4) – “(...), ai! Meu fígado (com sentido de “íntimo”; “coração”), ardendo de penoso mau humor, fica intumescido.”

Em Horácio, uma padronização não se pode sentir. A tal liberdade relativa pode ser observada nos exemplos descritos acima e em muitos outros do seu *Liber Primus*.

Observe que os particípios destacados (em (01), traduzido como adjetivo; e em (02), como gerúndio), ocupam posições diferentes em relação ao núcleo substantivo, a que se referem, em decorrência dos valores assumidos em latim. Contudo, em português, outros valores poderiam assumir, já que há outras possibilidades de tradução: “que vigora” em lugar de “vigorosa” (em (01)); e “que arde” ou “ardente” em lugar de “ardendo” (em (02)).

Essa falta de regularidade das estruturas frasais nas odes de Horácio, as quais apresentam uma disposição variada dos termos, se constata especialmente no uso do particípio, objeto de nosso estudo.

Convém ressaltar que não constitui nosso objetivo definir ou descrever o estilo horaciano e nem tampouco comprovar que o comportamento dessa forma verbo-nominal e dos termos a elas relacionados constitui um uso estilístico de Horácio. O nosso objetivo é tão-somente o de acusar um comportamento estilístico-sintático do particípio nas odes do seu *Liber Primus*.

Tal uso também pode ser encontrado nas obras de outros autores, como sugere Marouzeau (1946) ao considerar o estilo como escolha ou seleção entre as expressões possíveis que a língua nos oferece.

Lembra-nos, entretanto, Câmara Jr. (1985, p. 110) que o uso estilístico “decorre, antes de tudo, do nosso impulso emotivo e do propósito claro ou subconsciente de suggestionar o próximo”, o que nos obriga àquelas escolhas, de que fala Marouzeau.

Para o presente estudo, consideramos a teoria estruturalista, de natureza americana (representada por Bloomfield nos Estados Unidos da América e Câmara Jr., no Brasil), cuja base é a descrição de estruturas sintáticas efetivas de uma dada língua. Muitos aspectos morfossintáticos de uma língua, que a distinguem de outras, podem ser observados a partir da análise estruturalista, como o fizemos com o latim, que, apesar de ser a língua-origem mediata do português, muito se distingue deste.

Sob a perspectiva da tradução literal (sem desprezar a técnica da tradução literária), todas as odes do *Liber Primus*, de Horácio, foram traduzidas com a intenção de ressaltar as formas verbo-nominais contextualizadas. Assim, evitamos a fragmentação, que pode causar certas falhas, quando são cotejados fragmentos de texto, nos quais nem sempre se podem observar as relações do item lexical em destaque com os demais. Convém ressaltar que a tradução é particular, inédita e original, e que tal tradução se respaldou no texto latino publicado pela *Les Belles Lettres*, em 1946.

Todos os casos de frases com formas verbo-nominais: infinitivo (presente, passado e futuro), gerúndio, particípio (presente, passado e futuro), gerúndio e supino, foram destacados e analisados sintaticamente em forma de comentário e sob os subsídios teóricos apresentados principalmente por Marouzeau (*Op. cit.*) e Ernout et Thomas (*Op. cit.*).

Depois, de posse desse material, formulamos a argumentação para comprovar a hipótese do caráter estilístico-sintático no uso do participípio nas odes do *Liber Primus*, de Horácio.

Logo, neste trabalho, a análise do participípio latino a ser apresentada a seguir valorizará a sua contextualização, a partir do seu relacionamento com os outros termos sintáticos.

2. *Natureza dos tipos de estruturas sintáticas latinas*

Considerando a estrutura oracional do português escrito, mormente no que se refere à colocação das palavras, que se organizam em sintagmas de funções sintáticas diversas, poderíamos dizer que se trata de uma língua SVO (Sujeito-verbo-complemento), já que os seus termos se organizam preferencialmente em ordem direta⁵. Ou seja, há uma padronização estrutural prevista na língua portuguesa.

Entretanto, tal padronização não caracteriza a língua latina, que é uma língua de declinações. Nela, ocorriam alterações morfossintáticas, causadas pelo acréscimo de desinências casuais, conforme a função sintática que uma dada palavra exercesse na estrutura linguística. Logo, a ordem dos termos na frase não era especialmente direta e nem se fazia obrigatória, como afirmam Ernout et Thomas (*Op. cit.*), corroborando Marouzeau⁶, a quem faz referência em nota de rodapé:

Le maintien de la flexion nominale a fait que l'ordre des mots n'a jamais pris en latin de signification syntaxique, cf. supra, § 10. On constate pourtant certaines habitudes ou préférences qui n'ont rien de strict. (ERNOUT ET THOMAS, 1959, § 188, p. 161)⁷

Em decorrência dessa asserção, poderíamos concluir que as palavras poderiam ser colocadas em qualquer ordem e que o resultado de ordem comunicativa seria o mesmo. Contudo, essa conclusão não é correta ou pelo menos não é conveniente, porquanto a ordenação das palavras em latim não era exatamente livre.

⁵ Sobre a ordem direta da língua portuguesa, confira Pontes (1987).

⁶ Ernout et Thomas nos remete aos estudos de Marouzeau, sobre a ordem das palavras na frase latina (MAROUZEAU, 1922; 1938; 1949).

⁷ "A manutenção da flexão nominal tem feito com que a ordem das palavras em latim nem sempre se prenda à significação sintática, cf. acima § 10. Constatam-se, portanto, certos hábitos ou preferências que não são precisos." (Tradução livre)

Em relação a essa possível liberdade, Marouzeau (*Op. cit.*) observa que, em latim, a ordem das palavras não é indiferente a certos aspectos de sistematização difícil de se estabelecer, embora previsíveis.

Toutefois, si en latin l'ordre des mots est libre, il n'est pas indifférent. Le choix de la construction est déterminé dans chaque cas particulier par des considérations très diverses, d'usage, de sens, de style, de rythme, qu'il est difficile de réduire de réduire en système, mais qui prêtent à l'observation de certaines lois ou tendances. (MAROUZEAU, 1953, p. x)⁸

Na prosa, por exemplo, prevalecia uma ordem natural própria da índole da língua: normalmente a frase iniciava-se com o termo nominativo (sujeito) e se finalizava com o verbo, como já afirmamos anteriormente. Na poesia, em que a liberdade de colocação se nos parece mais livre, também não o é, pois o resultado de ordem comunicativa quase sempre se altera, sugerindo interpretações variadas, que caracterizam um uso estilístico.

Daí, a necessidade de se examinar a ordem natural das palavras nas estruturas oracionais latinas, considerando a ordem das palavras das estruturas oracionais denominadas regulares e a possibilidade de outras organizações a serviço da metrificação. Depois, observar o comportamento das formas nominais dos verbos e os termos a que se relacionam nas estruturas das odes horacianas que serão o objeto da nossa análise.

3. A forma verbo-nominal latina de participípio

Existem dois grupos de nomes verbais em latim: o grupo que é formado de nomes que valem por substantivos – infinitivo, supino e gerúndio –, e o grupo que é formado de nomes que valem por adjetivos – participípio e gerundivo.

São três os participípios em latim: presente, passado e futuro. O participípio presente expressa uma ação sempre concomitante com a da oração em que ele se encontra. Como adjetivo uniforme caracterizado pelo acréscimo ao tema de *infectum* do sufixo “-nt(i)”, segue a terceira declinação e dela recebe suas desinências.

⁸ “Todavia, se em latim a ordem das palavras é livre, não é indiferente. A escolha da construção é determinada em cada caso particular por considerações bem diversas, de uso, de sentido, de estilo, de ritmo, que é difícil de resumir em sistema, mas que favorece à observação de certas leis ou tendências.” (Tradução livre)

Por apresentar, por vezes, em sua flexão uma única forma para os três gêneros, não se pode depreender o gênero senão de um núcleo substantivo, com o qual concorda também em número e caso.

Observa Ernout, em sua *Morphologie historique du latin* (1953, p. 58), que “a dupla forma de ablativo singular atesta ainda a existência de duas flexões, uma de um tema consonântico *ferent-, outra de um tema em ‘-i’, *ferenti-”⁹.

Estas duas formas se distinguiam no emprego: na forma em “-i” o particípio tinha valor de adjetivo (“*constanti animo*”, “*praesenti tempore*”); na forma em “-e” o particípio tinha o valor próprio (“*me praesente*”, “*millio rogante*”, “*ineunte tempestate*”), ou valor de substantivo (“*parente*”, “*cliente*”).

- (03) “*Te maris et terrae numeroque carentis harenae / mensorem cohibent, Archyta, / pulueris exigui prope latum parua Matinum / (...)*” (XXVIII, v. 1-3)
– “Ó Arquitas, a ti, mensurador do mar e da terra e do deserto carente de medida, pequenos benefícios de um pouco de pó detêm-te próximo ao vasto Matino (...)”

O particípio presente “*carentis*” do exemplo (03), em genitivo singular feminino, concorda como adjetivo com o núcleo substantivo “*harenae*”, para o qual, acompanhado de seu complemento em ablativo “*numero*”, serve de adjunto adnominal, traduzido como um sintagma adjetivo restritivo, mas que poderia ser traduzido como um simples adjunto adnominal (“desmedido deserto”) ou como oração relativa restritiva (“que não tem medida”).

Quanto à tradução para o português, normalmente a estrutura com a forma de particípio presente corresponde a uma oração relativa, que, em muitos casos, pode ser traduzida em forma de gerúndio, correspondente a uma oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio, por expressar uma ação momentânea.

- (04) (...), *uae, meum / feruens difficili bile tumet iecur.*” (XIII, v. 3-4) – “(...), ai! Meu fígado (com sentido de “íntimo”; “coração”), ardendo de penoso mau humor, fica intumescido.”

Nesse caso, optou-se pela tradução em forma de uma oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio (“ardendo”), embora seja possível a tradução em forma de adjetivo (“ardente”) ou em forma de oração

⁹ “A double forme de l’ablatif singulier atteste encore l’existence de deux flexions ; l’une thème consonantique *ferent-, l’autre d’une thème en -i-, *ferenti-.” (Tradução livre)

subordinada adjetiva (“que arde”). Isto, porque o particípio presente “*feruens*”, em nominativo singular neutro, com sua complementação em ablativo “*difficili bile*”, concorda como um adjetivo com “*iecur*”, funcionando como adjunto adnominal na estrutura “*meum iecur feruens difficili bile*”, expressa uma ação momentânea.

Não raro, o particípio presente é tomado por substantivo. Encontramos três exemplos em que se verifica o emprego dessa forma verbo-nominal substantivada, funcionando como complemento verbal. Em (05), a forma de particípio presente “*laedentem*”, em acusativo singular masculino, foi substantivada e, com seu complemento em acusativo (“*dulcia oscula*”) e complementação adverbial (“*barbare*”), exerce a função de complemento de “*speres*”, que foi traduzido como oração subordinada substantiva objetiva direta justaposta.

- (05) *Non, si me satis audias, / speres perpetuum dulcia barbare / laedentem oscula, (...)* (XIII, v. 13-4) – “Se me ouvires bem, não esperarás para sempre quem fere de modo bárbaro os doces lábios, (...)”

Verifica-se, ainda, o emprego da forma verbo-nominal de particípio presente, numa estrutura de ablativo absoluto, que funciona como uma espécie de adjunto adverbial. Trata-se, de fato, de um tipo de oração reduzida de particípio presente, em que o termo sujeito da oração desenvolvida correspondente passa para o ablativo e sua flexão verbal, tomando a forma de particípio presente, concorda com ele (o nome substantivo) em caso, gênero e número.

- (06) “(...), *uagus et sinistra / labitur ripa Ioue non probante u- / xorius amnis.*” (II, v. 18-20) – “(...) e, indeciso, escoá-se na margem esquerda, sem o consentimento de Júpiter, o rio que é um marido carinhoso.”

No exemplo acima, podemos observar o particípio presente “*probante*”, em ablativo singular masculino, concordando com “*Ioue*”, com o qual forma uma estrutura de ablativo absoluto, que foi traduzida como uma estrutura circunstancial com valor modal. Convém ressaltar que tal estrutura de ablativo absoluto poderia ser traduzida como uma oração subordinada adverbial reduzida de gerúndio (“não aprovando Júpiter”) ou desenvolvida (“sem que Júpiter consentisse”).

Há casos de ablativo absoluto, principalmente com o verbo “*esse*” – que não apresenta as formas de participípios passado e presente –, e a forma verbo-nominal é omitida, tendo apenas o nome substantivo em ablativo, como é o caso dos exemplos abaixo:

- (07) “(...) / *neu sinas Medos equitare inultos / te duce, Caesar.*” (II, v. 51-2) –

“(...) e nem consintas, sendo tu o chefe, ó César, galoparem os medos impunes.”

- (08) “orte Saturno, tibi cura magni / Caesaris fatis data: Tu *secundo Caesare regnes*.” (XII, v. 50-2) – “(...) nascido de Saturno, a ti o cuidado do grande César pelos destinos foi confiado. Tu, vindo César como segundo, reinará.”

Convém ressaltar, ainda, que muitas formas de participío presente, num processo de cristalização na língua, constituem verdadeiras formas adjetivas, denominadas adjetivos participípos. Nas odes analisadas, foram encontrados muitos exemplos em que se verifica o emprego de uma forma de adjetivo participío presente, funcionando como um simples adjunto adnominal, como é o caso do adjetivo participío presente “*olentis*”, em genitivo singular masculino, que concorda com “*mariti*” e lhe serve de adjunto adnominal, no exemplo (09):

- (09) “(...) *deuia* / *olentis uxores mariti*” (XVII, v. 5-7) – “(...) as fêmeas, separadas de (seu) fedorento marido, (...)”

O participío passado, que é uma forma de adjetivo verbal em “-to” não marca, à semelhança do participío presente, o tempo em si mesmo, mas expressa uma ação passada, que se desenvolve anteriormente à do verbo da proposição em que se encontra.

Em virtude de seu valor primeiro, o participío passado não se relaciona de modo fundamental à voz passiva, podendo ser empregado com verbo depoente, de valor ativo, traduzido como gerúndio.

- (10) “(...) *Pater, et rubente / dextera sacras iaculatus arces / terruit urbem, (...)*” (II, v. 2-4) – E o Pai, atingindo as cidadelas sagradas com a sua avermelhada mão direita, aterrorizou a cidade, (...)”

O participío passado “*iaculatus*”, em nominativo singular masculino, com seu complemento em acusativo “*sacras arces*” e a complementação em ablativo “*rubente dextera*”, concorda com “*Pater*”, para o qual serve de adjunto adnominal, que foi traduzido como uma oração subordinada em gerúndio, por expressar ação momentânea. Também poderia ser traduzido como oração subordinada e adjetiva explicativa (“que atingiu as cidadelas sagradas com a sua avermelhada mão direita”), se se desprezasse o seu valor concomitante.

O participío passado pode ter, por vezes, um sentido aproximado ao do presente, como no exemplo (11) abaixo. Nele, o participío “*detestata*”, em nominativo plural neutro, em congruência com o substantivo “*bella*”, como um simples adjetivo, pode ser traduzido por “que são detestadas”.

- (11) “*Multos castra iuuant et lituo tubae / permixtus sonitus bellaque matribus / detestata. (...)*” (I, v. 23-5) – “A muitos agradam os acampamentos e o som da trombeta, confundido com o (do) clarim, e as guerras detestadas pelas mães.”

O valor passivo do particípio passado desempenha importante papel na conjugação perifrástica para a expressão da passiva de *perfectum* (*amatus, -a, -um sum, eram, etc.*). Nas odes analisadas, não foi encontrado nenhum exemplo com a locução perifrástica de voz passiva com o auxiliar fisicamente presente; porém, no exemplo abaixo, tem-se um caso em que a forma de particípio passado “*data*”, em nominativo singular feminino, concordando como um adjetivo com “*cura*”, é parte da locução verbal de perfeito passivo “*data est*”, cujo auxiliar foi omitido:

- (12) “*Gentis humanae pater atque custos, / orte Saturno, tibi cura magni / Caesaris fatis data. (...)*” (XII, v. 47-9) – “O pai e guardião da raça humana, nascido de Saturno, a ti o cuidado do grande César foi confiado pelos destinos.”

Logo, há casos, em que o auxiliar não vem expresso, em que se verifica o emprego da forma verbo-nominal de particípio passado em estrutura com o verbo auxiliar elíptico.

- (13) “*Expertus uacuum Daedalus aera / pennis (...)*” (III, v. 35-6) – “Dédalo experimentou o ar livre com asas (...)”

Nesse caso, a forma de particípio passado “*expertus*”, em nominativo singular masculino, com o seu complemento em acusativo singular masculino “*uacuum aera*” e complementação em ablativo “*pennis*”, concordando como um adjetivo com “*Daedalus*”, é parte da conjugação perifrástica de perfeito do depoente “*experior*” (“*expertus est*”, que deve ser traduzida como se fosse ativa – “experimentou”), em que o auxiliar foi omitido.

Como verbo, mantém sua regência e pode, portanto, se fazer acompanhar de complemento e de complementações circunstanciais. Como nome, por ser um adjetivo verbal triforme, segue a declinação do adjetivo de 1ª classe: a forma nominativa masculina singular em “*-us*” segue a 2ª declinação; a forma nominativa feminina singular em “*-a*”, a 1ª declinação; e a forma nominativa neutra singular em “*-um*”, a 2ª declinação neutra. Logo, apresenta uma forma para cada um dos três gêneros, em congruência com o gênero do núcleo substantivo a que se refere e com o qual concorda também em caso e em número. Portanto, à forma de particípio passado será acrescida uma das respectivas desinências casuais de 1ª e 2ª declinações, como ocorre com os adjetivos dessa classe.

- (14) “(...) *metaque feruidis euitata rotis palmaque nobilis / terrarum dominos euehit ad deos.*” (I, v. 5-6) – “(...)”; e a meta, evitada pelos carros violentos, e a nobre vitória eleva(m) a deuses os senhores das terras.”

Observe que o particípio passado “*euitata*”, em nominativo singular feminino, com o seu complemento em ablativo “*feruidis rotis*”, concorda como um adjetivo com “*meta*”, para o qual serve de predicativo. Poderia também ser traduzido como oração subordinada adjetiva (“que é evitada pelos carros violentos”), em que figure uma locução verbal de voz passiva.

Ao contrário do que ocorre com o particípio presente, o particípio passado poucas vezes era tomado por substantivo. Ernout et Thomas (*Op. cit.*) observam que o emprego substantivo dessa forma verbo-nominal encontra-se, sobretudo, circunscrito a certas formas como: “*legatus*” (“legado” ou “embaixado”), “*praefectus*” (“pogresso”), “*dictum*” (“palavra”), “*responsum*” (“resposta”), “*peccatum*” (“alta”) e outras poucas.

Encontramos apenas esse exemplo a seguir, em que se verifica o emprego dessa forma verbo-nominal substantivada, funcionando como complemento verbal:

- (15) “(...) *nec uariis obsita frondibus / sub diuum rapiam.*” (XVIII, v. 12-3) – “(...) nem, sob o céu, te arrebatarei objetos cobertos de várias folhas.”

Observe que foi substantivada a forma de particípio passado “*obsita*” (“objetos cobertos”), do verbo “*obsero*”, em acusativo plural neutro, acompanhado da complementação em ablativo “*uariis frondibus*”, funcionando como complemento direto do verbo transitivo “*rapiam*”.

À semelhança do particípio presente, ocorre, também, o emprego da forma verbo-nominal de particípio passado, numa estrutura de ablativo absoluto, que é um tipo de oração reduzida de particípio passado, em que o termo substantivo e a forma de particípio passado, ambos em ablativo, concordam em gênero e número.

- (16) “*siue mutata iuuenem, figura / ales in terris imitaris, almae / filius Maiae, patiens uocari / Caesaris ultor.*” (II, v. 41-4) – “Ou (que venhas) tu, que te deixas ser evocado como vingador de César, se, mudada a fisionomia, imitas nas terras um jovem, ó alado filho da criadora Maia.”

Em (16), a forma de particípio passado “*mutata*”, em ablativo singular feminino, concorda com “*figura*”, com o qual forma uma estrutura de ablativo absoluto, que foi traduzida como oração subordinada adverbial temporal reduzida de particípio.

Vale lembrar que muitas formas de participío passado, como se verificou anteriormente com a forma de participío presente, são verdadeiros adjetivos, denominadas adjetivos participíos. Foi encontrado no *Liber Primus* um número excessivo do emprego de adjetivo participío passado (Cf. Anexo 1, *apud* BOTELHO, 2007), que funciona como um simples adjunto adnominal, como em (17), em que o adjetivo participío passado “*iunctas*”, em acusativo plural feminino, concorda com o núcleo substantivo “*fenestras*”, servindo-lhe de um simples adjunto adnominal.

- (17) “*Parcius iunctas quantiunt fenestras / iactibus crebris iuvenes proterui (...)*” (XXV, v. 1-2) – “Mais raramente, os jovens ousados abalam as tuas janelas fechadas com movimentos insistentes.”

O participío futuro é uma forma adjetiva ativa e, como o participío presente e o passado, não marca o tempo em si mesmo; expressa, contudo, uma ação futura, a se desenvolver posteriormente à do verbo da proposição em que se encontra.

Sur le radical du participe passé passif sont formés le participe futur et l’infinif futur actifs. (...) L’infinif futur actif est une forme périphrastique composée du participe futur accompagné de *esse*. On a donc un infinitif futur de l’infectum (*amaturum*, -am, -um *esse*) auquel correspond un infinitif futur du *perfectum* (*amaturum*, -am, -um *fuisse*). (ERNOUT, 1953, § 320)¹⁰

O participío concorda com seu sujeito em gênero, número e caso e, em geral, o auxiliar “*esse*” não vem expresso, para evitar uma forma mais pesada.

Normalmente, a estrutura com a forma de participío futuro corresponde a uma oração relativa, como no exemplo a seguir, em que se verifica o emprego da forma de participío futuro, que foi traduzida como adjunto adnominal e corresponde a uma oração subordinada adjetiva em tempo futuro.

- (18) “*Neglegis inmeritis nocituram / postmodo te natis fraudem committere?*” (XXVIII, v. 30-2) – “Negligencias cometeres tu um erro que depois irá prejudicar teus filhos, que não merecem?”

Em (18), a forma de participío futuro ativo “*nocturam*”, em acusativo singular feminino, concorda como adjetivo com o núcleo substantivo “*fraudem*”, para o qual, com seu complemento em dativo “*inmeritis na-*

¹⁰ “Sobre o radical do participío passado passivo foram formados o participío futuro e o infinitivo futuro ativos. (...) O infinitivo futuro ativo é uma forma perifrástica composta do participío futuro acompanhado de ‘*esse*’. Tem-se, então, um infinitivo futuro do *infectum* (*amaturum*, -am, -um *esse*), ao qual corresponde um infinitivo futuro do *perfectum* (*amaturum*, -am, -um *fuisse*).” (Tradução livre)

tis” e complementação circunstancial “*postmodo*”, serve de adjunto adnominal, que foi traduzido como oração subordinada adjetiva em tempo futuro.

Ernout et Thomas (*Op. cit.*, § 290, p. 278) observam que, por volta do final do período republicano, o particípio futuro passa a formar uma locução verbal com o verbo “*esse*” para indicar “a intenção de fazer algo”, “que se destina a fazer algo” ou “a iminência de se fazer algo”. Tais expressões não se confundem com a expressão de futuro em si.

No entanto, os autores observam que essa perífrase verbal (do tipo “*amaturus esse*” ou “*amaturus sim* ou *essem*”, em proposições dependentes) serviu de simples substituto ao futuro, principalmente no baixo latim. Afirmam que, fora esse emprego (o de parte da locução verbal) o particípio futuro passou a ter um emprego muito restrito: na prosa clássica, somente as formas “*futurus*” e “*uenturus*” são encontradas como adjetivo.

No caso do verbo “*esse*”, que só apresenta a forma de particípio futuro (“*futurus*, -a, -um”), tem-se, com um verbo auxiliar, a referida expressão perifrástica, como nesse único exemplo encontrado nas odes analisadas:

- (19) “*Quid sit futurum cras, fuge quaerere, et / quem fors dierum cumque dabit, lucro / adpone (...)*” (IX, v. 13-5) – “Evita procurar em vão o que será amanhã, e qualquer dos dias que a sorte (te) conceder, junta ao lucro!”

Observe que o particípio futuro ativo “*futurum*”, em nominativo singular neutro, concorda como adjetivo com “*quid*” (sujeito da oração), compondo uma interrogativa indireta, como oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona como um complemento do infinitivo “*quaerere*”, que é transitivo.

3.1. Gerundivo

O gerundivo, que Ernout et Thomas (*Op. cit.*) denomina “adjetivo em “-ndus”, entre outras funções, pode ser empregado como particípio futuro na voz passiva.

Os autores observam que o referido adjetivo verbal se estabelece plenamente no emprego de particípio futuro passivo a partir do III ou IV séc. d.C.:

Toutefois, c’est seulement à partir du III^e-IV^e siècle ap. J.C. que l’adjectif en -ndus s’établit pleinement dans rôle de **participe futur** passif. (ERNOUT;

Designa-se sob o nome de particípio futuro passivo ou de adjetivo verbal ou ainda de “*gerundium*” um particípio, formado de um sufixo “-ndo”, acrescentado ao tema de presente, como “*amandus*”.

Como adjetivo verbal triforme, segue a declinação do adjetivo de 1ª classe, com uma forma para cada um dos três gêneros em congruência com o do seu núcleo substantivo.

Como verbo, também mantém sua regência e pode fazer-se acompanhar de complemento e de complementações circunstanciais.

O gerundivo também não marca o tempo em si mesmo; contudo, expressa uma ação futura e passiva, a se desenvolver posteriormente à do verbo da proposição em que se encontra, e normalmente inclui em sua significação as noções de obrigatoriedade, o que representa a expressão de grande sintetismo da língua latina.

A estrutura com a forma de gerundivo corresponde a uma oração relativa, como no exemplo a seguir, em que se verifica o seu emprego numa estrutura que funciona como adjunto adnominal. A estrutura com o gerundivo como particípio futuro passivo, que foi traduzida como adjunto adnominal, corresponde a uma oração subordinada adjetiva em tempo futuro.

- (20) “(...), *si tamen impiae / non tangenda rates transiliunt uada.*” (III, v. 24-5) – “(...), se, contudo, ímpias embarcações ultrapassam as vagas, que não devem ser tocadas.”

Nesse exemplo acima, o particípio futuro passivo (gerundivo) “*tangenda*”, em acusativo plural neutro, concordando com “*uada*” como um adjetivo, é um adjunto adnominal, em cuja tradução se podem perceber as noções de passividade, futuro e obrigatoriedade. Daí, ter sido traduzido por uma oração subordinada adjetiva explicativa, em que figura uma locução verbal de voz passiva.

São três os empregos do gerundivo: 1) quando serve de voz passiva do gerúndio: nesse caso o gerundivo é considerado “*gerundium pro gerundio*”. Com os verbos transitivos em gerúndio, acompanhados de seu complemento direto, era comum em latim transformar a estrutura ati-

¹¹ “Todavia, é somente a partir do século III-IV d. C. que o adjetivo em ‘-ndus’ se estabelece plenamente no emprego de particípio futuro passivo.” (Tradução livre)

va com gerúndio para a passiva com o gerundivo. Essa passagem da ativa para a passiva era muito comum quando o gerúndio, com o seu complemento direto, apresentava-se no acusativo, dativo e ablativo preposicionado (no genitivo e ablativo sem preposição poderia ocorrer a substituição); 2) acompanhada do auxiliar “*esse*”. Nesse caso, o gerundivo, que compunha uma locução verbal, no neutro impessoal, era um adjetivo e expressava uma noção de obrigação em voz passiva (ex.: “*Nunc est bibendum, (...)*” (XXXVII, v. 1) – “Agora, deve-se beber, (...)”). Normalmente, aparecia no nominativo e, quando não apresentava um termo sujeito, no neutro; e 3) com os verbos “*dare, tradere, reliquere, concedere, sumere, curare* e outros”, como predicativo do objeto direto, expressava uma noção de intenção ou de fim.

Há casos em que se verifica o emprego da forma de adjetivo participípio futuro passivo (gerundivo), numa estrutura em que funciona como adjunto adnominal. Eis um dos dois únicos exemplos encontrados nas odes analisadas:

- (21) “*Proeliis audax, neque te silebo, / Liber, et saevis inimica uirgo / beluis, nec te, metuende certa / Phoebae sagitta.*” (XII, v. 21-4) – “Audaz nas lutas, eu nem te silenciarei, Líber, e nem a ti virgem inimiga dos animais ferozes, e nem a ti, Febo temível por sua seta certa.”

Em (21), a forma de participípio futuro passivo (gerundivo) “*metuende*”, em vocativo singular masculino, concorda como um simples adjetivo com “*Phoebae*”, para o qual funciona como adjunto adnominal. Convém observar que o verbo transitivo “*metuo*” se constrói com ablativo com preposição “*de*” ou “*ab*” e o adjetivo “*metuens*”, com genitivo. Contudo, o sintagma “*certa sagitta*” serve de complementação do adjetivo participípio “*metuende*”, como adjunto adverbial em ablativo sem preposição. Convém observar, também, que essa forma verbo-nominal não expressa futuridade e nem são fundamentais as noções de obrigatoriedade e de passividade. Ernout et Thomas (§ 297, item “c”, p. 287) observam que no gerundivo vários verbos marcam uma simples ideia de possibilidade como o adjetivo em “*-bilis*”.

Outras vezes, na poesia, a forma de gerundivo é substituída pelo infinitivo, como observam Ernout et Thomas (Cf. § 297, p. 286) a partir dos seguintes versos de Horácio:

- (22) “*Musis amicus tristitiam et metus / tradam proteruis in mare Creticum / portare uentis, (...)*” (XXVI, v. 1-3) – “Eu, favorito das Musas, entregarei a tristeza e os medos aos violentos ventos, para eles (os) levarem para o mar de Creta.”

Em (22), a forma de infinitivo presente ativo “*portare*”, com uma complementação em acusativo “*in mare Creticum*” funciona como complementação circunstancial com valor de finalidade da flexão verbal “*tradam*”, em substituição ao gerundivo “*portandos*” (em acusativo masculino plural, em função de predicativo do objeto).

Convém ressaltar que, por conta dessa flagrante expressão do sintetismo latino nas formas de gerundivo, uma única palavra latina como essa pode exigir várias em português para a sua tradução. Daí, o fato de que a grande dificuldade encontrada pelo tradutor o faz preferir traduzir o gerundivo como se fosse gerúndio, causando, quase sempre, um problema estilístico, em que a intenção do autor se nos apresenta atenuada ou totalmente destruída, como já observamos anteriormente.

4. Análise da colocação do participípio e dos termos com que se relacionam nas odes do *Liber Primus*, de Horácio

Vimos defendendo a concepção de que há uma ordem natural na língua latina e de que a natureza do caráter obrigatório dos grupos sintáticos decorre dos hábitos linguísticos e da liberdade de expressão, que se estabelecem numa dada comunidade linguística. Logo, a natureza do caráter de obrigatoriedade e de liberdade dos grupos sintáticos e a intenção do sujeito falante, que se estabelece na sociedade em que se insere, são fatores fundamentais de uma dada língua.

Defendemos, como Juret (*Op. cit.*) e Marouzeau (1953), a ideia de que o usuário sempre põe em prática espontaneamente e por vontade própria o conhecimento assimilado durante a sua integração com os demais membros de sua comunidade de fala, numa relativa coerção social, da qual participa ativa e passivamente.

Constatamos que, na busca da expressão perfeita, Horácio se valia de variadíssimos recursos no que se refere à colocação dos termos na frase.

De fato, o caráter de liberdade relativa, que vimos ressaltando ao longo deste trabalho, é uma característica das estruturas frasais das odes horacianas, identificadas também em referência ao uso das formas verbo-nominais.

O comportamento sintático do participípio nas odes do *Liber Primus* apresenta certas particularidades, a partir das quais podemos reco-

nhecer um uso estilístico. O comportamento de outras classes de palavra, com que essa forma verbo-nominal se relaciona, também se mostra peculiar; em muitos casos, elas estabelecem relações diferentes daquelas comumente encontradas na prosa, que constituem o que se pode denominar um uso regular ou natural.

4.1. Colocação do particípio e dos termos com que se relaciona

Como demonstramos anteriormente, o particípio é um adjetivo verbal.

Como verbo, pode manter a sua regência e apresentar, por conseguinte, complementos e complementações circunstanciais. Como nome, por ser um adjetivo verbal de 1ª classe apresenta uma forma para cada um dos três gêneros, concordando com o gênero do núcleo substantivo a que se refere e com o qual concorda também em caso e em número.

Portanto, em parte, o particípio se comporta como um adjetivo, que é um termo periférico (determinante) em relação ao termo nuclear (determinado).

Pudemos observar também que o adjetivo precede o substantivo na maioria das vezes, e que em caso de o adjetivo apresentar valor de uma determinação atributiva, como é comumente o caso dos particípios, ou servir para classificar uma categoria, normalmente sucede o substantivo.

Marouzeau (*Op. cit.*, § 34, p. 12) ressalta que o posicionamento do particípio, que normalmente funciona como determinante de um núcleo substantivo, em relação ao seu núcleo depende de sua natureza verbo-nominal. Devido à noção verbal, o particípio tendia a um valor limitativo, particularizante, o que o caracteriza como sendo da categoria dos discriminativos.

Como adjetivo discriminativo, o particípio normalmente é colocado após o seu núcleo. Porém, pode assumir o valor qualificativo e preceder o seu núcleo substantivo, ou valores afetivos com pejoração ou valorização e ser empregado como qualificativo anteposto ao seu núcleo.

Nas odes analisadas, muitas outras arrumações foram observadas. Nelas, a interposição de um ou mais elementos entre o determinante e o determinado, deslocamentos diversos, criando disjunções, e consequentes fenômenos sintáticos, ocorreram efetivamente.

- (23) “*Multos castra iuuant et lituo tubae / permixtus sonitus bellaque matribus / detestata. (...)*” (I, v. 23-5) – “A muitos agradam os acampamentos e o som da trombeta, confundido com o (do) clarim, e as guerras detestadas pelas mães.”

Nesse exemplo acima, podemos observar que as duas formas de particípio passado “*permixtus*” e “*detestada*” apresentam empregos distintos, embora sejam do tipo discriminativo. A forma “*detestada*” é mais propriamente um adjetivo particípio, de valor semântico limitativo.

O particípio passado “*permixtus*”, em nominativo singular masculino, com seu complemento em dativo singular masculino “*lituo*”, concorda com “*sonitus*” para o qual serve de predicativo. Poder-se-ia também traduzir a estrutura de particípio como oração subordinada adjetiva (“que é confundido com o do clarim”), em que figure uma locução verbal de voz passiva. O adjetivo particípio passado “*detestada*”, em nominativo plural neutro, com seu complemento em ablativo plural feminino “*matribus*”, concorda com “*bella*” e lhe serve de adjunto adnominal, que até poderia ser traduzido como oração subordinada adjetiva explicativa (“que são detestadas pelas mães”), em que figure uma locução verbal de voz passiva.

Também se pode verificar que “*permixtus*”, com um valor limitativo, antecede o núcleo substantivo “*sonitus*” a que se refere, e que o grupo sintático “*bella detestada*” foi separado (disjunção).

Entretanto, tais fenômenos sintáticos não chegam a causar qualquer problema para o entendimento da estrutura, como o que se verifica na seguinte passagem, na qual a separação do particípio presente “*latentis*” de seu núcleo “*puellae*” é um dos fatores que dificultam a sua análise:

- (24) “*nunc et latentis proditor intumo / gratus puellae risus ab angulo / pignusque dereptum lacertis / aut digito male pertinaci.*” (IX, v. 21-4) – “(...); como também (são de novo procurados) o agradável riso, (proveniente) de um recanto íntimo, revelador da amada escondida, e a garantia arrancada dos braços ou do dedo mal obstinado.”

De certo, a dificuldade se efetiva mais propriamente pelo fato de terem ocorrido inversões de outros grupos sintáticos: “*intumo angulo*”, “*gratus risus*” e do deslocamento de “*proditor*”, aposto de “*gratus risus*”, mas a disjunção do grupo sintático “*latentis puellae*” é relevante.

Assim como se verificou um adjetivo particípio em (24), muitas formas de particípio presente e passado, num processo de cristalização na

língua, constituem verdadeiras formas adjetivas. No *Liber Primus*, foram encontrados muitos exemplos com o emprego de uma forma de adjetivo participípio: 18 ocorrências de participípio presente e 32, de participípio passado, funcionando como um simples adjunto adnominal, como em:

- (25) “(...) *O utinam noua / incude diffingas retusum in / Massagetas Arabasque ferrum!*” (XXXV, v. 38-40) – “Oxalá tu refaças, com tua nova bigorna, o ferro embotado contra os massagetas e os árabes!”

O adjetivo participípio passado “*retusum*”, em acusativo singular neutro, concorda com o núcleo substantivo “*ferrum*”, servindo-lhe de adjunto adnominal. Convém observar a disjunção em “*retusum ferrum*”, causada pela interposição da estrutura “*in Massagetas Arabasque*”.

O participípio presente e o passado também podem ser empregados em estruturas de ablativo absoluto, que funciona como uma espécie de adjunto adverbial.

Porém, nas odes analisadas, a posição de um em relação ao outro nada tem de regular: o participípio ora antecede, ora sucede o termo substantivo com que compõe a estrutura em ablativo absoluto, e, entre eles, normalmente colocam-se outros termos, como no seguinte exemplo, em que a forma de participípio presente “*bacchante*”, em ablativo singular masculino, com as complementações “*magis*” e “*sub interlunia*”, concorda com “*Thracio uento*”, cujos termos sofreram uma disjunção:

- (26) “*Inuicem moechos anus arrogantis / flebis in solo leuis angiporto / Thracio bacchante magis sub inter- / lunia uento*” (XXV, v. 9-12) – “No entanto, envelhecida, tu, fútil, deplorarás os homens devassos numa viela solitária, enquanto o vento da Trácia mais se agita sob o interlúneo.”

Por fim, convém ressaltar que em muitos casos constatamos que a forma de participípio ocupou a posição inicial da estrutura oracional de que participa, como em:

- (27) “(...) / semotique prius tarda necessitas / leti corripuit gradum.” (III, v. 30-4) – “(...) e a necessidade natural, outrora lenta, apressou o passo da morte afastada.”

Nessa estrutura também podemos observar a disjunção do adjetivo participípio passado “*semoti*”, em genitivo singular neutro, que, anteposto, concorda com “*leti*”, para o qual serve de adjunto adnominal.

5. Considerações finais

Acreditando ser imprescindível um contexto mais amplo na análise de aspectos de uma dada forma, observamos o comportamento do particípio latino na estrutura sintática de que ele participa. Portanto, a relação que se estabelece entre essa forma verbo-nominal e outros termos foi valorizada. Para isso, consideramos as estruturas de base, sob a concepção da existência de uma ordem natural.

O latim é uma língua de declinações e, em consequência disso, não é obrigatória a ordem dos termos na frase. Logo, a definição de uma padronização quanto à estruturação frasal não constitui uma tarefa fácil. Ainda assim, é possível conceber uma ordem natural da língua em si, principalmente na prosa, em que se iniciava a frase com o termo nominativo (sujeito) e se finalizava com o verbo.

Constatamos, pois, que há uma relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas frasais do latim, e, como afirma Marouzeau (*Op. cit.*), que essa liberdade está sempre condicionada a certos fatores, nos quais certas leis ou tendências podem ser observadas.

Se concebermos a existência de uma ordem natural da língua latina, poderemos reconhecer as estruturas dessas odes como as de um uso estilístico. Constatamos que o comportamento sintático do particípio nas odes analisadas é particularizante, já que se efetiva diferentemente do uso considerado gramatical.

Vimos que as ordens dos termos que se relacionam com a forma de particípio são diversas, o que sugere comportamentos estilístico-sintáticos de variados aspectos.

Ao findar este artigo, julgamos ser o presente estudo uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar, porquanto se nos parece bastante complexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. *Pequeno dicionário latim-português*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1954.

BACH, Emmon. *Teoria sintática*. Trad. de Marilda Winkler Averbug e *Revista Philologus*, Ano 17, N° 50. Rio de Janeiro: CIFEFil, set./dez.2011

Paulo Henrique Britto. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, título original: “Syntactic Theory”, 1974.

BISOL, Marcel. *Syntaxe latine*. Paris: Librairie Vuibert, 1984.

BOCCHETTA, Vittore. *Horacio em Villegas y en Fray Luis de León*. Madrid: Editorial Gredos, 1970.

BOTELHO, José Mario. O comportamento estilístico-sintático das formas verbo-nominais em odes horacianas. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BRITO, Gilda S. de. Lições de latim. 6. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1982.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 12. ed., Petrópolis: Vozes 1985.

_____. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CART, A. et al. *Gramática latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: EDUSP, 1986.

CLIMENT, Mariano Bassols de. *Sintaxis latina*. 4. Reimpresion, Madrid: 1973. v. I e II.

ERNOUT. A. *Morphologie historique du latin*. Paris: C. Klincksieck, 1953.

ERNOUT. A.; THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2. éd. 2. triage, Paris: C. Klincksieck, 1959 (Nouvelle Collection a l’Usage des Classes; 38).

FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2. ed. Brasília: FAE, 1995.

_____. *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed., Brasília: MEC, 1962.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed., Brasília: Editora da UnB, 2000.

HORACIO. *Odes: versão portuguesa*. Braga: Cruz e Cia Ltda, 1942.

JURET, A. C. *Système de la Syntaxe Latine*. 2. éd. Paris: Les Belles Lettres, 1933.

MAROUZEAU, J. *L’Ordre des mots en latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1953.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *L'Ordre des mots dans la phrase latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

_____. *Introduction au latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1941.

PONTES, Eunice Souza Lima. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

VILLENEUVE, F. *Odes e épodos. Horacio*. Paris: Societé D'édition "Les Belles Lettres", 1946.

DAS NOÇÕES DE MORFEMA NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)
iorbrunus@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, propomo-nos a estudar a entidade morfema sob os ângulos seguintes: morfema como unidade significativa mínima, como signo mínimo ou forma mínima; como classe de morfes e como morfe, para verificarmos e analisarmos a confusão terminológica que esta polissemia acarreta. Estudamos também a distinção entre léxico e gramática, significado lexical e gramatical e verificamos que não se sustenta. Ao final, sustentamos o morfema como unidade portadora de sentido quer como signo, quer como classe distribucional e propomos preliminarmente uma escala de morfemas a serem descritos num posterior trabalho. Sugerimos, considerar as condições de produção e a produtividade como critérios válidos e julgamos por bem colocar em pauta o conceito de classe de morfes como válida para a análise sincrônica.

Palavras-chave: Morfema. Morfe. Léxico. Gramática.

1. Introdução

Este artigo visa dirimir alguns problemas conceituais sobre o morfema, entidade marcada por forte polissemia. Justifiquemos:

- a) uns o definem como unidade significativa mínima;
- b) uns o definem como forma mínima;
- c) já outros o confundem como entidade distribucional;
- d) por sua vez, alguns o confundem com o morfe;
- e) por fim, há os que definem morfema como entidade que se opõe à raiz, e outros, como Hjelmslev (1974), que restringem o morfema apenas aos de natureza flexional.

Para complicar o cenário, autores há que dissociam morfe de morfema, valendo-se da terminologia morfe vazio ou morfe sem morfema.

Esta evidente carga polissêmica traz sérios problemas no ensino da morfologia lexical e da morfologia flexional. Mas não nos espantemos, pois a plurivocidade é marca registrada em linguística. Basta verificarmos que isto ocorre com outros termos: *forma* (cf. MARTINET, s/d), *lexema*, *semantema*, *base*, *raiz*, *radical* (cf. DUARTE, 1999, 2001). A terminologia chega ser idiossincrática, pois é propriedade de um só autor.

Esperamos, com este trabalho, contribuir para o ensino da morfologia no ensino superior. Começamos pela definição usual, a mais corrente que se acha logo de início nos livros de divulgação de morfologia lexical: unidade significativa mínima e signo mínimo, para, em seguida, nos termos às outras definições. Sabedores disto, os docentes podemos chamar a atenção dos discentes para a costumeira extensão de um termo em Linguística.

2. O morfema como unidade significativa

A mais banal definição de morfema é a de menor unidade significativa. Não se especifica o tipo de significado, se lexical ou gramatical. O fundamento é de natureza semântica. Contempla-se como saliente o plano do conteúdo. O plano da expressão está pressuposto.

O que dizer da preposição *de* na frase *gosto de você*? Não corresponde ao que Câmara Jr (1977) chama mundo biossocial ou mundo dos objetos. A forma *to*, que acompanha boa parte dos verbos ingleses no infinitivo, mas não os modais como *can*, *should*, *may*, *might*.

Não se pode dizer:

- 1) *Mary can to write well, mas pode-se afirmar:
- 2) John wants to go to college.

O sentido da forma em apreço se configura distribucionalmente. Sua presença ou ausência determina a gramaticalidade ou agramaticalidade de uma sentença. A unidade em tela tem significado gramatical. E isto não invalida a noção de signo mínimo: a partícula não deixa de marcar infinitivo em certos contextos. Há como que um vocábulo fonológico engendrado entre a forma citada e o infinito, mas ela é signo apenas sob certas restrições de natureza formal.

3. O morfema como signo mínimo

Esta definição de morfema como signo mínimo é praticamente uma forma refinada da supracitada (cf., MONTEIRO, 2002). Neste sentido, numa forma como *amávamos*, temos 4 morfemas: *am-* de significado lexical ou extralinguístico, *-á-*, marcador da conjugação verbal, a 1ª conjugação, *-va-*, designador do modo e tempo verbais, o imperfeito do indicativo, por fim, *-mos*, que designa o número e a pessoa do verbo. O problema desta definição é que a distinção entre significado lexical e gramatical é muito mal estabelecida.

Em *cinzeiro*, por exemplo, o sufixo *-eiro* contém o significado de recipiente. No prefixo *pós-*, há o significado de posterioridade temporal. Na verdade, há uma escala em que, certo instante, fica obnubilada a distinção entre léxico e gramática e fica difícil demarcar a fronteira entre o significado extralinguístico e o de natureza gramatical. Há, a nosso ver:

- a) sufixos flexionais;
- b) sufixos derivacionais transcategorizadores apenas, translatores mórficos, valendo-nos cá da noção de *translação* no sentido que lhe presta Tesnière, mas no domínio mórfico: *-al* (adjetivador), *-eza* (formador de substantivos abstratos);
- c) sufixos transcategorizadores acrescidos de significado lexical, os quais são inúmeros: *-eiro* (fofoqueiro), *-dor* (agentivo, por exemplo, em *sabedor*);
- d) sufixos portadores de significado lexical apenas, como os de grau substantival e adjetival: *-íssimo*, *-inho*.

Não está bem esclarecida a distinção entre significado lexical e significado gramatical, como já percebera Lobato (1986). Uma forma presa, prefixo ou sufixo, pode apresentar este tipo de significado. Uma preposição como *contra* apresenta nítido valor semântico, compatível como a do adjetivo *contrário*. Há como que um *continuum* léxico/gramática, como a linguista bem observa. Até mesmo uma preposição como *a*, usada para marcar objeto indireto, tem o valor de direção nocional. Uma conjunção como *quando*, nas adverbiais tem valor temporal intacto.

Por outro lado, há os prefixos, que, paradigmaticamente, não mudam as palavras de classe e costumam ter significado lexical, o que fez renomados autores os colocarem como formadores de compostos, como Câmara Jr. (1985), por oposição a Said Ali (1966), que os insere na deri-

vação. Não julgaremos o mérito da questão por merecer investigação minudente e digressiva.

A questão é distribucional. O morfema, para nós, tem como característica:

- a) corresponder a uma forma livre, como em *porta-mala*, composto de dois constituintes centrais, exceção feita às formas homófonas das preposições; em *sobrevoar*, o primeiro elemento não tem valor relacional;
- b) ser distribucionalmente móvel, como *filo* em *germanófilo* e *filogermânico*;
- c) ser formador de palavra, como *psico-*, de *psicólogo*, que forma *psiquismo*, *psíquico*.

Estamos aqui descurando a questão das fronteiras lexicais, dos prefixoides e sufixoides: *pós-*, pretônico e braquissêmico sintaticamente como em *pós-* e *pré-moderno*; *-mente*, braquissêmico, pretônico: *esplendida* e *maravilhosamente* (cf. DUARTE, 2001). Convém aqui advertirmos brevemente para o sentido diverso de prefixoide e sufixoide, a título de breve digressão necessária. Em Rocha (1998), é constituinte de ocorrência única como *-ebre*, em *casebre*. O linguista se vale desta noção de ocorrência única para outros âmbitos: *basoide*, por exemplo.

Sandmann (1989), que se vale do critério da produtividade, sob a rubrica formação em série, usa os termos *prefixoide* e *sufixoide* para formas equivalentes a preposições e advérbios: *sobrevoar*, *mal-estar*. Li Ching (1973) e Iorgu y Manoliu (1980) se valem de critérios cronológicos: são formas recentemente introduzidas por força da neologia científica. Os dois últimos adicionam critérios estruturais, que podem ser verificados em DUARTE (2001).

A definição ora em estudo tem outro problema: não deixar explícito que o plano da expressão corresponde a só morfema. Isto não é verdadeiro, ainda que os autores não postulem esta correspondência um a um. Assim, *-mos* correspondem aos conteúdos pessoa: 1ª PESSOA e NÚMERO: PLURAL. Trata-se de uma unidade do plano da expressão correspondentes a duas unidades do plano do conteúdo. Em *melhor*, cumulam-se duas noções: a de *mais* e a de *bom*.

Evocamos Pontes (1972), que, valendo-se da linguística americana, usa o morfema cumulativo em detrimento do zero. Um morfe pode ter neste caso vários morfemas: em *amemos*, o *-e-* é desinência modo-

temporal, e isto já é consabido. Mas é também vogal temática, dada a oposição *amamos/amemos*. Para os que utilizam o zero, a forma *-e-* tem valor apenas modo-temporal, com vogal temática zero. Para os que lidam como zero apenas em última instância e como concessão, só há espaço para o alomorfe zero.

4. *O morfema como classe de morfes*

Há outra definição de caráter mais abstrato, abraçada por Lyons (1979): o morfema é uma classe de morfes. Trata-se de um critério distribucional. Cada unidade é um morfe, unidade da substância. Assim, *-s* e *-es*, por exemplo, são morfes de plural. O conjunto dos morfes é o morfema da Forma do Conteúdo *plural*, unidade da gramática, sendo o termo *forma* utilizado no sentido saussuriano como feixe de relações, o que foi adotado por Hjelmslev (1974). Conteúdo é forma, enquanto organiza o mundo extralinguístico através do microsistema gramatical. É o correlato da Forma da Expressão, que organiza a substância da expressão em unidades distintivas da expressão: os cenemas, unidades vazias, puramente distintivas, segundo o já citado linguista dinamarquês.

Autores como Gleason (s/d), marcadamente formalista, enfatizam a distribuição a um fenômeno muito abstrato sem dar nítida saliência ao sentido, por oposição a Coseriu (1979a) que adota a *função signo* para tratar da alomorfia: a solidariedade entre Plano da Expressão e Plano do Conteúdo, sendo o termo *solidariedade* de extração hjelmsleviana para indicar a relação entre duas constantes: A implica B e B implica A. A noção de função signo conserva a noção de signo em maior amplitude, pois o sentido não pode faltar.

Os *interfixos*, postulados por Monteiro (2002) que aparecem como o segundo elemento das palavras *pedr-eg-ulho* e *milh-ar-al* *neutralizar*, parecem problemáticos, mas talvez sejam casos de *lexicalização estrutural*, formações anômalas por a interferência fonológica estranha ao sistema como um todo. (cf. ROCHA, 1998). Quer dizer: *neutro* não se adjunge a *-izar*, mas a *-alizar*. É possível, a partir dos constituintes imediatos, postular alomorfia, como estabeleceu Monteiro (1986) em outra versão de sua obra. Não se trata talvez disto, a nosso ver: *Aral* não é bem descrito como alomorfe de *-al*, de *arrozal*, pois não há como explicar a inserção do suposto segundo constituinte, despojado de sentido.

Um caso menos problemático é o da alomorfia morfológicamente

condicionada. Curioso é o exemplo *oxen* do inglês, dado como alomorfe de -s e -es do plural. Seria melhor falarmos de outra marca ou dar como um tipo de lexicalização, semelhante às rizomórficas, em que os radicais são distintos a ponto de constituírem entidades diferentes, por heteronímia ou supleção: *vida/vital, podre/pútrido*.

Nestes casos, podemos falar se optarmos por este viés, de *lexicalização por heteronímia*, decorrente, muitas vezes, de fatores diacrônicos: *vit-* se prende ao latim *vita, ae; pútr-*, ao latim *putris*, e. *Vital* e *pútrido* são formas eruditas, que não obedeceram ao esperado diacronicamente: a sonorização do fone [t], em ambos os casos, e a síncope do [d] no segundo caso, por exemplo.

O termo *cunhado* por nós, lexicalização heteronímica abrange lexicalizações, formações anormais em qualquer segmento mórfico.

5. O morfema como morfe

Algumas correntes formalistas de viés estruturalista parecem não se dar conta distinção entre morfe e morfema, o que traz confusão descritiva. Por exemplo, fala-se de morfema zero. Ora, se falta uma unidade para expressar singular, o certo seria chamar *morfe zero*. Afinal, falta unidade do Plano da Expressão.

Mas opomos um óbice à descrição: não podemos falar de singular zero porque não há oposição a um singular marcado. Não há o que os linguistas de Praga chamavam oposição privativa. Em suma, não cabe o morfe zero – não morfema zero – reiteramos. O singular não é simplesmente provido de marca sequer do zero.

No masculino, cabe o mesmo arrazoado: só caberia zero se houvesse um masculino marcado. A não ser que adotemos o que postula Khedi (1992) e Carvalho (1974): o masculino marcado por -o por oposição ao feminino, marcado por -a. Haveria, então, alomorfia assim expressa: {o~w~zero} Neste caso haveria, no entanto alomorfe zero.

Exemplifiquemos: menino europeu mestre. Todavia, isto é controverso, e não nos debruçaremos sobre tal problema agora. Ademais os citados autores optam por cumulação de gênero masculino e vogal temática, com o que não concordamos. Vogal temática, em português, só ocorre no verbo, cujo plano do conteúdo é conjugação. Nos nomes, nada haveria de conteúdo. Em latim, havia as vogais a; u~ o; i~ zero; u e para marcar cada uma das cinco declinações. A vogal temática corresponde ao

conteúdo declinação.

A propósito do nosso assunto, vale citar um autor como Hockett (1958), que fala do *morfe sem morfema*. Ora, então não há gramática, mas pura cadeia de significantes, âmbito da fonologia. O linguista americano se reporta à vogal temática. Não há razão para criar uma entidade complicadora; bastaria reconhecer a vogal temática como unidade estritamente mórfica, marcadora da conjugação do verbo.

É de bom alvitre deixar claro que existem noutras classes mórficas significado gramatical: há sufixos gramaticais bem próximos das desinências morfossintáticas de gênero e número nos adjetivos: o sufixoide adverbializador *-mente* tradutor de adjetivos para a classe dos advérbios; os nominalizadores *-ção* e *-mento*, que operam a passagem do verbo para o nome; os formadores de nomes abstratos, nominalizadores *lato sensu*, como *-eza* e *-úra*. Outros carregam significado lexical e gramatical como *-ec(er)*, de valor de “tornar-se”. Já outros são bem próximos do valor lexical como os superlativos *-érrimo* e *-íssimo*, que não mudam a palavra de classe e têm significado bem delineado. A vogal temática tem caráter estritamente mórfico na escala.

Existem, porém autores como Basílio (1982) que admitem cadeias significantes como nas raízes *-ceber* e *-duzir*, em *perceber/receber*, *produzir/reduzir*, mas morfólogos renomados, como Freitas (1981) refutam análises que culminam em detectar entidades desta natureza, desprovidas de sentidos, ainda que gerativistas como Aronoff (1976) insistam na motivação paradigmática: *percepção/recepção*, *produção/redução*. Não concordamos com a análise gerativa. Endossamos o ponto de vista de Freitas (1981).

Aliás, existem estudiosos como Rocha (1998) que preferem analisar casos assim como o supra, lexicalização, fenômeno que escapa em parte a uma abordagem sincrônica. Nos exemplos em tela, há lexicalização estrutural, pois o que existe é redução silábica e acréscimo de sufixos ao verbo, o que constitui excepcionalidade¹².

¹² Paradoxalmente Rocha (1998) propõe exemplos de ocorrência única, sem recursividade como basídeos, prefixoide e sufixoide: *mercenário*, *bichano*, por exemplo. Sugere ainda bases sem significado aparente detectáveis por comutação: *escatismo/escoteiro*, por exemplo. Seriam, *in extremis*, a depender da consciência linguística do falante, morfemas sem morfema. Neste caso, uma palavra como *isqueiro* teria uma raiz *isqu-* por motivação com *cinzeiro*.

6. Morfema lexical X morfema gramatical

Em Duarte (1999, 2001), já falamos que autores como Martinet (1973) e Pottier (1978) não são peremptórios em separar afixos e lexe-mas. O segundo é mais claro nesta postulação.

Vendryès (1951) opõe semantema a morfema, estes abrangendo prefixos, sufixos e desinência, sendo o semantema a raiz do ponto de vista do conteúdo. Câmara Jr. (1977) distingue semantema de morfema, mas não como Vendryès, pois inclui os prefixos entre os morfemas subsidiários. Já existe uma pequena “clivagem” no binarismo.

Lhorach (1981), na senda de Hjelmslev (1974), faz uma distinção de natureza muito formalista e coerente entre pleremática e morfemática. Explicamos.

Hjelmslev parte da noção de signo, de onde Coseriu retirou a noção de função signo. Desenvolve-a com as noções de plano da expressão e plano do conteúdo. Ambos se desdobram em dois aspectos: substância e forma, que se encontram germinalmente em Saussure. A substância da expressão é o som físico em seu caráter meramente material, no sentido aristotélico do adjetivo. A forma organiza os sons em oposições: /p/ato/-/b/ato, por exemplo. A forma é objeto da *cenemática*, que não equivale exatamente à fonologia dos praguenses, que assenta o fonema em bases materiais em torno da noção de traços distintivos. A substância do conteúdo é o mundo mental dos falantes, ainda não organizado, codificado pelo sistema da língua. A codificação é dada pela organização gramatical de cada língua. A forma do conteúdo é, pois, a gramática.

O linguista dinamarquês parte do princípio de que a língua é forma, não substância, seguindo as pegadas do Mestre de Genebra. Forma é usada aqui no sentido de feixe de relações, estas maiores que soma das partes, seguindo a linha fenomenológica do filósofo Husserl, para o qual o fenômeno é organizável, e essência e aparência se identificam. Hjelmslev constrói assim sua Glossemática, ciência das unidades da língua.

As unidades contraem *função*. Elas devem ser passíveis de estar no mesmo universo formal para contrair relação funcional. Os polos da função são *functivos*. Há, por exemplo, função entre caso e nominativo, gênero e masculino. Há vários tipos de função no paradigma e no sintagma. Não vamos deter-nos nelas aqui, por recearmos fuga de tópico. O signo é um tipo de função entre expressão e conteúdo, constituindo *solidariedade*, esta no eixo sintagmático.

No paradigma, o termo é *complementaridade*. Ambas, solidariedade e complementaridade são relações entre duas constantes. No signo, expressão pressupõe conteúdo e conteúdo, expressão, sempre em reciprocidade.

Interessa-nos o *plano pleremático* (que organiza a chamada substância ontológica). Este, tal como cenemático, se organiza em *constituintes* e *expoentes* (cf. HJELMSLEV, 1974; LLHORACH, 1981). Os constituintes na *pleremática* são os *pleremas*, raízes (centrais) e derivativos (marginais). São objeto de uma subparte da pleremática, chamada *plerêmica*.

Os expoentes são os morfemas, que podem ser *extensos*, os de natureza verbal, tempo e aspecto, por exemplo, e *intensos*, os de natureza nominal, porque se confinam a uma porção da frase. Chamam-se *extensos* porque dizem respeito à frase como um todo, e os *intensos* a uma porção dela. São objeto da morfêmica. Interessante é que a palavra é vista como entidade sintagmática.

No paradigma, é a raiz que interessa. Por exemplo, a preposição de é raiz, no eixo paradigmático. Não requer a presença necessária de derivativos, pois é central e os derivativos, marginais.

O linguista abriu as portas para a frase na sua teoria de natureza hipotética e nominalista (a intensão tem precedência sobre a extensão). Saussure tinha, como sabemos, hesitação sobre a natureza da frase, se paradigmática ou sintagmática.

Em suma, Hjelmslev distingue morfema de plerema, mas coloca entre os morfemas apenas os flexionais. Hjelmslev distingue gramática e léxico, ambos unificados na pleremática. Mas o faz sob rigorosas bases formais: por exemplo, cenemática e pleremática se submetem a categorias comuns: extenso/intenso (na cenemática, os *cenemas* e os *prosodemas*, respectivamente, por exemplo).

Há uma platônica Glossemática com sua isomorfia dos planos tal como reconhece Coseriu (1979b), que não a acolhe como um todo, mas aceita a função signo (COSERIU, 1979a) para dar sustentação a seu *estruturalismo funcional* (que não é funcionalismo) e à distinção entre *sincretismo* e *redundância* (o sincretismo se dá quando há uma forma marcada em oposição a uma não marcada, de caráter genérico: homem x mulher)

7. Conclusão

Parece-nos que seja mais operacional definir o morfema como classe de morfes, embora não descartemos a noção de signo mínimo, mas, a quantidade de morfemas prolifera e isto atenta contra o princípio de economia. Com a noção de morfema como classe de morfes, continuaria a haver a noção de signo, sob a forma de classe de morfes associada a um sentido. O morfema aqui é tomado nos moldes da linguística americana: pode haver um, dois ou mais morfemas. Este sentido pode ser questionado no caso dos interfixos e das formas presas motivadas paradigmaticamente, mas estas não são plausíveis numa descrição sincrônica, mas cabem no fenômeno da lexicalização quando há adjunção de afixos na palavra a que se adjungem. Os interfixos podem ser descritos na alomorfia e/ou na lexicalização. Há o caso da chamada alomorfia morfológicamente condicionada, que não tem o rigor explicativo da fonologicamente condicionada. Isto sem falar de casos de sufixos, como os formadores de verbo, como *mento* e *ção*, e formadores de substantivos abstratos, a exemplo de *-eza*, e *-úra*, que, aceita a alomorfia morfológicamente condicionada, podem ser tidos como alomorfes.

Não há distinção rigorosa entre gramática e léxico e entre significado lexical e gramatical. Existem:

- a) sufixos lexicais propriamente ditos;
- b) sufixos gramaticais e com valor semântico agregado;
- c) sufixos gramaticais;
- d) sufixoides;
- e) prefixos;
- f) prefixoides

O morfema é entidade abstrata, não sendo plausível a noção de morfema zero. Se nos valermos da noção de signo mínimo, iremos contra o princípio de economia descritiva e de simplicidade preconizado por Hjelmslev (1974).

O zero, para nós, caso do morfe zero, é melhor na alomorfia, como recurso provisório. De fato, palavras de gênero único ou de plural homófono do singular, cabe falar de gênero e número sintático. É anti-econômica uma descrição como *estudante* + zero → *estudante* (feminino), *simples* + zero → *simples* (plural). O zero perde de todo seu valor descri-

tivo a nosso ver.

Para o ensino, acrescentamos à guisa de complemento, é de bom alvitre utilizarmos-nos de dois parâmetros no estudo do morfema: condições de produção e condições de produtividade. As primeiras são medidas do potencial que uma regra tem de para produzir construções morfológicamente possíveis. As segundas, por seu turno, dependem de fatores de ordem pragmática, discursiva e paradigmática (ROCHA, 1998).

Deixamos o que foi dito densa e compactamente nesta conclusão para um ulterior desdobramento deste trabalho, que trará as consequências do que defendemos para uma morfologia, que conjugará o que consagra a tradição jamais por ser esquecida e o que julgamos pertinente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: Massachusetts, The MIT Press.

BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CÂMARA JR. Joaquim Matoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Coimbra Editora, 1974.

COSERIU, Eugenio *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979a

_____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979b

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A formação de palavras por prefixos em português*. Fortaleza: EDUFC, 1999.

_____. *Elementos para uma morfologia do português: em torno da noção de radical*. Fortaleza: EDUFC, 2001.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia*. Rio de Janeiro:

Presença, 1981.

GLEASON, H.A. *Introdução à linguística descritiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, s/d.

HOCKETT, Charles. *A course in modern linguistics*. New York: Mac-Millan Company, 1958.

IORGU, Iordan; MANOLIU, Maria. *Manual de linguística românica*. Madrid: Gredos, 1980.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KHEDI, Valter. *A formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 1992.

LI CHING. Sobre a formação de palavras no português actual. *Separata do Boletim de Filologia*, n. XXXII, p. 3-100.

LLORACH, Emilio Alarcos. *Gramática estructural*. Madrid: Gredos, 1981.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.

POTTIER, Bernard. *Linguística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

_____. *Conceitos fundamentais em linguística*. Presença: Lisboa, s/d.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: EDUFC, 1986.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1998.

_____. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes: 2002

SANDMAN, Antônio José. *A formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Ícone, 198

VENDRYÈS, Joseph. *Le langage*. Paris: Éditions Albin Michel, 1951.

**MARCAS DO CONTEXTO DO RENASCIMENTO
NA OBRA PICTÓRICA DE LEONARDO DA VINCI:
UMA REFLEXÃO
A RESPEITO DE COMO UTILIZAR IMAGENS
NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dante Henrique Mantovani (UEL)
dantemantovani@gmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar como é possível trabalhar elementos linguísticos na aula de língua portuguesa tomando como ponto de partida a análise de imagens. Parte-se da análise do quadro *Anunciação*, de Leonardo Da Vinci (1452-1519), que consiste em uma representação do anjo Gabriel no momento que anunciava a Maria que ela fora escolhida pelo Senhor para ser a mãe de Jesus, seu filho. Essa representação está de acordo com o evangelho de Lucas, 1:26. Para o entendimento dos elementos visuais dispostos no quadro é necessária uma explanação acerca do período histórico do Renascimento, no qual viveu e empreendeu sua obra Leonardo Da Vinci. O acesso a esse contexto se dá por intermédio da linguística aplicada e da semiótica discursiva greimasiana, que possui aplicação no campo dos estudos da imagem, assim como nos estudos linguísticos. Por último, é demonstrada a pertinência dessa metodologia para as aulas de língua portuguesa, cujo insucesso no Brasil é sintoma de ausência de reflexão metodológica por parte dos professores. Com isso, pretende-se aqui delimitar possibilidades de atuação docente, pois para que um aluno produza um texto, é necessário que ele tenha *o que* dizer, por isso, justifica-se a expansão do conhecimento em direção a todas as áreas do saber nas aulas de língua portuguesa.

Palavras-Chave: Linguística Aplicada. Semiótica. Aulas de Língua Portuguesa

Este trabalho pretende demonstrar, a partir da análise de imagens, como é possível trabalhar elementos linguísticos na aula de português. Parte-se da análise do quadro *Anunciação*, de Leonardo Da Vinci (1452-1519), que consiste em uma representação do anjo Gabriel no momento que anunciava a Maria que ela fora escolhida pelo Senhor para ser a mãe de Jesus, seu filho. Essa representação está de acordo com o evangelho

de Lucas, 1:26.

A análise da imagem tem por finalidade verificar como são construídos os sentidos, ou seja, o processo de significação no quadro. Dentre outros conceitos, verifica-se a junção e/ou disjunção entre aquilo que a semiótica discursiva greimasiana denomina *Plano de Conteúdo e Plano de Expressão*.

O linguista lituano A. J. Greimas (1917-1992) oferece direções para essa análise por meio de suas reflexões acerca da semioticidade do campo visual, ou seja, o autor afirma ser possível construir uma *semiótica da imagem*. O teórico, para isso, elabora um sistema conceitual com vistas à efetivação dessa modalidade de estudo acerca dos processos de significação:

Pensa-se ser possível restringir o objeto de investigação definindo a semiótica visual pelo seu suporte planar, encarregando-se assim a superfície de falar do espaço tridimensional: com isso as manifestações picturais, gráficas, fotográficas passam a ser reunidas com base num “modo de presença” num mundo comum. (...) A escolha da palavra semiótica para designar campo de investigação que se está tentando circunscrever não é inocente. Seu uso implica em admitir que rabiscos que cobrem superfícies utilizadas para tal fim constituem conjuntos significantes e que as coleções destes conjuntos significantes, cujos limites ficam por precisar, são, por sua vez, sistemas significantes (*Apud OLIVEIRA, 2004, p. 76*).

Depreende-se desse fragmento que, além de a semiótica da imagem ser um campo teórico aberto a sistematizações e acréscimos conceituais, a análise da significação de uma imagem passa pelo estudo da disposição de seus elementos, e de como se relacionam entre si, gerando, dessa forma, os sentidos da imagem. A isso o autor chama de “sistemas significantes”.

Elegem-se aqui os *planos de conteúdo e expressão*, constituintes do discurso visual, separando-os, num primeiro momento e, num segundo momento, verificando correspondências e determinações recíprocas.

O quadro "Anunciação", de Leonardo Da Vinci, foi escolhido por revelar sistematicamente os elementos de sentido caros à mentalidade renascentista e corrente clássica de expressão visual (WÖLLFLIN *apud* FLOCH, 1986).¹³

¹³ O autor separa Clássico e Barroco quanto ao estilo visual em imagens pictóricas e/ou fotográficas, representação do espaço, enquadramento e suas composições. Para o autor, o estilo clássico apresenta formas fechadas, clareza relativa e procura equilibrar o olhar, ao

O Renascimento (séc. XIII-XVI) foi um período durante o qual ocorreu uma mudança de paradigma em relação à estrutura de pensamento medieval. Isso se deve, simultaneamente, a dois processos históricos inextricavelmente relacionados: o processo sócio-político-econômico que conduziu à Idade Moderna, e consistiu no surgimento e fortalecimento das monarquias absolutistas, no aparecimento das cidades (*burgos*, do latim medieval, termo do qual deriva a denominação da nova classe social emergente: a *classe burguesa*), no fortalecimento das relações comerciais¹⁴ e na organização das grandes navegações.

Ao mesmo tempo, no plano das ideias, a principal iniciativa foi a retomada da cultura clássica greco-latina, daí surgido o termo Renascimento.

Até no campo religioso, o advento da reforma protestante, iniciada por Martinho Lutero na Alemanha, contribuiu para a instituição e valorização de uma nova forma de pensamento, distinta da forma medieval.

Esse nascente ideário centrou-se na valorização das virtudes e características valorizadas pelos povos pagãos que habitaram a Europa, a Ásia e o Norte da África, no período anterior ao surgimento do Cristianismo, e foi eleito pelos pensadores renascentistas como o norte para o estabelecimento dos padrões culturais daquele período.

A ideia principal desse ideário consistiu na valorização do ser humano.

Assim, instaura-se o antropocentrismo, ou seja, um sistema de pensamento para o qual “o homem é a medida de todas as coisas”, máxima que é a mais perfeita tradução do pensamento da época, e que remete ao pensamento do filósofo grego Protágoras de Abdera (480 a.C-410 a.C.).

passo que o barroco cria formas abertas, os elementos do quadro perdem sua individualidade, como se fossem um instante de um movimento infinito; há também uma absoluta obscuridade e tentativa de desequilibrar o olhar. Essas categorias são pertinentes para se pensar situações pedagógicas, pois a imagem facilita a explanação acerca dos mais variados conteúdos didáticos (WÖLLFLIN *apud* FLOCH, 1986).

¹⁴ Alguns historiadores fazem referência a esse período histórico como aquele no qual teria ocorrido a Revolução Comercial, diferentemente do que teoriza Karl Marx, em seu *O Capital*, vol. I, obra na qual denomina o período como caracterizado pela transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o pensamento não é mais um reflexo da busca por Deus, ou pela salvação, cara ao teocentrismo medieval, mas adquire autonomia, e atinge fundamentação nas faculdades racionais.

Desse corpo de ideias advém o termo ‘humanismo renascentista’, que consiste na valorização do elemento humano em detrimento do mundo suprassensível da religião.

Sevcenko (1994) contribui para o entendimento desse período de transformação pelo qual passou o pensamento ocidental:

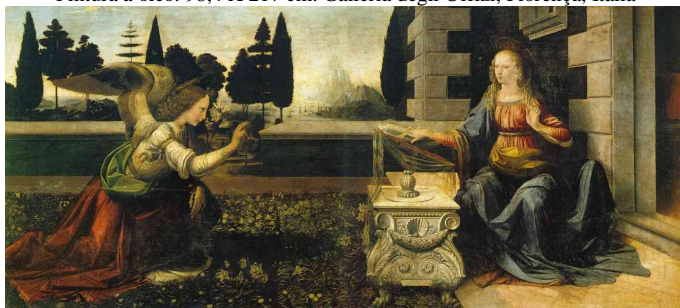
Os humanistas, num gesto ousado, tendiam a considerar como mais perfeita e mais expressiva a cultura que havia surgido e se desenvolvido no seio do paganismo, antes do advento de Cristo. A igreja, portanto, para quem a história humana só atingiria a culminância na Era Cristã, não poderia ver com bons olhos essa atitude. Não quer isso dizer que os humanistas fossem ateus, ou que desejassem retornar ao paganismo. Muito longe disso, o ceticismo toma corpo na Europa somente a partir dos séc. XVII e XVIII. Eram todos cristãos e apenas desejavam reinterpretar a mensagem do evangelho à luz da experiência e dos valores da Antiguidade (SEVCENKO, 1994, p. 24).

Dessa forma, é importante esclarecer que a valorização do pensamento da Antiguidade elegeu novos valores sociais, os quais, por sua vez, passaram a influenciar as atitudes dos artistas da época.

No quadro *Anunciação* (**Fig. 1**), de Da Vinci, o autor procurou ressaltar a importância do homem por meio de técnicas e elementos expressivos, dos quais se pode observar, no plano da expressão, os seguintes: no quesito da luminosidade, o autor trabalha com oposições entre claro e escuro, no intercurso da perspectiva e da oposição entre os planos que se depreendem dela.

Fig. 1- Anunciação. Leonardo da Vinci.

Pintura a óleo. 98,4 X 217 cm. Galleria degli Uffizi, Florença, Itália



Fonte: <<http://www.pinturasemtela.com.br/wp-content/uploads/2011/06/a-anunciacao-1472-300x135.jpg>>

Há uma oposição entre a luminosidade dos elementos figurativos e de cenário nos distintos planos da perspectiva, e essa oposição se dá também entre o lado esquerdo e o lado direito do quadro.

Ocorre intercalação de luminosidade em cada lado, ou seja, em primeiro plano, à esquerda, predominam tonalidades claras, no anjo que anuncia, em suas asas e em suas roupas. No personagem que recebe a mensagem, por sua vez, predominam tons escuros em suas roupas e auréola.

Nos cabelos das duas figuras, no entanto, ocorre o oposto: o cabelo do anjo que anuncia é escuro, em meio às tonalidades claras. Na outra figura, o cabelo é claro e a indumentária é escura.

No fundo da imagem, tem espaço uma claridade forte, que se opõe à escuridão do canto direito da tela, o que, por sua vez sugere o mistério, o desconhecido.

Em termos de espacialidade, a sensação de distância subjacente ao fundo, composto por uma natureza inabitada, sugere um ambiente distanciado, um ambiente idílico, qual no paraíso – cenário provável, pois combina elementos de realidade e irrealidade – como houvesse uma simbiose entre o elemento divino e a própria natureza.

A disposição das figuras em relação ao fundo é bastante marcada por meio da perspectiva, em diversos níveis de disposição dos elementos na tela: as árvores são dispostas mais ao fundo do que as figuras, e as montanhas mais ao fundo do que as árvores. Há dois blocos maciços de pedra entre as árvores e as figuras angelicais. Isso reforça a divisão do quadro em vários planos, o que aponta também para um ritmo marcado.

No quesito da temporalidade, tem-se que, por intermédio de desenhos bem torneados em pinceladas firmes, precisas e harmoniosas, cria-se uma impressão de calma, tranquilidade, compassibilidade, certeza e doçura, características da maternidade idealizada.

Os gestos realizados pelas duas figuras parecem medidos, repletos de sentidos cifrados, específicos para a decodificação de alguma mensagem celestial. Esses gestos traduzem a impressão de serem realizados com calma e paciência infinitas. Isso gera a ideia da estaticidade, que permeou toda a concepção medieval acerca da temporalidade humana.

No entanto, pelas oposições trabalhadas figurativamente como elemento de sentido no quadro, passa-se do plano da expressão para o do

conteúdo, pois os elementos matéricos, texturais, espaciais e temporais dialogam com o conteúdo, o que sugere a ideia de racionalidade. Ou seja, para cada efeito existe uma causa; para cada cor clara existe uma cor escura; para cada elemento celestial corresponde um natural; para cada atributo da fé acerca-se um atributo da razão humana.

Ecoam-se, dessa forma, ideias correntes do contexto do Renascimento, período durante o qual os artistas procuraram atingir a complementação entre a fé e a razão, por meio do resgate dos ideais greco-latinos de harmonia, equilíbrio e perfeição.

O ritmo do quadro ocorre quando o olhar do observador vincula as figuras ao fundo: como todas as etapas são muito bem demarcadas, tanto pela precisão das pinceladas como pela oposição claro-escuro, tem-se o sentido de uma cadência harmônica, de um ritmo sem sobressaltos. No acontecimento desse ritmo, cada movimento possui sua pertinência em relação à verdade que se manifesta por meio da mensagem transmitida pelo querubim à Maria.

De acordo com a concepção semiótica anteriormente apresentada, todo discurso – e a imagem configura-se como discurso, pois consiste na prova imagética de que um enunciador dirige-se a um enunciatário – traz consigo uma narrativa, em um plano de significação disjunto.

Se atentarmos para a narrativa atinente a esse quadro, ela consiste na operação de valores com vistas ao convencimento de um enunciador a quem o discurso é dirigido.

Da Vinci, diante dessa perspectiva teórica, investiria seu esforço técnico e artístico com vistas a “seduzir” o destinatário para os ideais que permearam todo o movimento cultural renascentista: os valores da civilização clássica greco-romana, traduzidos em termos como equilíbrio, moderação, perfeição, simetria, bucolismo, valorização da natureza e da racionalidade como elementos complementares, e não excludentes.

Isso se daria por intermédio das técnicas e estratégias discursivas acima discutidas.

No plano do conteúdo, os elementos manifestam-se como partes do sentido, isto é, da significação. As figuras são modeladas por meio de elementos dispostos de maneira espaçada, ritmada, escandida. Sugere-se, pela interação dessas figuras, planos, pinceladas e cores, o equilíbrio entre o elemento angelical e o do ser humano. Ou seja, o autor sugere a complementação entre a fé e a racionalidade; entre a natureza e a civili-

zação, entre a divindade e a humanidade.

Ora, como é possível nos utilizarmos dessas reflexões em nossa prática docente, no ensino de língua portuguesa?

Para encaminhar essa discussão, passa-se à discussão acerca do que Wöllflin (WÖLLFLIN *apud* FLOCH, 1986) sistematizou como oposição entre as categorias de análise da imagem: CLÁSSICO X BARROCO. Na figura que consta em **Fig. II** – *Relativity* – uma gravura de Escher, verifica-se um princípio totalmente oposto ao do quadro de Da Vinci.

M. C. Escher (1898-1972) foi um artista gráfico holandês conhecido pelas suas xilogravuras, litografias e meios-tons (*mezzotints*), com as quais o artista tenta representar construções impossíveis.

Para isso, utiliza-se de técnicas como o preenchimento regular do plano, explorações do infinito e as metamorfoses, que consistem em padrões geométricos entrecruzados, os quais se transformam gradualmente para formas completamente diferentes.

Fig. II - *Relativity*. Maurits Cornelis Escher



Fonte: <http://evansheline.com/wp-content/uploads/2010/12/mc_escher_relativity_original.jpg>

Uma das principais características da gravura *Relativity* (**Fig. II**) consiste em como ela gera imagens com efeitos de ilusão de ótica. O objetivo da imagem é confundir a visão, desequilibrar o entendimento. Por isso, essa sua obra é gerada a partir de um princípio totalmente oposto ao da obra de Da Vinci aqui discutida: o princípio barroco (WÖLLFLIN *apud* FLOCH, 1986).

Essa imagem procura explorar o espaço: com isso, o autor dialoga com o fato de ter que representar o espaço, que é tridimensional, num plano bidimensional, como a folha de papel. Desse modo, criam-se figuras impossíveis, representações distorcidas, paradoxos visuais.

Esses elementos da imagem coincidem com signos linguísticos, ou seja, podem servir de pretexto para a produção textual.

Contudo, é pertinente fazer o seguinte questionamento: até que ponto o universo dos signos linguísticos coincide com a realidade extralinguística? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos linguísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição?

É certo que as imagens estão associadas, em sua gênese, à organização espacial do pensamento, assim como a linguagem pode ser considerada um elo entre o pensamento e a realidade, a qual circunda o sujeito portador das ideias.

Dessa forma, a discussão a respeito das características de imagens podem figurar como uma estratégia pedagógica que apropriadamente estimula o pensamento e sua conseguinte tradução em palavras, a partir da problematização de ideias surgidas das características imanentes às obras pictóricas abordadas.

Nesse sentido, Blikstein (1995) postula que a educação, via de regra, é uma construção semiológica, pois diz respeito aos signos, aos processos de significação. O autor discute o filme “O enigma de Kaspar Hauser”, que apresenta uma personagem cuja aquisição linguística se dá após a idade adulta, no intuito de refletir acerca da relação entre pensamento, imagens e linguagem (BLIKSTEIN, 1995).

Com isso, pretende discutir quando e como ocorre a significação, colocando para isso a tradicional problemática da semiótica que opõe a referência ao referente, isto é, o objeto à sua representação linguística, seja ela imagética ou verbal.

Segundo o autor, a teoria das relações diretas entre palavras e coi-

sas é a origem de quase todas as dificuldades com que o pensamento se defronta. Nesse sentido, os antissemanicistas e antilogicistas acreditam que o mau uso das palavras estaria na raiz de todos os problemas sociais (BLIKSTEIN, p. 26, 1995).

No entanto, há teorias linguísticas que apontam limitações em proposições como a seguinte: “Seria na percepção-cognição, portanto antes mesmo da própria linguagem que se desenhariam as raízes da significação” (BLIKSTEIN, 1995, p. 39). De acordo com essas teorias, principalmente para o sociointeracionismo discursivo, os objetos do discurso são reelaborações mentais dos objetos do mundo. Isto é, o sujeito imbuído da competência linguística, por intermédio da linguagem, é que teria a capacidade de criar representações da realidade. Assim, não haveria um pensamento pré-verbal, ou anterior à linguagem, pois não haveria separação entre fenômenos internos e externos à mente. (BRONCKHART, 1999; BEUGRANDE; DRESSLER, 1981).

No entanto, Blikstein (1995) assevera que antes da constituição da língua e do discurso, o processo de cognição/percepção configura um pensamento VISUAL, pré-verbal, independente de estruturas linguísticas. Não apenas ele, mas vários autores pensaram a anterioridade do pensamento visual em relação à língua: Matoré, Buysen, Brink, von Hallen, Arnheim, Lyotard, Bachelard, os dois últimos muito influenciados pelo pensamento de Merleau-Ponty (BLIKSTEIN, 1995).

A partir daí, pode-se deduzir que o uso da imagem em sala de aula no ensino de língua materna corresponderia a uma expansão funcional da própria linguagem, pois configuraria uma situação em que o texto sincrético ou hipertextualidade consistiriam o recorte de um contexto fluído por um gênero textual.

Essas reflexões acerca da imagem são pertinentes para se pensar em situações pedagógicas que levem em consideração o contexto das informações veiculadas, tal como propõe Geraldi (2001). O autor postula que a estratégia de preenchimento para discutir a produção de texto em sala de aula deve ser deslocada da questão prescritiva e ser transposta à dimensão discursiva/elocucional.

Para o autor, é preciso considerar a questão do interlocutor, aprimorar sua imagem, para não gerar o problema, por exemplo, da incompletude de orações. Para isso, é fundamental trazer dados do contexto para a aula de produção textual (GERALDI, 2001, p. 111).

Por sua vez, Possenti *apud* Britto (1997) afirma que é justamente a imagem do interlocutor que comanda a decisão do produtor de um texto escolar em relação ao uso de mecanismos coesivos.

Assim, na busca por satisfazerem os padrões que consideram corretos, os alunos correm o risco de destruir o próprio papel de sujeito que eles deveriam adotar numa relação intersubjetiva. É preciso aperfeiçoar a imagem do interlocutor e também do papel-sujeito do aluno (GERALDI, 2001).

Já Britto (1997) aponta uma importante justificativa para a adoção do pluralismo no currículo escolar: a interação do indivíduo com o todo, pois ocorre atualmente um processo de hiperespecialização da sociedade e da escola, que forma – na melhor das hipóteses – especialistas em cada uma das áreas do conhecimento (BRITTO, 1997, p. 27).

O autor abre o entendimento, com isso, de que não há o elemento unificador entre as matérias escolares, e muito menos é assumida, dessa forma, a dispersividade do sujeito hodierno. Desse modo, a discussão acerca das características da imagem pode assumir esse papel, até mesmo devido às suas especificidades didáticas apontadas anteriormente por Blikstein (1995).

Em 1976, a entrada da redação nos vestibulares mostra que se admitiu, já à época, que apenas o conhecimento das normas gramaticais não garantem bom domínio da escrita. Para isso, há de se aproximar a situação da produção textual à pragmática, isto é, aos contextos de produção.

Geraldi (2001), nesse sentido, discute a criação de um novo método, centrado na historicidade do sujeito e da linguagem, em uma perspectiva sociointeracionista, cujo objetivo é ampliar o universo de referências do aluno, já que o texto cria representações do conhecimento de mundo.

Assim, o “para-quem” da produção textual é igualmente importante, e, dessa forma, tanto cria o contexto comum compartilhado quanto o professor passa a ser um interlocutor privilegiado para o aluno.

Nessa mesma direção, Antunes (2008) afirma que a leitura – assim como a leitura da imagem em textos sincréticos – amplia os repertórios de informação do leitor e faz com que se tenha O QUE dizer. A partir daí, passa-se à escrita.

No entanto, ressalva-se que é preciso ensinar a norma culta (NC)

na escola, pois a principal função da escola deve ser propiciar o acesso à cultura, a ascensão à cultura. Por isso, a escola deve insistir no emprego da NC, que é uma norma mais consciente.

Para se pensar a produção de texto, é preciso ensinar a micro e a macro forma, pois a língua escrita é planejada. O aluno vai produzir uma sequência de ideias. Por isso é necessário que tenha conhecimento prévio.

O aluno pode conhecer outras variedades, porém a mais útil é a NC, porque o permitirá acessar as diversas instâncias da sociedade.

Existem gêneros mais adequados às situações formais, e outras a situações mais informais. A identidade e a textualidade derivam-se dessas práticas.

Conclui-se, portanto, que a análise da imagem e a obtenção de informações contextuais a partir dessa análise constituem uma possibilidade privilegiada para o aluno interagir com a cultura e, com isso, adquirir a habilidade de produção textual dentro da norma culta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática*: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2008.

BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, W. V. *Introduction to Text Linguistics*. New York: Longman, 1981.

BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1995.

BRITTO, Luiz Percival. *A sombra do caos*: ensino de língua X tradição gramatical. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1997.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ, 1999.

DA VINCI, Leonardo. *A Anúnciação*.

<http://www.pinturasemtela.com.br/wp-content/uploads/2011/06/a-anunciacao-1472-300x135.jpg>

ESCHER, Maurits Cornelis. *Relativity*. http://evansheline.com/wp-content/uploads/2010/12/mc_escher_relativity_original.jpg

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FLOCH, Jean-Marie. *Les formes de l’empreinte*. Perigguex: Perre Fanlac, 1986.

GERALDI, J. W. (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, A. C. *Semiótica plástica*. São Paulo: Hacker, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. 23. ed. São Paulo: Atual, 1994.

O MÉTODO EM FILOLOGIA

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

RESUMO

O método, em filologia, não se separa da história de seus diversos movimentos, porque, não se pode falar de um método único para a filologia, a não ser que se trate da filologia em seu sentido mais restrito, que a identifica com a crítica textual e, naturalmente, com o seu método, que nasceu na Grécia antiga e se tornou científico apenas na metade do século XIX, a partir da sistematização organizada por Karl Larchmann. Afora isto, a filologia e, principalmente a filologia românica, tem diversos métodos, conforme o enfoque dado ao estudo da língua, identificando-se também com a linguística românica.

Palavras-chave: Crítica textual. Histórico-comparativo. Geolinguístico. Idealista.

1. Introdução

Na verdade, como sintetiza Vidos (1996, p. 29), “o método e a história da linguística românica não se podem separar”. E, imediatamente acrescenta: “E se alguém deseja ter uma ideia clara da origem e desenvolvimento desta ciência, é necessário que a veja à luz dos vários períodos históricos em que operavam aqueles que a ela se dedicaram” (*Id.*, *i-bid.*).

É necessário, entretanto, que distingamos uma divisão muito séria nos estudos filológicos: os estudos filológicos em sentido amplo, que incluem, conforme José Leite de Vasconcelos resume (VASCONCELOS, 1966, p. 8):

História da língua (glotologia, glótica, linguística e seus ramos), com a estilística e a metrificacão;

História literária:

- 1) *História da literatura* (em sentido amplo), com a crítica literária;
- 2) Bibliografia.

O mesmo José Leite de Vasconcelos, considerando a filologia em seu aspecto prático e, naturalmente, mais restrito, ensina: “Faz-se aplicação prática da filologia, quando se edita criticamente, e se comenta, um texto”. (*Id., ibid.*).

Deste modo, podemos organizar este capítulo em duas partes principais: a primeira, tratando da filologia em seu sentido amplo, de modo que possamos levar em consideração o que Vasconcelos sobre suas aulas: “Nas minhas preleções, entendo de ordinário por filologia portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e, acessoriamente, o da literatura, olhada, sobretudo, como documento formal da mesma língua”. (VASCONCELOS, 1996, p. 9)

Adepta das ideias filológicas de Vasconcelos, Carolina Michaëllis de Vasconcelos ([s/d.], p. 125-145) desenvolve dois longos capítulos em suas *Lições de Filologia Portuguesa* para ensinar o sentido do termo “filologia” e a história da ciência filológica.

E, para registrar o seu nascimento na Grécia antiga, transcreve-se um longo fragmento de seu livro (VASCONCELOS, [s/d.], p. 137-138):

Quando a assombrosa força inventiva do gênio helênico, que criara quinhentos anos antes de Cristo todas as ciências e artes, a prosa artística e todos os gêneros poéticos cultivados nas literaturas [...], quando essa assombrosa força inventiva ia declinando, os descendentes começaram a *sistematizar* as ciências (como Aristóteles) e a alimentar-se e inspirar-se nos tesouros nacionais dispersos pelo país fora¹⁵.

Colecionaram, trasladaram, interpretaram e restauraram então os monumentos antigos – deturpados ao passarem tradicionalmente, ou em sucessivas cópias, de geração em geração, de dialeto¹⁶ de uma paisagem no dialeto de outra paisagem.

Intérpretes naturais dos autores eram os que costumavam ensinar língua e literatura pátria: os *gramáticos* e os *pedagogos*.

¹⁵ Tratando da edição crítica de textos, Erich Auerbach ([1972], p. 11) escreve: “A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual: salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente”.

¹⁶ Parece-me importante registrar o que escreveu com propriedade Lluís V. Aracil (2004, p. 15): “A língua, com maiúscula ou minúscula, é a língua nacional”. Assim, quando se fala, por exemplo, de “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, está-se falando da língua oficial dos países que a utilizam como tal. Todas as outras variantes dessa língua nacional costumam ser chamadas de dialetos, apesar dos protestos de alguns.

Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Principiando com comentários meramente vocabulares, métricos e etimológicos, passaram breve da crítica dos textos à hermenêutica, isto é, à explicação de ideias, fatos, alusões e coisas reais. [...]

Para bem comentar qualquer autor arcaico, em toda a amplitude do termo – proporcionando aos leitores o conhecimento da vida íntima da nação no tempo dele, sobretudo para bem explicar cabalmente Homero, o mais antigo, mais lido e famigerado dos autores helênicos – para tratar condignamente as lendas históricas e mitológicas e toda a cultura de que há manifestações na *Ilíada* e *Odisseia*, era preciso um saber enciclopédico. Os fundamentos (é bom acentuá-lo sempre de novo) eram, contudo, estudos aprofundados da linguagem: do valor primitivo dos vocábulos, da fonologia, da morfologia, dos dialetos variegados, assim como das evoluções da linguagem literária da Grécia e das colônias.

Fica evidente, naturalmente, que a filologia já não pretende ser a ciência que descreve os sistemas linguísticos, hoje de atribuição da linguística, mas não pode abrir mão de estudá-los para efetuar com a maior precisão e simplicidade possível a sua interpretação, a sua explicação ou ensino e a preservação da memória cultural do povo que utilizou as línguas que já não se usam efetivamente, mas permanecem nos textos antigos.

Apesar de não ser a língua o objetivo do estudo filológico, é a matéria na qual, em sua forma escrita (hoje pode ser preservada de outras formas também), se manifesta a cultura dos povos, cuja preservação é da responsabilidade dos filólogos (e de outros especialistas também, naturalmente).

Não é possível buscar um objetivo sem compreender bem o objeto no qual ele se manifesta e se preserva. E, no caso da filologia, é nos textos das diversas línguas que está o objeto de seu estudo.

Depois de tratar da crítica textual como “o trabalho filológico”, Bruno Fregni Bassetto inicia o capítulo sobre os métodos da filologia românica de seus *Elementos de filologia românica*, com as seguintes palavras:

Dentre os vários métodos utilizados em filologia românica, uns são mais adequados e, por isso, mais produtivos, enquanto outros, emprestados de ciências afins, trazem apenas alguma contribuição para um conhecimento maior dos conteúdos da romanística. Para uma visão mais completa de determinados problemas, frequentemente é preciso aplicar mais de um método e confrontar os resultados obtidos. (BASSETTO, 2001, p. 63)

2. Os métodos da filologia em sentido amplo

O professor Bruno é muito feliz neste parágrafo, em que sintetiza claramente uma conclusão natural de quem estuda atentamente os métodos filológicos aplicados às línguas românicas:

A linguagem é, inegavelmente, uma herança social, cuja história se estende por séculos. Uma visão completa, um conhecimento detalhado de seu mecanismo, de sua estrutura, de sua semântica e até de sua ortografia só podem ser obtidos através da pesquisa diacrônica. Os métodos, expostos acima em suas linhas essenciais, não deixam dúvida de que a filologia românica se desenvolveu com o método histórico-comparativo, adotado com mais êxito aqui do que no campo para o qual havia sido criado. As possíveis deficiências desse método foram sendo corrigidas depois pela geografia linguística e pelos outros métodos derivados, como a onomasiologia, *Wörter und Sachen*, linguística espacial etc. Enquanto o método histórico-comparativo procura as ligações entre o “terminus a quo” e o “terminus ad quem”, o latim vulgar e as línguas românicas respectivamente, os outros métodos têm como objeto especificamente o “terminus ad quem”, pois investigam sincronicamente aspectos atuais dessas mesmas línguas, cujas explicações, porém, devem ser buscadas diacronicamente. (BASSETTO, 2001, p. 85)

A conclusão do professor Bruno está bem fundamentada e é inquestionável. Naturalmente, para os filólogos e linguistas que se dedicam a línguas não românicas, nem sempre o método histórico-comparativo será tão produtivo, motivo pelo qual a filologia, assim como a linguística românica vem sendo considerada como a *praeceptrix linguisticae* (mãe da linguística) porque somente as línguas românicas possuem documentos históricos com os quais possam comprovar suas hipóteses.

2.1. Método histórico-comparativo

O método histórico-comparativo foi criado por Franz Bopp (1791-1867) e Jacob Grimm (1785-1863) no início do século XIX e, imediatamente, aplicado por Friedrich Diez (1794-1876) na elaboração de sua *Gramática das Línguas Românicas* e de seu *Dicionário Etimológico das Línguas Românicas*, que foram a base da criação da filologia românica e da linguística românica.

Na verdade, os fundamentos da linguística comparada foram preparados por Franz Bopp com a publicação de sua *Gramática Comparativa*, com a qual conseguiu refutar a ideia equivocada defendida por Friedrich Schlegel (1772-1829) de que o grego e o latim eram provenientes do sânscrito. Mas os fundamentos da linguística histórica só foram estabelecidos concretamente por Jacob Grimm, com a publicação de sua

Gramática Germânica. Apesar de contemporâneas em sua efetiva formulação científica, a linguística histórica é proveniente da linguística comparativa. (Cf. VIDOS, 1996, p. 33-34)

Segundo Vidos (*op. cit.*, p. 34), para se consagrar inquestionavelmente como o criador da filologia e linguística românica, Diez não fez mais que aplicar às línguas românicas, em sua *Gramática*, a gramática e o método de Jacob Grimm. E sua contribuição foi tão fundamental que até hoje sua gramática e seu dicionário ainda têm utilidade, apesar dos avanços nesses estudos.

O método histórico-comparativo, como está evidente em seu próprio nome, é a fusão do método histórico com o comparativo. Ou seja, o método histórico procura explicar as causas e/ou consequências dos fatos linguísticos através da observação de dois ou mais estágios cronológicos de uma língua comprovados em alguma forma de documento (normalmente um texto escrito). O método comparativo, já imanente também no método histórico, é utilizado também para cotejar estágios de evolução de diversas línguas ou dialetos nas diferentes regiões em que são faladas ou documentadas.

Fazendo-se essas comparações com um número exaustivo de casos semelhantes, estabelecem-se normas, regras ou “leis” que possibilitam a reconstituição de formas linguísticas não documentadas para explicar a etimologia de muitas palavras.

Trata-se, portanto, do método básico da linguística românica, a partir do qual todo o seu progresso se deu, pois os outros métodos e movimentos subsequentes surgiram para corrigir algum aspecto do método histórico-comparativo. Com isto, foi se aperfeiçoando e transformando no mais importante método aplicável aos estudos diacrônicos da linguística românica.

A busca do sentido original de uma palavra, ou o sentido mais remoto possível, é uma tarefa que tem preocupado o homem desde os mais antigos estudos linguísticos de que se tem notícia. Numerosos estudos etimológicos têm sido elaborados; uns, mais completos; outros, menos; mas nenhum deles pôde ser construído sem o método histórico-comparativo, apesar de serem antigos de milênios.

No seu recente livro, *Etimologia*, Mário Eduardo Viaro (2011) estabelece as bases para um novo impulso nos estudos etimológicos, de modo a torná-los mais conceituados cientificamente.

Os estudos de gramática histórica das línguas românicas, seja isoladamente, seja em seu conjunto só podem ser feitos através do método histórico-comparativo e, felizmente, com muito mais sucesso do que em quaisquer outras línguas, pelos motivos acima relacionados.

Resumindo, destacamos que o método histórico-comparativo aplicado ao português consiste em relacionar os estágios passados de cada fonema, vocábulo ou frase e identificar a relação histórica de causa e consequência identificada na sua evolução cronológica.

Em alguns casos, a comparação com a evolução ocorrida nas outras línguas românicas complementa a método, quando se pretende buscar a origem de um fonema, de uma palavra ou de uma construção, pois seria inviável que fatos linguísticos similares ocorressem em diversas línguas simultaneamente por mero acaso.

Vejamos, a seguir, uma síntese de outros métodos que surgiram para aperfeiçoar o método histórico-comparativo, criticando sempre algum ponto em que este era menos eficiente.

2.2. Método idealista

A partir da percepção de Wilhelm von Humboldt (1767-1835) de que a língua é o produto do espírito humano, “que se manifesta na língua como na sociedade, nas ciências e nas artes”, os idealistas chegaram à conclusão de que ela “não pode ser considerada como um produto, mas como uma criação”.

Sendo assim, segundo Humboldt (*Apud* VIDOS, 1996, p. 94), a língua não reproduz as coisas tais como são na realidade, mas tais como os falantes as idealizam. Essa forma interior da linguagem representa a realidade que os circunda, mas só se manifesta externamente através da fonética, da morfossintaxe etc.

Segundo Vidos (1996, p. 95), Karl Vossler (1872-1949) pretendeu demonstrar que “as mudanças fonéticas dependem do acento e do ritmo e que estes, por sua vez, dependem do estado de espírito de quem fala”. Por isto, conclui que “toda expressão linguística é uma criação do espírito” e que “a história das formas de expressão linguística só pode ser a história das criações do espírito; noutras palavras, história do espírito, história da cultura”.

Auxiliados pelo mesmo autor, ainda podemos concluir que

Apesar de todas as suas deficiências, o método idealista tem o grande mérito de ter fixado a atenção sobre quanto há de individual e de criativo na vida da linguagem. Cooperou eficazmente para fazer vir à luz os fatores artísticos, estéticos e espirituais na língua. Indicando a estética como a “rainha absoluta da filologia”, o idealismo fez justiça à estilística, até então descuidada, na qual o caráter estético, as possibilidades individuais de expressão da língua aparecem mais claramente e, com ela, também a sintaxe. Desta maneira, o idealismo reagiu saudavelmente contra o excesso de fonética por parte do método histórico-comparativo, contra o “positivismo fonetizante”, que muito positivamente queria considerar a analogia na fonética como um fator de perturbação e não como uma força diretriz de origem espiritual. (VIDOS, 1996, p. 101-102)

2.3. Método da geografia linguística

Na segunda metade do século XIX, Graziadio Isaia Ascoli (1829-1907) criou a dialetologia italiana, devendo ser considerado o fundador da dialetologia românica. Seus famosos *Ensaio Ladinos* constituíram o primeiro volume do periódico *Archivio Glologico Italiano* (1873), criado para publicar seus próprios trabalhos, entre os quais se destaca ainda, no 8º número, o artigo “A Itália dialetal”, a partir da página 98.

Segundo Jordan ([1982], p. 34), os estudos dialetais podem ser muito úteis aos estudos linguísticos em geral, porque

A observação direta dos fenômenos linguísticos, aplicada à língua viva, fornece-nos dados bastante seguros sobre o modo como se podem ter consumado todas as transformações nas fases anteriores de qualquer idioma, enquanto o inverso nem sempre é verdadeiro, isto é, o estudo dos estados antigos da língua não nos ajudaria a compreender os atuais.

Mais adiante, tratando da geografia linguística, escreveu ainda:

Quando os linguistas se lembraram de apresentar os dados da investigação sob a forma de atlas, deu-se um passo em frente; estes se denominaram atlas linguísticos, dado que tinham objetivos diversos dos atlas geográficos. Esta ideia surgiu quase espontaneamente, quando os especialistas sentiram a súbita necessidade de estudar vários dialetos. Para compará-los, sem dificuldade, era imprescindível poder abarcar com uma vista de olhos qualquer particularidade fonética ou morfológica em todos os dialetos numa dada área. O meio que permitiu a realização deste objetivo foi a anotação, numa carta do território estudado, dos fenômenos em questão. Em vez de ser preciso compulsar algumas dúzias de glossários – e partindo do princípio que os temos à nossa disposição –, para observar como se transformou esta ou aquela forma fonética ou gramatical em dez dialetos a estudar, basta examinar a carta respectiva. (IORDAN, [1982], p. 199)

Abandonando quase absolutamente a pesquisa bibliográfica, Jules Gilliéron (1854-1926) inovou a metodologia da linguística ao priorizar a

pesquisa de campo. Com isto, demonstrou que

...operou crucialmente na formação dos dialetos românicos a criatividade dos falantes, particularmente ativa toda vez que se tornava necessário desfazer colisões homônimas e salvar palavras foneticamente pouco consistentes, ou toda vez que a etimologia popular alterou a forma de uma palavra para relacioná-la a algum paradigma conhecido. (ILARI, 1992, p. 26)

Do início do século XX até hoje, a geografia linguística evoluiu muito, principalmente porque os equipamentos para coleta de dados sofreram enorme progresso, de modo que atualmente é possível transcrever o som e a imagem com precisão quase absoluta e disponibilizá-los em arquivos virtuais para consulta direta e imediata pelo usuário, que pode ver e ouvir a manifestação dialetal dos informantes, onde estiver e a qualquer momento.

No Brasil, o *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* vem coordenando uma grande quantidade de pesquisas regionais para se produzir um atlas linguístico resultante da fusão de numerosos atlas estaduais ou regionais, dos quais se publicou no ano passado o *Atlas Linguístico do Estado do Ceará*, em dois volumes, depois de vários outros já publicados anteriormente.

Além dos diversos projetos regionais brasileiros que integram o *Atlas Linguístico do Brasil*, há pelo menos um projeto plurilinguístico que envolve o português do Brasil, o espanhol e o guarani (THUN et alii, 2009), do qual já foi publicado, na Alemanha, um volume de grande interesse para nós, como parte do projeto “Dialectologia pluridimensionalis Romanica”.

2.4. Método de “palavras e coisas”

Bruno Bassetto (2001, p. 74-76) sintetizou com muita propriedade as informações essenciais sobre este método, que resumiremos ainda mais aqui.

Sem abandonar o aspecto fonético da língua, a geografia linguística aprofundou as pesquisas no âmbito da semântica. Descreveu-se, então, a natureza, as medidas, as formas, os usos etc. das coisas, considerando-se que isto facilitaria a fixação da origem e da história das palavras com as quais elas estão relacionadas.

Cientes de que as coisas precedem as suas denominações, os filólogos que primeiramente aplicaram o método consideravam que há sem-

pre uma relação muito estreita entre as coisas e suas denominações. Assim, pelo conhecimento profundo da “coisa”, chega-se ao étimo da palavra que a designa.

Enfim, tornando mais objetivos os estudos filológicos e valorizando devidamente a semântica, o método de “Palavras e Coisas” ampliou as possibilidades do método histórico-comparativo, “buscando o que há de vivo e não sujeito às cegas leis na linguagem; buscando estabelecer a etimologia e até a biografia das palavras”. (*Op. cit.*, p. 76)

2.5. Método onomasiológico

Investigando os aspectos vivos e as forças criadoras da linguagem, a onomasiologia estuda as denominações das “coisas” e identifica, na língua do povo, a cultura, os costumes, as ocupações, o instrumental, as crenças e crendices, a moradia, toda a relação do homem com o ambiente em que vive. Possibilita, inclusive, “caracterizar as atividades de uma região e situá-la no tempo”, como se pode perceber, comparando o vocabulário relativo a transporte de uma região servida de rios navegáveis como o Pará ou o Amazonas, com o correspondente vocabulário de região desprovida de tais rios, como é boa parte dos estados do Nordeste.

A onomasiologia, seguindo o caminho inverso da etimologia, é muito eficiente no estudo da história e da biografia das palavras, visto que a etimologia, segundo o professor Bruno Fregni Bassetto

...toma o significante para chegar aos significados, enquanto aquela procura dar a história da palavra, desde a época mais antiga até chegar aos nossos dias, explicando, ou pelo menos tentando explicar, as diversas influências sofridas, os cruzamentos semânticos, sua vitalidade e frequência de uso etc. (BASSETTO, 2001, p. 78)

2.6. Método neolingüístico ou espacial

Apesar de combater a rigidez das “leis fonéticas” dos neogramáticos, a linguística espacial estabelece novas “leis”, com o nome de “normas areais”, com as quais demonstra como “a história dos diversos aspectos da língua deixa seus traços no espaço” (BASSETTO, 2001, p. 78).

Com as cinco normas areais definidas por Mateo Bartoli (1873-1946), utilizando dados da geografia linguística, o método complementa o método histórico-comparativo para numerosos vocábulos dos quais não

há documentação disponível.

Através da neolinguística ou linguística espacial, abre-se mais uma possibilidade para a datação de uma parcela do léxico, apesar de pouco confiável, dado o grande número de exceções, quando aplicada na prática. Por isto, só deve ser aplicada como complemento do método histórico-comparativo e levando-se em conta as possíveis exceções.

2.7. Método da teoria das ondas

Johannes Schmidt (1843-1901) contesta a teoria da árvore genealógica de August Schleicher (1821-1868), que imaginou as línguas como organismos que nascem, crescem e se desenvolvem como qualquer ser vivo e, depois, envelhecem e morrem, sem qualquer intervenção da vontade de seus usuários, de modo que a distribuição das línguas poderia ser visualizada graficamente como uma árvore genealógica.

Schmidt contesta a ideia de que as características das línguas sejam imanes e transmitidas hereditariamente, mas, pelo contrário, que assimilam características desenvolvidas em centros de influência e transmitidos em ondas, que se cruzam e entrecruzam com frequência.

Visto assim, fica evidente que a doutrina de Schleicher está mais fundamentada no método histórico-comparativo e a de Schmidt, mais na geografia linguística. Isoladamente, esse método seria pouco produtivo nos estudos de filologia românica, mas pode ser extremamente útil se for combinado com elementos da geografia linguística, da linguística espacial e de outros métodos. (Cf. BASSETTO, 2001, p. 81-83)

2.8. Métodos afins

Vários outros métodos existem e podem ser úteis também aos estudos filológicos ou linguístico-filológicos, como a geologia linguística, a estratigrafia linguística, a teoria dos campos linguísticos (de Jost Trier, 1894-1970), a lexicologia social (de Georges Matoré, 1908-1998) e o estruturalismo (de Ferdinand de Saussure, 1857-1913), entre outros, mas não trataremos deles aqui porque seriam menores suas contribuições e porque gostaríamos de dar maior destaque à crítica textual, que é o mais antigo e tradicional método da filologia, constituindo-se no cerne do trabalho filológico em seu sentido mais restrito.

3. A crítica textual e a ecdótica

Apesar de terem sido publicados numerosos artigos pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e ser bastante rica a produção brasileira de crítica textual, os livros teóricos sobre este método têm sido bastante escassos e todos eles bem recentes: em 1967, *Elementos de Bibliologia*, de Antônio Houaiss (ed. fac-similar em 1983); em 1972, *Estudos de Crítica Textual*, de Emmanuel Pereira Filho; em 1977, *Introdução à Edótica: crítica textual*, de Segismundo Spina (2ª ed. em 1994); em 1985, *A Construção do Livro*, de Emanuel Araújo (2ª ed. em 2008); em 1987, *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho; em 1998, *Ensaaios de Linguística, Filologia e Ecdótica*, de Leodegário A. de Azevedo Filho; em 2004, *Fundamentos da Crítica Textual*, de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi, e *Base Teórica de Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho; em 2005, *Crítica Textual e Edição de Textos*, de José Pereira da Silva, e *Introdução à Crítica Textual*, de César Nardelli Cambraia, além de algumas poucas traduções.

No mesmo ano de 2007, organizamos um pequeno volume de 128 páginas, intitulado *Para uma Bibliografia Brasileira de Crítica Textual*, para auxiliar os pesquisadores sobre o tema, disponível na Internet.

Para a melhor orientação deste tópico, seguirei a estrutura do livro de César Nardelli Cambraia (2005), começando por sua definição e sua história, lembrando os tipos e normas de edição e, por fim, uma síntese da metodologia propriamente dita.

3.1. O conceito de crítica textual

Cambraia lembra a brincadeira denominada “telefone sem fio” para demonstrar a realidade fundamental de que a crítica textual é necessária para se reconstituir a “forma genuína dos textos”, pois eles sofrem, naturalmente, muitas “modificações ao longo do processo de sua transmissão”, sugerindo que os professores da disciplina façam com os seus alunos a referida brincadeira em sala de aula para que saibam que “a cada cópia que se faz de um texto, a constituição deste muda – seja por ato voluntário, seja por ato involuntário de quem o copia” (CAMBRAIA, 2005, p. 1).

Entendendo-se que o texto sofre alterações em sua transmissão, é natural que, quanto mais antigo seja o seu original, maiores as possibilidades de ter havido deteriorização.

Neste caso, tanto podem ocorrer alterações por intervenção (voluntária ou não) dos copistas ou editores, quanto pode haver alterações por desgaste do suporte (como um furo na folha ou até mesmo a perda de algumas delas) ou um borrão etc.

Além disso, é bom estar ciente de que, muitas vezes, o próprio autor modifica parte de seu texto durante seu processo de produção ou difusão, estabelecendo o que se costuma chamar de variantes autorais, o que não é tão raro como se espera. Aliás, é bastante comum serem encontradas variantes dentro de uma mesma edição, pois é possível que, depois de impresso certo número de páginas ou de exemplares, sejam detectados e corrigidos pequenos erros, dando-se continuidade ao trabalho de impressão, como se nada tivesse acontecido.

Em alguns processos mais antigos de reprodução, às vezes ocorria, por exemplo, de se perder, quebrar ou desgastar algum caractere ou tipo e este ser substituído depois que algumas cópias tenham saído com defeito de impressão. Em síntese, os erros ocorrem naturalmente na transmissão de um texto. E é a crítica textual que tem de sanar esse problema.

A “recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura” é a mais importante contribuição da crítica textual, que vai ter “impacto sobre toda atividade que se utiliza do texto escrito como fonte”, tais como a literatura, a linguística, a história e várias outras. (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 19-21)

Assim como é fundamental para o progresso de outras ciências, a crítica textual depende também de outras como ciências auxiliares, tais como a paleografia, a diplomática, a codicologia, a bibliografia material e a linguística, entre outras.

3.2. Um pouco de história

Praticamente, a crítica textual e a filologia surgiram no III século antes de Cristo, a partir da constituição da biblioteca de Alexandria como importante centro de estudos, por ordem de Ptolomeu I (306 a 283 a.C.), destacando-se, inicialmente, Zenódoto de Éfeso, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia, além de Apolônio de Rodes e Eratóstenes de Cirene.

Entre os romanos, podem se destacar Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) e Marco Valério Probo (20-105 d.C.) e, mais tarde, Oríge-

nes (185-253 d.C.) e São Jerônimo (347-420), dedicados editores dos livros sagrados do cristianismo.

No século XIX, a crítica textual se organizou como uma ciência moderna a partir dos trabalhos de Karl Lachmann, que sintetizou a nova metodologia, dividida em duas partes: a recensão e a emenda ou correção.

Para a recensão, estabeleceram-se os seguintes critérios, segundo Timpanaro, citado por Cambraia (2005, p. 51-52):

- 1) o repúdio da *vulgata*¹⁷ e a exigência de não se recorrer irregularmente aos códices, mas de os empregar como fundamento da edição;
- 2) a desconfiança em relação aos códices da época humanista;
- 3) a reconstrução da história do texto e, particularmente, das relações genealógicas que ocorrerem entre os manuscritos que subsistiram; e
- 4) a formulação de critérios para determinar mecanicamente, sem se recorrer ao juízo (latim *iudicium*) do editor, qual, dentre várias lições, remonta ao arquétipo.

O francês Joseph Bédier (1864-1938) apresentou severas críticas ao método lachmanniano, defendendo “o método de se editar um texto com base em um ‘bom manuscrito’, publicado quase sem retoques e acompanhado de notas que marcam [...] um retorno na direção da técnica dos antigos humanistas” (CAMBRAIA, 2005, p. 52), que também foi criticado por Henri Quentin (1872-1935) em seus *Ensaio de Crítica Textual* (QUENTIN, 1926).

Por fim, o método lachmanniano foi retificado e aperfeiçoado por Paul Maas (1880-1964) e Giorgio Pasquali (1885-1952), passando a constituir o que se passou a chamar de neolachmannianismo (Cf. SPAGGIARI; PERUGI, 2004, capítulo 4, p. 60-120).

“Embora a crítica textual moderna tenha acabado por se polarizar fundamentalmente entre o método de Lachmann e o de Bédier, a investigação na área não tem cessado desde então e uma extensa e fecunda bibliografia de orientação cada vez mais teórica tem sido publicada”, re-

¹⁷ Isto é, da forma do texto que passou a ser reproduzida sucessivamente desde as primeiras edições (TIMPANARO, 2002, p. 3). “Sem questionar em nada a exigência científica da integridade do texto, pode-se afirmar, contudo, que a ‘vulgata’ continua a ser, muitas vezes, em documento nada depreciável do ponto de vista da recepção. Neste domínio, a sua relevância histórica é até superior à de qualquer texto original que, antes de fazer objeto duma edição crítica, nunca estivera ao alcance do público”. (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 179)

sume Cambraia (*op. cit.*, p. 53).

Spaggiari e Perugi (2004, p. 52) lembram que Barbi (1938) exorta a “manter as distâncias quer respeito à maneira simplista com que se aplica muitas vezes o lachmannianismo, quer respeito ao ceticismo radical do método bédieriano, que nos faria regressar à mera reprodução de um texto só, aparentemente melhor, corrigido apenas dos erros manifestos”.

3.3. Tipos de edição

Cambraia classifica as edições quanto à forma de estabelecimento de texto em dois tipos fundamentais: as edições monotestemunhais e as edições polítestemunhais.

3.3.1. Entre as edições monotestemunhais há as seguintes:

- a) a edição fac-similar ou mecânica, quase sem interferência do editor, mas, documentalmente, muito importante porque reproduz a fonte com grande fidelidade;
- b) a edição diplomática, que consiste na transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo;
- c) a edição paleográfica, semidiplomática, paradiplomática ou diplomático-interpretativa, que consiste na transcrição da fonte ou modelo com pequenas intervenções, tais como o desenvolvimento de abreviaturas e inserção ou supressão de elementos por conjectura para facilitar a leitura do texto e torná-lo acessível a um público menos especializado e tentar corrigir falhas óbvias no processo de cópia do texto, tais como supressão ou repetição de letras;
- d) a edição interpretativa é o tipo mais elaborado de uma edição monotestemunhal, atingindo o grau máximo de mediação admissível, seja com o desenvolvimento de abreviaturas, com a atualização ortográfica, com notas filológicas, linguísticas, históricas e outras que se tornarem convenientes, dependendo do público a que se destine a edição. Até muito recentemente a edição interpretativa era chamada também de edição crítica, apesar de não haver a recensão, em que os diversos testemunhos¹⁸ seriam

¹⁸ É interessante a proposta de Cambraia para se usar a palavra testemunho em lugar de códice, que se tornou tradicional nos textos teóricos de crítica textual, visto que, na realidade, nem sempre

cotejados para o restabelecimento do texto crítico.

Para exemplificar os quatro tipos de edição monotestemunhal, Cambraia reproduz o fôlio 11v da carta de Pero Vaz de Caminha nas páginas 99 a 102 e acrescenta a edição modernizada do mesmo fôlio, na página 103, que é aquela em que o editor substituiu formas linguísticas da fonte por formas atuais, interferindo no léxico e na gramática do texto.

A edição modernizada não tem valor científico, mas é importante para divulgar documentos importantes sem a rigorosa preocupação com a fidelidade formal ao texto, mas a seu conteúdo semântico.

3.3.2. Entre as edições politemunhais, temos:

a) a edição crítica, que se caracteriza pelo confronto de mais de um testemunho no processo de estabelecimento do texto, podendo ser autógrafos ou apógrafos, cujo objetivo é reconstruir a última forma que seu autor lhe havia dado;

b) a edição genética¹⁹, que também compara os testemunhos, mas somente os autógrafos e/ou idiógrafos, para registrar a evolução teórica e/ou estilística do autor no seu processo criativo, de modo que a edição genética deve apresentar a forma final do texto acompanhada do registro das informações relativas à sua gênese, obtidas nas fontes. Veja, como exemplo, a edição de *As Tres Marias*, de Raquel de Queiroz, elaborada por Marlene Gomes Mendes (1998).

3.4. Normas de edição

As normas ou critérios de edição são diferentes para cada tipo, mas não se devem misturar critérios de edição quando se publica um conjunto de textos, a menos que o objetivo seja demonstrar exatamente essa variedade de tipos de edição.

se trata de um códice, mesmo quando a fonte é um manuscrito, além do fato de que o testemunho pode ser uma edição, um datiloscrito ou um digitoscrito.

¹⁹ Segundo Spaggiari e Perugi (2004, p. 204), tomando Silvio Elia como autoridade, a crítica genética “constitui uma repetição desprevenida, além de insciente, do papel desempenhado, nos anos 40, pela crítica das variantes elaborada como corretivo à estética de Croce”. Sobre a “filologia e crítica das variantes (genética)”, leia um pouco mais em Spaggiari e Perugi (2004, p. 198-229).

É preciso que as normas sejam sempre: a) apropriadas ao tipo de edição; b) internamente coerentes; c) explícitas e d) rigorosamente aplicadas.

Além disso, é indispensável decidir sobre o grau de fidelidade ao modelo, pois uma edição pode ser conservadora ou uniformizadora, dependendo de seu público alvo principal. No primeiro caso, mantêm-se rigorosamente todas as formas do original, sem qualquer atualização, seja ortográfica, seja das abreviaturas ou de qualquer outra natureza. Trata-se, normalmente, de edições destinadas a linguistas e filólogos, que precisam documentar rigorosamente a forma linguística do texto para outros estudos.

3.4.1. Propostas de normas gerais

Várias propostas de uniformização das normas de edição de textos antigos já foram realizadas, mas nenhuma delas efetivamente implementada, continuando uma grande diversidade que prejudica a atividade editorial e o diálogo sistemático entre os profissionais de diferentes especialidades que atuam efetivamente na edição de textos.

Nas páginas 128 a 132 da obra citada, Cambraia apresenta propostas rigorosas de transcrição de textos para os diversos tipos de edição monotestemunhais, exceto, naturalmente, para a edição fac-similar ou mecânica.

3.5. Edição crítica

Para a edição crítica, as normas são descritas mais detalhadamente, no capítulo 6 do livro de Cambraia, dividido em dois tópicos: estabelecimento do texto crítico e apresentação do texto crítico.

3.5.1. Estabelecimento do texto crítico

Para se estabelecer o texto crítico é necessário fazer a recensão e, depois, a reconstituição do texto.

Na recensão, estudam-se as fontes ou testemunhos, que podem ser fontes de tradição direta ou fontes de tradição indireta, sendo as primeiras constituídas de cópias ou edições do texto propriamente dito e as fontes indiretas podem ser traduções, paráfrases, citações etc.

Naturalmente, para se estudar essas fontes, a primeira tarefa é lo-

calizá-las e coletá-las, o que já se pode fazer com muito mais facilidade porque há um número cada vez maior de documentos e edições disponíveis ou disponibilizáveis eletronicamente nas diversas bibliotecas e acervos públicos e particulares. E, mesmo quando não estão disponibilizados, podem ser preparados por seus detentores e enviados diretamente para o computador do pesquisador, evitando-se enorme gasto de tempo e dinheiro em viagens e transcrições manuais, como eram feitas há poucas décadas.

Localizados e coletados os testemunhos, parte-se para a colação, que é o cotejo rigoroso das cópias, palavra a palavra, com o registro das variantes, pois é a partir dessas variantes que se poderá fazer a estemática, tarefa extremamente importante em uma edição crítica.

A estemática constitui a fase da recensão que determinará a genealogia dos testemunhos, por comparação baseada nos erros significativos de cada um deles.²⁰ Esses erros significativos serão conjuntivos, quando ocorrem em mais de um testemunho, indicando alguma dependência entre eles, ou separativos, quando, ocorrendo em um testemunho, manifesta sua independência em relação aos demais.

Identificados alguns erros, devem ser comparados os lugares comuns em que eles ocorrem e, com isto, é possível estabelecer matematicamente a relação genealógica entre os testemunhos, facilitando a decisão sobre qual deva ser o texto de base.

Depois de estabelecido o estema ou genealogia dos testemunhos de um texto, é importante eliminar os testemunhos comprovadamente copiados de outros. Ou seja: um testemunho que é comprovadamente cópia de outro conhecido deverá ser eliminado porque não trará qualquer contribuição para o estabelecimento do texto, a menos que haja dificuldades como a baixa visibilidade ou se a letra do texto fonte esteja menos legível que o de sua cópia.

Esta subfase de eliminação dos testemunhos copiados é muito importante para a economia de tempo e esforço.

Concluída a recensão, parte-se para a reconstituição do texto,

²⁰ Erros significativos são aqueles que não poderiam ser corrigidos conjeturalmente pelos próprios copistas por serem erros óbvios. Uma palavra ou expressão sem sentido ou estranha, uma estrutura gramatical que transgrida o padrão linguístico ou estilístico do autor seriam exemplos de erros significativos, porque o autor não escreveria passagens ilógicas ou contrárias ao sentido do texto.

também chamada de *emendatio*, que pode ser feita com base nos testemunhos ou por conjectura.

A reconstituição por testemunhos é feita com base nos seguintes princípios, regras ou cânones para a seleção de variantes:

- a) A lição do maior número de testemunhos é preferível (*lectio plurimum codicum potior*);
- b) A lição mais antiga é preferível (*lectio antiquior potior*);
- c) A lição do melhor testemunho é preferível (*lectio melioris codicis potior*);
- d) A lição mais difícil é preferível (*lectio difficilior potior*)²¹;
- e) A lição mais breve é preferível (*lectio brevior potior*);
- f) A lição que explica a origem de outra é preferível (*lectio quae alterius originem explicat potior*);
- g) A lição que respeita a métrica (*res metrica*, no texto poético) é preferível;
- h) A lição que respeita o estilo da época ou do autor (*usus scribendi*) é preferível;
- i) A lição que respeita o contexto (*conformatio textus*) é preferível²²;

A reconstituição por conjectura é aquela que depende exclusivamente do conhecimento e da intuição do editor, sem qualquer amparo incontestável no próprio texto.

Cambráia apresenta-nos um exemplo muito esclarecedor:

²¹ Ainda tomando as palavras de Spaggiari e Perugi (2004, p. 94-95), acrescentamos o seguinte importante esclarecimento: "No lachmannianismo tradicional, a 'lectio difficilior' é, junto com o 'usus scribendi', um dos dois princípios com que se pode tentar identificar a lição do original, no caso frequentíssimo de estema bifido, ou, de qualquer maneira, sempre que a 'varia lectio' não possibilitar a aplicação do critério mecânico de escolha. Na verdade, esquece-se normalmente de precisar que a 'lectio difficilior' é um dos primeiros fenômenos que o editor tem que encarar nos próprios começos do seu trabalho, isto é, na hora de identificar os erros possivelmente conjuntivos ou separativos, indispensáveis à constituição do estema."

²² No longo estudo que Leodegário A. de Azevedo Filho faz a sua edição fac-similar de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, centenas de erros apontados se justificam por mera ultracorreção, sobejamente esclarecidos em favor da edição apontada como a *editio princeps*. (CAMÕES, 2008)

Nos testemunhos da lírica trovadoresca galego-portuguesa é muito comum haver lacunas nos refrãos, já que, por ser consabida a estrutura das cantigas, qualquer leitor inferiria que, apesar da lacuna no testemunho, haveria ali a forma completa do refrão. Assim, quando um crítico moderno estabelece o texto de uma dessas cantigas com todos os refrãos plenamente registrados, está, na verdade, reconstituindo-os por conjetura (baseado no conhecimento da estrutura poética das cantigas), já que o registro pleno de todos os refrãos de uma cantiga costuma não estar nos testemunhos. (CAMBRAIA, 2005, p. 160)

3.5.2. Apresentação do texto crítico

Depois de estabelecido o texto, apesar de não haver consenso em relação a uma forma de apresentação, há certas partes que podem ser consideradas imprescindíveis. Por isto, apresentaremos aqui a sugestão que faz o autor seguido em todo este tópico da crítica textual (CAMBRAIA, 2005, p. 162):

<p>Modelo Básico de Apresentação do Texto Crítico</p> <p>Sumário</p> <p>Apresentação</p> <p>I. Introdução</p> <p>a. Autor</p> <p>b. Obra</p> <p>c. Tradição da Obra</p> <p>i. Percurso Histórico</p> <p>ii. Testemunhos</p> <p>iii. Estema</p> <p>iv. Fortuna editoria</p> <p>II. Texto</p> <p>a. Siglas dos testemunhos</p> <p>b. Normas de edição</p> <p>c. Texto e aparato crítico</p> <p>III. Glossário</p> <p>IV. Referências Bibliográficas</p>
--

4. Conclusões

Apesar de evidentemente insuficiente para esclarecer profundamente sobre os métodos utilizados pela ciência filológica, tentou-se fazer uma síntese muito restritiva tanto dos métodos aplicados ao sentido amplo que se vem dando à filologia quanto à crítica textual, que é o método incontestavelmente filológico, utilizado para a edição crítica e para a crítica de textos.

Muito mais e melhor se poderia dizer sobre cada um desses métodos e muito ainda se dirá, com certeza.

Estamos aguardando a publicação do livro de Maximiano de Carvalho e Silva, que deverá trazer interessantes inovações e revisões para a crítica textual no Brasil, onde a profissão de filólogo e de professor de filologia é regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e incluída no Catálogo Brasileiro de Ocupações, também disponível na Internet.

Estamos felizes com os progressos dos estudos de crítica textual neste século XXI e lembramos, como mera exemplificação, dois volumes publicados em 2009 com vinte e seis importantes artigos sobre o tema: *Lecturas y textos en el siglo XXI: nuevos caminos en la edición textual*, organizado por Cristina Castillo Martínez e José Luis Ramírez Luengo, e o número 10/11 da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, da USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACIL, Lluís V. *Do latim às línguas nacionais*: Introdução à história social das línguas europeias. Organização: Ângelo Cristóvão. Prefácio, transcrição do Seminário e tradução do epílogo e bibliografia: Josep J. Conill. Santiago de Compostela: Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2004.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. [2. ed.]. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, [1972].

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Base teórica de crítica textual*. Rio de Janeiro: H, p. Comunicação, 2004.

_____. *Ensaio de linguística, filologia e ecdótica*. Rio de Janeiro: S-BLL/UERJ, 1998.

_____. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1987.

BARBI, Michele. *La nuova filologia e l'edizione dei nostri scrittori da Dante a Manzoni*. Firenze: Sansoni, 1938. [Outra edição: Firenze: Le Lettere, 1994].

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. [2ª ed. 2005].

BÉDIER, Joseph. La tradition manuscrite du *Lai de L'Ombre*: réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes. *Romania*, Paris, t. LIV, anné 57, p. 161-98/321-356, 1928. [Reedição ampliada: Paris: Champion, 1929]

BESSA, José Rogério Fontenele (Coord.). *Atlas linguístico do estado do Ce-*

ará. Fortaleza: UFC, 2010, 2 vol.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição fac-similar do exemplar da Biblioteca do IHGB, com Estudo Teórico de Leodegário A. de Azevedo Filho. Exemplar que pertenceu ao Imperador Pedro II e que teria pertencido a Camões, segundo informação manuscrita na página de rosto: “Luís de Camões, seu dono.”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008.

FILOLOGIA e Linguística Portuguesa. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, vol. 10/11, 2008/2009. Com apresentação da seção temática por Heitor Megale. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967, 2 vols.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1992.

IODAN, Iorgu. *Introdução à linguística românica*. 2. ed. Tradução de Júlia Dias Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1982].

MAAS, Paul. *Textkritik*. Leipzig: B. G. Teubner, 1927. [2. ed. 1950].

MARTÍNEZ, Cristina Castillo; LUENGO, José Luis Ramírez (Eds.). *Lecturas y textos en el siglo XXI: nuevos caminos en la edición textual*. [Lugo (Espanha): Axac, 2009].

MENDES, Marlene Gomes. *Edição crítica em uma perspectiva genética de As três Marias de Raquel de Queiroz*. Niterói: UFF, 1998. [Tese de doutorado defendida na USP em 1996].

PASQUALI, Giorgio. *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze: Le Monnier, 1934. [2. ed. 1. reimp. Firenze: Le Lettere, 1988].

PEREIRA FILHO, Emmanuel. *Estudos de crítica textual*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1972.

PROJETO Atlas Linguístico do Brasil. Disponível na Internet.

QUENTIN, Henri. *Essais de critique textuelle (ecdotique)*. Paris: Auguste Picard, 1926.

SILVA, José Pereira da. *Crítica textual e edição de textos*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2005.

SILVA, José Pereira da. (Org.). *A edição filológica como se faz hoje (Cader-*

nos do CNLF, vol. 5, n° 7). Rio de Janeiro: CiFEFiL, IL-UERJ, ABF e CFCM, 2002.

_____. *Crítica textual e edição de textos*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007 (Suplemento da *Revista Philologus*, Ano 13, n° 37).

_____. *Edição de textos e crítica textual (Cadernos do CNLF, vol. IV, n° 6)*. Rio de Janeiro: UERJ-IL, ABF e CFCM, 2000.

_____. *Filologia e ecdótica (Cadernos do CNLF, vol. 10, n° 9)*. [Rio de Janeiro]: CiFEFiL, 2006.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977 [2ª ed. rev. e atual. Ars Poetica/Edusp, 1994].

TIMPANARO, Sebastiano. *La genesi del metodo del Lachmann*. 2. ed., 5 reimp. Torino: Liviana, 2002. [1. ed. Firenze: Le Monnier, 1963].

THUN, Harald; AQUINO, Almidio; WOLF, Dietrich; SYMEONIDIS, Haralambos. *Atlas lingüístico Guaraní-Románico. Tomo I: Léxico del cuerpo humano*. Kiel [Alemanha]: Westensee, 2009. (Dialectologia pluridimensionalis Romanica; 11)

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed. comemorativa do centenário do nascimento do autor. Enriquecida com notas do autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959. [4. ed., 1966].

VASCONCELOS, Carolina Michaëllis de. *Lições de filologia portuguesa, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13. Seguidas das lições práticas de português arcaico*. [São Paulo?]: Martins Fontes, [s/d.].

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de linguística românica*. Trad. José Pereira da Silva. Revisão técnica: Evanildo Bechara e Marlit Cavalcante Bechara. [Rio de Janeiro]: Eduerj, [1996]. [2ª ed. 2001].

**PONTUAÇÃO:
ORIENTAÇÃO DE USO PELA ÓTICA DOS GRAMÁTICOS
AO LONGO DO TEMPO**

Tania Maria Nunes de Lima Camara (UERJ / UNISUAM)
taniamnlc@gmail.com

RESUMO

O emprego dos sinais de pontuação é de extrema relevância na produção de sentido dos textos. Vários fatores motivam tal uso. Embora a colocação dos sinais gráficos seja frequentemente regida pela sintaxe, aspectos relativos à semântica e ao ritmo mostraram-se igualmente relevantes, segundo a concepção de eminentes estudiosos da língua portuguesa. O presente artigo tem, pois, a finalidade de apresentar o posicionamento de iminentes gramáticos, com o intuito de ampliar a visão dos professores de língua portuguesa em relação ao assunto. Tal conhecimento possibilita a compreensão, de modo mais abrangente, do emprego dos sinais nos textos, especialmente naqueles em que a finalidade estética se mostra relevante, incluindo, nesse propósito, a representação de marcas de oralidade.

Palavras-chave: Pontuação. Gramáticos. Emprego. Sentido.

1. Introdução

A necessidade de eternizar a expressão fez o homem, desde os primórdios, recorrer a arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, no intuito de não deixar perder dados de uma história. Daí, o valor da escrita, que, além de guardar a palavra, materializa o pensamento, revelando valores, visões de mundo, sentimentos, que, até um momento anterior, se mantinham em estado de possibilidade; em condição de imanência, ou de manifestação apenas oral.

A história da humanidade deixa explícita a importância da escrita na civilização ocidental. Seu desenvolvimento pode servir de divisor dessa história: o que havia antes e o que passou a haver partir dela, identi-

cando-se com os avanços do espírito humano. O texto escrito dispõe de um instrumento gráfico próprio: a pontuação.

A sistematização dos fatos gramaticais, em geral, é preocupação constante dos estudiosos da língua portuguesa, dos mais antigos aos mais modernos. A pontuação é um dos assuntos que vem despertando um olhar mais atento por parte dos linguistas, em função das bases de uso que oferece. A atualidade de tal estudo revela-se não só pelas produções acadêmicas como também pelos diferentes manuais de emprego dos sinais gráficos existentes no mercado.

Expomos a visão dos gramáticos em cujas obras se encontram capítulos específicos sobre pontuação. A disposição diacrônica, ao lado de atender a exigências técnicas, demonstra claramente as diferentes bases sobre as quais o emprego dos sinais gráficos se tem apoiado ao longo do tempo, quais sejam: sintática, semântica, rítmicas. As semelhanças e as diferenças presentes nas orientações dos gramáticos, diacronicamente, refletem essa variedade.

A apresentação dos autores obedece à ordem crescente da publicação da primeira edição de cada obra.

2. De Fernão de Oliveira a Mário Pereira de Souza Lima

2.1. Fernão de Oliveira

Nosso primeiro gramático, em sua obra *Grammatica da Língua Portuguesa*, apresenta observações interessantes a respeito do aspecto da oralidade da língua, antecipando, em muitos pontos, padrões consagrados pela linguística atual.

Sua primeira anotação sobre a língua portuguesa deixa implícita a ideia de que outros estudos deveriam seguir-se, como se observa na passagem abaixo, extraída do prólogo:

...e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando do nada de cada dicção porque isto ficava para outro tempo e obra. (1933, p. 14-5)

O fragmento permite afirmar que o fato de o autor não fazer, na obra citada, observações sobre pontuação significa que tal estudo seria desenvolvido em outra oportunidade, estudo este não realizado. Torreira (1993) levantou características de pontuação no próprio discurso de Fer-

não de Oliveira e encontrou, por exemplo, a frequente indicação de parágrafo com o uso do caldeirão, no início e nas subdivisões de capítulos, emprego também presente na "Cartinha", que é anterior a Oliveira.

2.2. João de Barros

Na última seção de sua obra "Da Orthografia", mais especificamente sob o título "Dos Pontos e Distinções da Óraçám", João de Barros examina as pausas da escrita. Não se limita, porém, o autor a uma abordagem estritamente descritiva da pontuação. Ao lado disso, toma-a como efeito, sobretudo da sintaxe. Destaca que uma das principais funções dos sinais gráficos está em evitar construções ambíguas, o que, em alguns casos, é fácil de ocorrer quando eles não são empregados.

Desse modo, a anfibologia de que trata o autor tem base na construção sintática. Ainda assim, João de Barros não desconsidera a força do ritmo no uso da pontuação.

Sua pontuação conserva os termos clássicos "cõma" e "cólo". Além desses, o autor considera o ponto interrogativo e os parênteses, estes últimos mais voltados para uma figura de construção do que para a pontuação ortográfica.

2.3. Pero de Magalhães de Gândavo

Em sua obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, edição fac-similada de 1981, o autor aborda o emprego da vírgula, dos dois-pontos e ponto. Para Gândavo, a vírgula mais se distingue de dois-pontos pela pausa do que pela sintaxe em si. No final da passagem, o autor explicita uma ideia de gradação de força rítmica, em vez da noção sintática, para a diferença entre os sinais.

Outros sinais são também apontados por Gândavo, tais como o ponto de interrogação e o hífen duplo, que indica partição dos vocábulos no "final da regra", ou seja, da linha. Além desses, alude ao uso dos parênteses:

2.4. Duarte Nunes do Lião

A obra *Orthographia da Língua Portuguesa* data de 1576. É a primeira ortografia de grande fôlego escrita em língua portuguesa. Marca a obra um momento de ruptura pelo fato de buscar uma escrita etimológica, em oposição à fonética, defendida por Fernão de Oliveira e João de Barros.

Apresenta como razão das pausas, além do aspecto semântico, a causa rítmica.

2.5. Álvaro Ferreira de Vera

Foi publicada, em 1631, a obra *Ortographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. No que diz respeito à pontuação, atribui a ela papel semântico em sua ocorrência no período. Em outra passagem do texto, seu texto apresenta a defesa da pontuação como parte integrante dos estudos ortográficos da língua, pois "quanta mais propriedade tiver nos pontos e accents, tâta mais ventajem terá." (fl. 2), segundo Torreira (1993, p. 59)

Em sua obra, os sinais de pontuação vêm classificados como "arte" e dividem-se em "pontos e notas", aperfeiçoando a listagem verificada em Lião.

O painel até aqui levantado aponta aspectos relevantes com relação a diferentes pontos de vista a partir dos quais se faz uso da pontuação. Ao lado da base sintática, defendida por João de Barros, encontra-se ainda motivação semântica e rítmica, defendidas pelos demais autores apresentados, excetuando-se Fernão de Oliveira, que não chegou a posicionar-se em virtude de não haver escrito especificamente sobre o assunto em questão.

2.6. Jerônimo Soares Barbosa

Em *Gramática Filosofica da Língua Portuguesa*, Barbosa define a pontuação do seguinte modo:

...a arte de distinguir na escriptura, com certas notas, as diferentes partes e membros da oração, a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom de inflexão da voz com que as deve providenciar. (BARBOSA, 1881, p. 59)

A definição acima ajusta dois aspectos relacionados à produção do sentido: o sintático e o rítmico, uma vez que o autor relaciona aos instrumentos da escrita marcas presentes na linguagem oral. No decorrer de seu estudo, faz observações sobre a importância dos espaços em branco entre as palavras e, além disso,

... diz que um ponto simples é obrigatório após toda oração de sentido perfeito e independente gramaticalmente de outra, se interrogativo ou exclamativo, pode vir facultativamente no início, mas obrigatoriamente no final da oração. (CAFEZEIRO, 1993, p. 91).

Estabelece também uma espécie de hierarquia no uso dos sinais gráficos, como se observa na seguinte passagem:

Nunca use ponto e vírgula, sem que antes haja vírgula; nem também use dois pontos, sem que antes preceda ponto e vírgula; porque a pontuação mais forte supõe d'antes a mais fraca. (...) orações que se podem distinguir com vírgulas somente, não se deve pontuar com ponto e vírgula; as que se pode distinguir só com ponto e vírgula não se devem pontuar com dois pontos: porque a pontuação nunca deve ser supérflua. (*Id.*, *ibid.*)

As orientações de Barbosa remetem à ideia de distribuição ascendente e harmoniosa entre conteúdos, pausas e pontuação, numa escala em que nada é excedente. Nesse aspecto, trata-se de uma organização matemática proporcional na construção do texto.

Nossa conclusão encontra apoio em outra passagem selecionada por Cafezeiro (1993):

É tanto errada a regra da pontuação que alguns dão, mandando por sempre vírgula antes do que, quanto pelo contrário, nunca se deve por senão quando a oração principal e a incidente são tão extensas, que vêm a exceder a medida de uma pausa ordinária que é a de verso de 13 a 17 sílabas. (*Ibid.*)

Mais de uma vez a gramática aparece como condutora de um procedimento. À semelhança do que algumas vezes se ouve falar a respeito do rigor formal da poesia parnasiana, por exemplo, têm-se aqui, estabelecidas por Barbosa, orientações que obrigam que o texto obedeça a regras e a compassos no momento de sua produção.

2.7. Ernesto Carneiro Ribeiro

Em sua obra *Serões Gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa* (1955), apresenta o estudo da pontuação como o décimo segundo tópico abordado na "Parte Quarta" da referida obra: "Da Phraseologia ou Syntaxe", com o título "Da pontuação": "PONTUAÇÃO é a arte de indi-

car por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem falla ou lê". (p. 705)

Considerada pelo autor como "de máxima utilidade", justifica-o da seguinte maneira:

... distinguindo os varios sentidos parciais ou totaes, a ligação e subordinação de uns aos outros, sua dependencia e relações, aclara e esclarece o discurso, adaptando a palavra aos altos destinos a que ella obedece na vida da humanidade. (RIBEIRO, 155)

Esses sinais, como diz a *Encyclopedia*, são de alguma sorte *as notas musicais do discurso*.

Ribeiro estabelece, pois, que, ao lado de uma marcação rítmica, aludida pela presença de pausas e, metaforicamente, adiante apresentados os sinais de pontuação como "as notas musicais do discurso", a organização sintática garante a inteligibilidade do enunciado.

Fiel à necessidade de observar e de considerar a "história da língua – sua evolução progressiva", posição presente no prólogo da primeira edição, Ribeiro aponta que "a arte de pontuar", como ele considera o uso dos sinais de pontuação, era totalmente desconhecida nos primeiros escritos.

Traduzindo a Bíblia, afirma S. Jeronymo não haver encontrado no original hebreu signal algum de distincção, sendo mister, para facilitar a intelligencia do texto, recorresse ao emprego de notações distinctivas para separar os membros das frases e os versetos... Já trezentos e tantos annos antes de Christo, comentando Aristoteles os escriptos de Heraclito de Epheso, havia notado a difficuldade de pontuar sem exprimir pensamentos diversos dos que tinha em mente o autor, visto que no texto original não se lhe offercia notação alguma distinctiva para lhe elucidar o sentido e lhe segurar a interpretação. (*Id.*, *Ibid.*, p. 704)

Duas questões surgem de imediato nas considerações de Ribeiro: a primeira diz respeito ao papel da pontuação como elemento organizador do texto por parte daquele que lê; a segunda, decorrente da primeira, relaciona-se à produção do sentido, destacando o cuidado de o leitor ater-se à interpretação do autor.

Verdade é, diz Girard, que relativamente á pureza da linguagem, a belleza da expressão, á delicadeza e solidez dos pensamentos, é de pouca valia a pontuação... Mas allivia e conduz o leitor, indica-lhe os lugares onde é mister repousar para colher folego, e que tempo deve respirar. (*Id.*, *ibid.*, p. 705)

Trazendo o autor a visão de Girard, percebe-se que este deixa evidente que o texto, do ponto estético, prescinde da pontuação. Esta, no en-

tanto, mostra-se como um instrumento importante do mecanismo da leitura, não só em termos mecânicos, como também, acreditamos, orientadores daquele que lê, daquilo que está sendo lido. Portanto, o ato de pontuar estaria mais diretamente voltado para o enunciatório do que para o enunciador, no sentido de fazer com que aquele resgatasse, da forma mais plena possível, o sentido pretendido por este, conforme se depreende da seguinte passagem:

Contribue para a honra da intelligencia, dirigindo a leitura, de feição que o ignorante pareça, como o homem de intelligencia, comprehender o que lê; regula a attenção dos que escutam e lhes fixa os limites do sentido; remedeia emfim as obscuridades do estylo... (*Id., ibid.*, p. 706)

Ribeiro aponta que a pontuação tem como finalidade a clareza da linguagem, que, por sua vez, leva clareza ao pensamento e precisão e distinção às ideias, tudo isso resultado da organização sintática do texto, pois, segundo o autor, pontuação e sintaxe caminham juntas.

É frequente o destaque que o autor dá à construção do sentido, chamando a atenção para o papel da pontuação como fator de textualidade, a partir das intenções significativas daquele que escreve – "o criador".

2.8. João Ribeiro

Em *Grammatica Portuguesa* (1933), destinada ao curso superior, João Ribeiro apresenta, no "Apêndice", o subtítulo "Pontuação", isolado do corpo sequencial da obra, junto com as "Notas finais".

Demonstra sua preferência pela denominação "notações sintáticas" a "pontuação".

Além de considerar a pontuação como indicadora de estruturas sintáticas definidas, atribui igual importância às pausas rítmicas (aspecto fonético) e ao sentido (aspecto semântico), conforme demonstra a seguinte passagem: "... sinais ou símbolos que auxiliam a compreensão do discurso escrito (...) são determinados pelo sentido e pela necessidade de respirar..."

Ribeiro divide as referidas notações em três classes: aquela que determina as divisões das partes do discurso (vírgula, ponto, ponto-e-vírgula e parágrafo – alínea); a que exprime comoção ou movimento

d'alma (reticências, ponto-de-interrogação e ponto-de-exclamação) e a que se usa para clareza dos manuscritos (travessão, aspas, parênteses).

Sobre o uso de diferentes sinais, diz que "estão um pouco ao arbítrio do escritor", não se submetendo, pois, a regras rigorosas.

2.9. Eduardo Carlos Pereira

Em sua *Gramática Expositiva – Curso Superior*, 15. ed., Pereira apresenta o "capítulo IV – Da Pontuação" na seção relativa aos estudos sintáticos. Divide os sinais gráficos usados na escrita em três categorias: abreviaturas, notações ortográficas ou léxicas e notações sintáticas ou lógicas. A pontuação faz parte do terceiro grupo.

Segundo o autor, pontuação "é o conjunto dos sinais gráficos ou notações que têm por fim discriminar os diversos elementos sintáticos da frase, mirando a clareza, as pausas e modulações próprias na leitura" (p. 369-370).

Aponta, ainda, a possibilidade de esses sinais serem divididos em três espécies distintas: notações objetivas (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto final); notações subjetivas (ponto de interrogação, ponto de exclamação, pontos de reticência, parêntesis; notações distintivas (aspas ou vírgulas dobradas, travessão, parágrafo, chave).

Uma observação importante faz o referido autor acerca do emprego dos diferentes sinais gráficos:

A teoria da pontuação é vária, e no seu uso não há uniformidade entre os nossos escritores.

Uns têm pontuação mais forte e abundante, outros mais frouxa e poucada. Salvo alguns poucos casos, não há regras absolutas. Do uso vário dos bons escritores, tiramos as que nos parecem mais aceitáveis. Com a invenção da imprensa é que as notações sintáticas se foram definindo e multiplicando até chegar ao estado atual. Nos velhos documentos vernáculos anteriores ao século XVI, toda a pontuação consistia no uso irregular da *coma* (dois pontos), do *cólon* (ponto), das *vergas* ou *vírgulas*. Dos clássicos pouco seguras, em geral, seriam as regras da pontuação que pudéssemos induzir. A pontuação tem por fundamento, segundo Beauzé, os seguintes princípios: 1º) a necessidade de respirar; 2º) a distinção dos sentidos parciais, que constituem um discurso; 3º) a diferença dos graus de subordinação, que convém a cada um desses sentidos parciais no conjunto do discurso. (PEREIRA, [s.d.], p. 370)

Ainda que Pereira localize a pontuação no grupo das notações lógicas, evidencia uma espécie de "falta de lógica", no sentido restrito da

expressão, no uso particular que os escritores fazem dos sinais de pontuação, o que pode chegar a dividi-los em dois grupos, os autores que pontuam muito e aqueles que pontuam pouco. Segundo o autor, poucos são os casos em que se podem estabelecer regras absolutas, donde a variedade do emprego.

Quanto às irregularidades existentes nos textos antigos, é importante destacar que, no tocante à pontuação, as diferenças que se mostram ao longo do tempo. Decorrem de princípios distintos que norteiam o emprego, não sendo, pois, o sintático, o único existente ou possível de ser considerado.

2.10. Mário Pereira de Souza Lima

No início do século XX, Mário Pereira de Souza Lima, no capítulo "Da pontuação" de sua *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa* (1937), apresenta-nos as seguintes considerações:

583. Servem os signaes de pontuação para indicar as pausas do discurso determinadas pela necessidade de respirar e pela distinção e relacionamento dos sentidos da phrase. E porque não resultam das palavras consideradas em si mesmas, mas de sua coordenação e dependência recíproca, chamam-se também notações syntacticas. (...)

585. Não há entre os escriptores uniformidade no modo de pontuar. Procurando, porém, antes uma systematização de princípios que uma revisão de factos da língua, dão-se a seguir algumas regras cujo fim é facilitar a leitura e tornar mais claras a dependência ou distincção das ideias. (SOUZA LIMA, 1937, p. 503)

Embora aborde a questão do sentido, Souza Lima contempla a sintaxe como base da pontuação.

Observa-se também que o autor menciona o fato de não haver uniformidade no comportamento dos escritores em geral quanto ao uso da pontuação, dado que será trabalhado ao longo deste estudo, além de confirmar a posição anteriormente apresentada em João Ribeiro.

A diferença existente entre os autores – Ribeiro e Souza Lima – reside na disposição do tópico em suas obras. Enquanto o primeiro considera a pontuação como apêndice à sua gramática, Souza Lima insere-a como último capítulo, intitulado "Da pontuação", do "Livro Quinto", ("Da construção do período"), o que estabelece a sintaxe como a região mais adequada à pontuação.

3. De Antenor Nascentes a Celso Cunha

3.1. Antenor Nascentes

Em *O Idioma Nacional* (1960), o autor relaciona o emprego dos sinais de pontuação ao ritmo, à entoação e à expressão. Seja a seguinte passagem:

Bem pronunciadas e bem acentuadas as palavras, a fala ficará em muitos casos incompreensível se não obedecer a certa cadência de acordo com o sentido da frase e com o fôlego da pessoa. (...) (p. 36).

A indicação do ritmo e da entoação do período é dada na escrita, pelos sinais de pontuação.

É preciso atribuir a cada sinal de pontuação o seu verdadeiro valor.

A vírgula indica uma pausa pequena.

O ponto e vírgula indica pausa maior do que a vírgula.

O ponto, indicando o fim da frase, exige um repouso completo.

Os dois pontos indicam uma pausa em seguida à qual se espera uma citação.

O ponto de exclamação exige uma elevação da voz que denote espanto, raiva ou outro sentimento.

O ponto de interrogação indica que se deve imprimir à frase a entoação propícia que pergunta. (NASCENTES, 1960, p. 38)

Conclui-se, pois, que, para Nascentes, atribuir "valor" aos diferentes sinais de pontuação implica empregá-los adequadamente, levando em conta propriedades semânticas relacionadas a cada um deles.

Segundo o autor, "a expressão é a manifestação interior das emoções internas" (1960, p. 39). Desse modo, na fala, traduz-se na voz e também nas expressões fisionômicas e nos gestos; na escrita, no uso adequado da pontuação, entendendo-se aqui "adequado" como apropriado à manifestação pretendida, segundo nosso ponto de vista.

3.2. Napoleão Mendes de Almeida

A obra *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* acha-se dividida em sessenta e sete capítulos, que, na sinopse feita por Almeida, compreendem três grandes áreas: fonética, morfologia e sintaxe, além de seções mais curtas, destinadas a etimologia e apêndice literário. O estudo da pontuação é feito no capítulo sessenta e cinco e constitui parte do es-

tudo da sintaxe.

O autor abre o referido capítulo com o conceito de Júlio Ribeiro sobre pontuação: "arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não tem entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes" (1999, p. 570), a partir do que, logo em seguida, faz duas observações. A primeira chamando a atenção do aluno para o que vem a ser "ligação íntima" entre "partes do discurso", qual seja a do sujeito com o verbo e a do verbo com o seu complemento, o que impede o emprego de vírgula, separando-as. A segunda alude ao "processo de pontuação do português atual", o qual "diverge do seguido pelos clássicos, dos quais pouco seguras seriam as regras de pontuação que pudéssemos induzir" (p. 570).

Entendemos merecer essa segunda observação um comentário. Conforme já abordado em momentos anteriores desta pesquisa, a falta de "segurança" sobre as regras de base, à qual alude Almeida, decorre do fato de estar o princípio norteador do uso da pontuação, seguido pelos clássicos, apoiado em padrões diferentes do sintático, o qual, por sua vez, sustenta o atual. Portanto, a dificuldade não está na pontuação em si, mas na necessidade de conhecer os pilares da construção dos textos antigos, antes de a sintaxe ser estabelecida como critério de procedimento. Mais adiante, voltaremos a esse ponto, de maneira mais sistemática e particularizada.

Prosseguindo, o autor apresenta os sinais de pontuação, que, segundo ele, se dividem em três classes: objetivos, subjetivos e distintivos. São notações objetivas a vírgula, o ponto-e-vírgula, os dois-pontos e o ponto final; subjetivas, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências e os parênteses; as distintivas, as aspas, o travessão, o parágrafo, a chave, os colchetes e o asterisco.

Embora o autor não explicita cada uma das três classes referidas, indutivamente, a partir da maneira como instrui o emprego dos sinais de cada uma delas, é possível estabelecer os critérios da divisão e suas respectivas denominações.

A classe objetiva inclui os sinais cujo emprego se deve essencialmente a razões de ordem sintática; a "objetividade" decorre da obediência aos princípios de estruturação e de regência da sintaxe.

A subjetiva envolve aspectos semântico-pragmáticos ou de enunciação; não essencialmente sintáticos, portanto, que estão relacionados aos sinais que dela fazem parte.

A distintiva encerra seu procedimento primeiro: distinguir, o que pode ocorrer para apresentar enunciados de diferentes enunciadoreis, introduzir expressões populares, marcar ênfases e ironia, expor ideias, por exemplo.

No todo, a orientação dada por Almeida quanto ao uso dos sinais gráficos segue aquelas encontradas nos autores que têm a sintaxe como base única para o estabelecimento de regras para o referido emprego, o mesmo ocorrendo para os casos em que a entonação (classe subjetiva) é privilegiada.

Nos dois últimos capítulos da obra, o autor volta-se para alguns aspectos teóricos ligados à literatura, apresentando *Apêndice Literário* (cap. LXVI) e *Versificação* (cap. LXVII). Interessa-nos especialmente o primeiro deles, no qual se encontram conceitos que vale considerar.

Sobre Estilo, expõe o autor:

O estudo da gramática não passa de munição para um combate; quanto maior for o conhecimento da gramática, tanto mais munidos nos encontraremos para a luta. Não basta estar apercebido de abundantes e valiosos petrechos, conhecer cabalmente o funcionamento das armas: é preciso servir-se delas. Se a gramática estuda as palavras e a sua combinação para a expressão correta do pensamento, a *estilística* mira a beleza. Se a gramática tende a fixar-se em moldes uniformes de expressão, a estilística, isto é, o *estudo do estilo* não tolhe a liberdade no gênio nas combinações estéticas da palavra. Se aquela é geral, esta é individual. *Estilo* é, pois, a maneira peculiar, individual, de expressar cada escritor os seus pensamentos. (p. 584)

Ainda que caracterizado de forma metafóricamente belicosa e superficial, o autor abre espaço para as rupturas e subversões dos fatos gramaticais – considerados todos os tópicos trabalhados na presente obra, sempre que a estética for o objetivo principal. A pontuação artística acha-se, pois, devidamente contemplada. Nenhuma construção artística aparece como exemplo; certamente, para o autor, cuidar da estilística seria indevido em uma obra que tem a gramática como foco, ao lado da grande preocupação constantemente demonstrada ao longo da obra, com relação aos cuidados com o conhecimento do idioma; na verdade, para ele, um dever cívico: "A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos" (p. 2). Assim, considera que escrever bem, redigir "é, em primeiro lugar, conhecer

o idioma em que se escreve; em segundo, sentir, conhecer, dominar o assunto sobre que se escreve. Esses são os dois pilares em que se assenta qualquer obra literária, seja qual for o gênero..." (p. 585).

Visto que só subverte com arte aquele que bem conhece a língua na qual escreve, mais uma vez se percebe a possibilidade de acolhimento a construções literárias desviantes do ponto de vista da gramática, incluindo-se nos casos possíveis os sinais de pontuação.

3.3. Carlos Henrique da Rocha Lima

Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima, até certo ponto, dá seguimento às ideias de Ernesto Carneiro Ribeiro, apesar de situar a pontuação como último capítulo da área da "Sintaxe". É dele o seguinte comentário:

As pausas rítmicas – assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais –, são de três espécies:

1 – Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. Marcam-na a vírgula, o travessão, os parênteses, o ponto e vírgula, os dois pontos.

2 – Pausa que indica o término do discurso ou de parte dele. Assinalam-na o ponto simples, o ponto parágrafo, o ponto final.

3 – Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo. Mostram-na o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências. (ROCHA LIMA, 1992, p. 458)

Do fragmento destacado, é possível detectar que o autor expõe uma flutuação no que se refere à base a partir da qual a pontuação é empregada: rítmica, sintática e semântica.

3.4. Evanildo Bechara

Evanildo Bechara situa o capítulo relativo à "Pontuação" entre "Sintaxe" e "Estilística", na obra *Moderna Gramática Portuguesa*.

... entendemos por pontuação uma "sistema de reforço da escrita", constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (BECHARA, 1999, p. 604)

Na passagem acima, ainda que confirme a sintaxe como área linguística da pontuação, Bechara faz referência também a questões rítmico-melódicas e semânticas. Tal ideia é confirmada, a seguir, quando o autor escreve o seguinte:

O enunciado não se constrói como um amontoado de palavras e orações. Ele se organiza segundo princípios gerais e dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam esses princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação, que já vêm sendo empregados desde muito tempo, procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. (*Id., ibid.*, p. 606)

Ainda segundo o autor, os sinais de pontuação são empregados de modo a atender à iniciativa e à decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e das construções utilizadas.

3.5. Manuel Said Ali

Said Ali insere o estudo da pontuação na área da "Sintaxe e Estilística", em sua obra *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Segundo o autor, "PONTUAÇÃO é o emprego de certos sinais gráficos que se colocam entre orações e partes da oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudança de tonalidade, ou simplesmente para chamar a atenção". (p. 228)

É dele ainda a seguinte observação:

Entendem alguns gramáticos que o conceito de pontuação deve abranger também o emprego das notações ortográficas, acento, til, traço de união, apóstrofes, de que tratamos em outra parte deste compêndio. São os seguintes os sinais de pontuação: a vírgula (,) o ponto e vírgula (;), os dois pontos (:), o ponto final (.), O ponto de interrogação (?), o ponto de exclamação ou admiração (!), os parêntesis arqueados (), ou sem forma de colchetes ([]), as reticências (...), as aspas (" "), o asterisco (*), o travessão (–) e o parágrafo (§). (SAID ALI, [195?]).

A partir daí, aponta os empregos dos diferentes sinais acima apresentados, tomando a sintaxe como ponto de partida para o estabelecimento das diferentes regras.

3.6. Gladstone Chaves de Melo

Gladstone Chaves de Melo, na obra *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, apresenta seu estudo dividido, além da Introdução, em três partes: fonética, morfologia (com um respectivo apêndice) e sintaxe. Essa terceira parte ele subdivide em sintaxe analítica, emprego das formas ou sintaxe das diversas classes de palavras e sintaxe das relações. Nesse último subgrupo acha-se o capítulo intitulado "Da Pontuação". O espaço que ocupa, na obra, o estudo desta pesquisa certamente não deixa dúvidas no leitor quanto à abordagem que será realizada.

Chama, porém, a atenção a forma como o autor introduz o capítulo:

Costumam as gramáticas incluir esta matéria, que é direta consequência da sintaxe e a ela pertence. Não obstante este enquadramento gramatical, é a pontuação muito mais um problema de Estilística do que da Gramática. Exatamente como vimos ser para a ordem.

Escusado dizer que a pontuação é assunto exclusivo da língua escrita: seria o óbvio do óbvio. Apesar disso, muita gente diz que em tal ou tal situação se deve fazer pausa, porque há vírgula. Ora dá-se precisamente o contrário: foi ali posta a vírgula porque havia pausa. (MELO, 1968, p. 380).

O fragmento revela o cuidado inicial do autor em localizar no campo da Estilística os aspectos ligados tanto à pontuação quando à ordem dos termos na oração (sintaxe de colocação). No que diz respeito a esse último assunto, afirma Melo:

Toda língua revela umas quantas tendências de colocação das palavras, *tendências essas que constituem a ordem habitual. O que foge disso é costume chamar-se ordem ocasional.*

(...)

Concretamente, a ordem depende de uma série de fatores, como a história da língua, a tradição, a necessidade de clareza, a eufonia, o desejo de pôr em destaque este ou aquele elemento, a euritmia prosaica ou poética. Por isso mesmo, a ordem é muito mais assunto de Estilística do que de Gramática. (*Id.*, *ibid.*, p. 362-3)

Portanto, ainda que Melo não haja especificado os motivos que o levaram a fazer tal afirmativa em relação ao emprego dos sinais gráficos, a atribuição da mesma área de responsabilidade a ambos os assuntos permite estabelecer também para a pontuação os fatores enumerados para a escolha da ordem dos termos sintáticos em uma frase ou em uma oração. Haverá, pois, momentos em que a tradição (que se poderá associar à obediência ao padrão sintático de uso dos sinais) ou a clareza ou o destaque de alguma ideia ou o ritmo mais prosaico ou mais poético determina

rá a escolha feita por quem produziu determinado texto, o que efetivamente amplia para outros campos, além do sintático, as possibilidades de emprego da pontuação.

Além desse ponto, Melo também evidencia a inter-relação fala/escrita. Longe de ser entendida como simulacro da fala, a escrita resgata alguns traços daquela, especialmente no tocante aos aspectos rítmicos.

O autor segue o capítulo:

Os sinais de pontuação – aspas, colchetes, dois-pontos, parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão, vírgula, porque se aplicam às palavras ordenadas na frase e no período, chamam-se também *notações sintáticas*. (*Id.*, *ibid.*, p. 380)

Estranhamente Melo, que anteriormente deixara clara a abertura do uso da pontuação, apresenta, no fragmento acima, os sinais de pontuação como "notações sintáticas", dado o papel que eles desempenham nos enunciados. Certamente um esvaziamento daquilo que fora anteriormente colocado, não deixando claro o posicionamento do autor em relação ao critério de emprego.

Em seguida, sobre o propósito do capítulo, lê-se que:

...Não vamos tratar exaustivamente da matéria (...), mas apenas acudir ao que é mais urgente, ou seja, prevenir e remediar.

Prevenir erros frequentes e clamorosos de pontuação, que observamos dia por dia nos trabalhos dos alunos; remediar, com pedir atenção para eles e com fornecer aos discentes e apedeutas alguns critérios seguros que lhes valham de guia na insciência ou nas perplexidades. (*Id.*, *ibid.*, p. 380)

O trecho destaca o propósito de guiar a produção escrita do aluno, na medida em que não são apontadas as intenções de "prevenir e remediar" "erros". A leitura, que, sem dúvida, tem na pontuação um de seus suportes para a compreensão, não é mencionada, a menos que se estabeleça seu sucesso como consequência natural da "boa escrita", o que efetivamente não se mostra pertinente, dadas as complexidades próprias de cada uma das referidas habilidades.

A finalidade, no texto, do assunto em questão é apresentada da seguinte maneira: "Servem os sinais de pontuação para marcar as pausas do discurso, algumas entonações, certas mudanças de ritmo ou de altura, e para deixar claros os relacionamentos sintáticos." (p. 380)

O fragmento destacado dá conta de dois objetivos da pontuação: um ligado ao campo rítmico-semântico e outro, ao terreno sintático, o

que resgata a abrangência do emprego dos sinais gráficos, trazida pelo autor no início do capítulo e aqui já demonstrada.

Ao tratar, propriamente, do emprego dos sinais, o autor inicia a apresentação da seguinte maneira: "Isto posto, vamos às coisas mais práticas." (p. 391), referindo-se certamente às questões de aplicação, encerradas no sentido do adjetivo "práticas".

Sobre o ponto final, o ponto de interrogação e de exclamação, declara:

1 – Todos sabem que o *ponto final* encerra o período declarativo ou enunciativo. E todos devem saber que haverá tantos pontos-finais quantos períodos haja, quantos descenços haja extremos do nível musical da frase. Noutras palavras, quantas vezes se mude de sentido, depois de queda do tom.

2 – E todos ressabem que o ponto-de-interrogação e de exclamação marcam, respectivamente, o tom ascencional interrogativo e o tom ascençoadescencional da surpresa e da emoção. (*Id., ibid.*)

A abordagem dos itens 1 e 2 é visivelmente rítmica, relacionando o ritmo à produção de sentido. Aponta, pois, para o padrão rítmico-semântico.

A partir do item 3, porém, quando trata da vírgula, até o 9, que fecha o capítulo, a abordagem é essencialmente sintática sobre o emprego dos sinais apresentados, salvo alguma breve consideração de ordem semântica ou estilística quanto ao uso de algum deles. Por exemplo, ao tratar dos usos da vírgula junto de conjunções coordenativas aditivas (e, ou, nem) ou quando considera aspectos ligados a pausas, incluindo as de realce. Por essa razão, consideramos dispensável a transcrição.

Observa-se, pois, que, apesar das alusões à possibilidade de emprego da pontuação fora do padrão sintático, é evidente a valorização deste no tratamento do assunto. Voltando à expressão "coisas mais práticas", anteriormente citada, poderiam ser consideradas "práticas" os procedimentos relativos à sintaxe, pelo fato de decorrerem de regras estabelecidas e memorizáveis. Sendo, pois, menos práticos o ritmo, a entonação, deveriam ficar fora do foco do assunto? É uma questão que, a nosso ver, deve ser analisada.

3.7. Celso Ferreira Cunha

Na obra *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita por Celso Cunha, com a colaboração de Lindley Cintra, encontramos o estudo da pontuação numa ordem que permite observar a força do ritmo e da sintaxe estilística.

A língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada.

Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação.

Os sinais de pontuação podem ser classificados em dois grupos:

O primeiro grupo corresponde aos sinais que, fundamentalmente, se destina a marcar as pausas: a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula.

O segundo grupo abarca os sinais cuja função essencial é marcar a melodia, a entoação: os dois-pontos, o ponto-de-interrogação, ponto-de-exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, os colchetes, o travessão.

Observações: 1 – Esta distinção didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa. Em geral os sinais de pontuação indicam ao mesmo tempo, a pausa e a melodia. (*Id., ibid.* 1985, p. 625)

O fragmento acima ratifica o anteriormente afirmado, na medida em que remete a uma pontuação rítmico-semântica, ao lado de outra sintático-estilística.

Outro ponto a destacar-se refere-se ao fato de, apesar de divididos em dois grupos, os sinais, em geral, passam as duas ideias, ao mesmo tempo, segundo observação do próprio Celso Cunha.

É possível, assim, concluir que pausas e entoação constituem eixos de um mesmo aspecto: a produção do sentido.

Em outro trabalho, *Gramática de Língua Portuguesa*, 1977, editada pela FENAME, Celso Cunha também aborda o assunto em questão, no capítulo XI, dos doze que compõem a obra. Ambas as obras do autor apresentam basicamente os mesmos exemplos, explicados da mesma maneira. Ao longo das explicações fornecidas, sente-se a multiplicidade de ângulos pelos quais pode ser visto o emprego da pontuação, conjunto este em que a abordagem sintática é apenas uma das possíveis.

É, entretanto, importante destacar a maneira como Cunha (1977) fecha o capítulo, diferente do que ocorre com a outra obra aqui apresentada. Apresenta o autor uma espécie de conclusão geral do assunto, seguida de duas observações.

Na conclusão do capítulo XI, aponta o autor:

1 – Pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto. O emprego inadequado de um sinal de pontuação pode não só prejudicar, mas até alterar o seu sentido. Cumpre, pois, utilizar com precisão tais sinais.

2 – Além de sua função linguística, a pontuação tem uma utilidade social. Um texto mal pontuado é de acesso difícil e, em geral, deixa no leitor uma penosa impressão de ignorância, ou de desleixo, daquele que o escreveu. E dar de si uma tal impressão pode ter repercussões nefastas na vida prática.(...)

3 – Por outro lado, não se deve abusar dos sinais de pontuação. Escritores há que empregam vírgulas em demasia, com o que travam o enunciado, prejudicando o seu ritmo natural e, às vezes, tornando-o obscuro.

4 – Para bem pontuar, siga-se este conselho de Galichet e Chatelain: "Para saber onde deve colocar os seus sinais de pontuação habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão geralmente a escolha e o lugar dos sinais de pontuação que nela terá de introduzir. (*Id., ibid.*, p. 618-9)

Alguns comentários fazem-se necessários. O primeiro diz respeito à confirmação da ideia já apresentada pelo autor de que o emprego dos sinais gráficos obedece a questões tanto gramaticais quanto expressivas. Em segundo lugar, mostra-se como preocupação do autor a utilização da linguagem como meio de interação social e, portanto, a necessidade do uso adequado do material linguístico, acompanhado de todos os recursos que dão suporte à consecução dos objetivos de quem deles faz uso; entre tais ferramentas, está a pontuação. Por fim, o valor dado ao ritmo com gerador de sentido, destacando o papel da linha melódica do enunciado como orientadora do uso da pontuação adequada, condicionada esta, obviamente, às intenções daquele que produz o texto.

As observações que fecham o referido capítulo são as seguintes:

1º) Certos poetas modernos, à imitação dos franceses Aragon e Eluard, costumam dispensar os sinais de pontuação. Com isso, os seus versos adquirem maior continuidade, mas também, com frequência, maior obscuridade.

2º) No estudo da pontuação, baseamo-nos na prática dos escritores modernos e contemporâneos. Exemplificar com autores mais antigos é, no caso, particularmente desaconselhável, porque nos arriscamos a dar uma falsa impressão da realidade. As obras dos autores clássicos só muito raramente são publicadas na forma original. Nas edições correntes, o seu texto vem quase sempre simplificado na ortografia e modernizado na pontuação. E, para termos uma ideia da natureza dessas modificações, basta atentarmos nos seguintes fatos históricos: "Os primeiros sinais de pontuação aparecem nos manuscritos, muito irregularmente, entre os séculos IX e XVI; É a partir desse último século, depois, portanto, da invenção da imprensa, que o nosso sistema moderno

de pontuação começa a fixar-se e a desenvolver-se. Compreenderia então a vírgula, o ponto, os dois pontos e o ponto de interrogação; um pouco mais tarde, aparecem as aspas e o hífen. No século XVII, são introduzidos o ponto e vírgula e o ponto de exclamação. O uso das reticências data de fins do século XVII; o do travessão, dos colchetes do século XIX... (*Id., ibid.*, p. 619)

Cunha remete, nas passagens acima, a dois tópicos interessantes. O pouco uso dos sinais de pontuação e a conseqüente obscuridade dos textos produzidos por alguns autores ligam-se, de certa maneira, ao conteúdo da segunda observação, já que tal obscurantismo pode decorrer de um ritmo inadequado do leitor em relação àquele dentro do qual o texto fora produzido. Portanto, a obscuridade não está no texto em si, mas provém do modo como é lido, colocado dentro de um modelo organizacional que não corresponde à maneira como foi originalmente produzido. Tudo isso se mostra relevante quando o obscurantismo em si não constituir intenção de quem escreveu.

Além disso, Cunha chama a atenção para algumas dificuldades em relação aos textos antigos, sobre cuja forma original, muitas vezes, não se pode ter segurança. Ele e outros estudiosos desse assunto sabem das alterações feitas, em muitos textos, como, por exemplo, em Gil Vicente. A "atualização" da pontuação pode levar a problemas graves, o que não acontece, grosso modo, com o mesmo procedimento em relação à grafia das palavras, e a razão disso está ligada a que aquela se relaciona a sentido.

O fato de a pontuação ter sido empregada, ao longo do tempo, obedecendo a procedimentos distintos, faz com que qualquer modificação realizada no texto, no intuito de empregar os sinais gráficos de acordo com os princípios e as regras hoje estabelecidas e de desconsiderar aspectos ligados ao ritmo, por exemplo, leve à produção de um novo texto que muito pouco corresponda àquele que lhe deu origem. Assim, cada época usa a pontuação seguindo critérios próprios do momento em que é utilizada, não constituindo, de forma alguma, usos caóticos ou desprovidos de propósito, conforme já se abordou.

4. Considerações finais

As informações trazidas pelos estudos até aqui levantados permitem concluir ser o papel da pontuação extremamente relevante na organização textual e na conseqüente produção de sentido. Como pôde ser percebido pelos estudos apresentados, ao lado da base sintático-semântica,

vigente no emprego atual dos diferentes sinais gráficos, não é possível desconsiderar o papel do ritmo e da entonação no referido uso. Significativas considerações refletem tal ideia.

As questões prosódicas e semânticas mostram-se igualmente frequentes. Quanto ao ritmo, aparece sempre associado à oralidade. Desse modo, é necessário, na sala de aula, colocar a pontuação no grau de importância que o assunto efetivamente possui para a leitura e para a produção textual, bem como ampliar, para além dos limites da sintaxe, a motivação do autor ao fazer uso dos sinais, postura esta que não costumam apresentar os livros didáticos em geral.

Assim, especialmente nos textos literários, o emprego dos sinais gráficos efetivamente correspondem aos propósitos do autor, sendo peças importantes na produção de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: UnB, 1964.

ALMEIDA, N. Mendes. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARBOSA, J. Soares. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1864.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha; gramática; diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada. Lisboa: Universidade de Lisboa, [1971]

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 10. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAFEZEIRO, E. M. Pontuação: do caos ao cosmo. In: ABRALIN: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, nº 14. São Paulo: ago. 1993, p. 87-95.

CARTINHA para ensinar a ler. Ed. fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

CUNHA, Celso F. *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1977.

CUNHA, Celso F. da; CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GÂNDAVO, P. de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Ed. fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

LIÃO, D. Nunes do. *Orthographia da lingua portogoesa*. Lisboa: João de Barreira impressor Del-Rei, 1576.

LIMA, C. H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMA, M. P. de Souza. *Grammatica expositiva da lingua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1937.

MELO, G. Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. 3. ed. Lisboa: José Fernandes, 1933.

PEREIRA, E. Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 15. ed. São Paulo: Cia. Graphica Monteiro Lobato, s/d.

RIBEIRO, E. Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

RIBEIRO, João. *Gramática portuguesa – curso superior*. 22. ed. ref. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

TORREIRA, R. Quintela. *O parágrafo e o texto*. Tese de doutorado em língua portuguesa (UFRJ), Rio de Janeiro, 1993.

VERA, A. Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1631.

**QUESTÕES DE LINGUAGEM
E O ANARQUISMO INDIVIDUALISTA
DE MAX STIRNER E ROLAND BARTHES**

Regina Céli Alves da Silva (UniverCidade)
reginaceli2011@gmail.com

RESUMO

Parte integrante do nosso ensaio de conclusão de pesquisa pós-doutoral, este artigo circunscreve a investigação de Roland Barthes numa linha de pensamento da filosofia libertária, conhecida como individualista. Max Stirner foi o filósofo que inspirou, nos adeptos e estudiosos da causa anarquista, o aprofundamento de ideias em torno do individualismo. Barthes, por sua vez, também construiu, segundo nossa visão, toda a sua linha de investigação numa base individualista e libertária. Por isso, fazer a relação entre os posicionamentos teóricos dos dois autores tornou-se necessário pra que pudéssemos apreender nossa pesquisa.

Palavras-chave: Linguagem. Anarquismo. Stirner. Barthes.

1. Max Stirner e Roland Barthes: anarquismo individualista

Max Stirner nasceu em Bayreuth, Alemanha, em outubro de 1806. Seu nome de batismo era Johann Caspar Schmidt. Roland Barthes nasceu na França, em 1915. Portanto, quase um século os separa, por nascimento. E, no decorrer do oitocentos, muitas foram as ideias que circularam, ampliando e modificando, e muito, a compreensão do mundo e do indivíduo. Dois campos do saber são muito importantes quando se toma esse intervalo de tempo para apreciação: o da linguagem e o da psicanálise. Os estudos de linguagem conquistaram, ao longo do século XX, importância e influência sobre os demais campos do saber, inclusive a psicanálise, que, por seu turno, com sua fundamentação freudiana, tornou-se obrigatória ao se pensar o “eu”, o sujeito, o indivíduo e, em contrapartida, tornou-se fundamental para as investigações acerca da linguagem.

O texto de Stirner, publicado em 1844, não poderia ter seu conteúdo atrelado aos novos estudos da mente e da linguagem, pois ainda não haviam sido instaurados em seu vigor, da forma como os conheceu Roland Barthes. Contudo, para Barthes, cuja primeira obra publicada data de 1953, tais estudos já estavam adiantados, sendo, ele próprio, um estudioso da linguagem que, buscando apoio na semiologia, desenvolveu suas reflexões a respeito do tema. A psicanálise, por sua vez, é constantemente requisitada pelo estudioso francês.

No entanto, apesar de reconhecermos a importância do desenvolvimento dos estudos de linguagem e da investigação psicanalítica como marcadores de grandes diferenças entre Max Stirner e Roland Barthes, não nos deteremos neles ao longo deste artigo, pois, se assim o fizermos, não teremos oportunidade de apresentar aquilo que, no momento, está em relevância: as propostas de Stirner e de Barthes e a relação que, entre eles se observa.

Assim sendo, para assinalar as interseções entre os dois autores, remetemo-nos, primeiro, ao texto de Max Stirner, *O único e sua propriedade*, resumindo, segundo nossa leitura, os principais apontamentos ali impressos. Feito isso, passaremos ao texto de Roland Barthes para, nele, adotarmos o mesmo procedimento. Por fim, faremos comentários sobre ambos, aproximando-os e identificando em Barthes o anarquismo individualista do qual Stirner é, ainda que não de forma intencional, o instigador.

2. *O único e sua propriedade*

Dividida em duas partes, a obra aborda, na primeira, O HOMEM; na segunda, o EU. A primeira é composta por três capítulos: 1. Uma vida humana; 2. Homens do tempo antigo e do moderno; 3. Os livres. A segunda também tem uma configuração tripartida: 1. A singularidade-do-próprio; 2. O eu-proprietário; 3. O único. Respeitando a organização da obra, apresentamos, a seguir, as concepções stirnianas.

No breve capítulo inicial da primeira parte, Max Stirner cita três fases da vida humana. A primeira delas, a infância, é caracterizada pela necessidade e pela vontade de o ser humano “conquistar-se a si próprio” (STIRNER, 2009, p. 15), isto é, há uma luta entre ele e o resto (o mundo, os outros homens) que visa à autoafirmação. Nesse estágio, uma dialética do senhor e do escravo se insinua para o indivíduo, que busca a vitória,

tentando descobrir “a razão de ser das coisas, ou o que se esconde por trás delas” (*Ibid.*, p. 15-6). Seguimos, por isso, nessa fase, procurando, nas coisas, as fraquezas, testando-as, escondendo-nos. Assim, diz ele, a criança é realista, “presa às coisas desse mundo” (*Ibid.*, p. 16); por sua vez, a segunda fase, a do jovem, é aquela em que se descobre o espírito, a consciência, há um encontro com nós mesmos, e passamos a não mais dar um valor demasiado, ou mesmo a divinizar, àquilo que antes era mistério. É o período corajoso, racional, no qual “o mundo caiu em descrédito porque estamos acima dele, somos espírito.” (*Ibid.*, p. 17) Somos idealistas, “entusiasmados com ideias” (*Ibid.*, p. 22). A terceira, do homem adulto, ocorre quando nos descobrimos como um espírito corpóreo, e que só nós temos corpo. Tornamo-nos egoístas.

Verifica-se, portanto, no brevíssimo introito, a emergência de três categorias com as quais o autor irá trabalhar no decorrer da obra: realismo, idealismo e egoísmo. A primeira ligada ao que ele se refere como infância da experiência humana; a segunda, juventude; e a terceira, fase adulta.

No segundo capítulo, o autor relaciona as três fases da vida humana aos momentos da história do homem, sendo que a primeira, a das crianças, a infância, caracteriza o mundo pré-cristão, dos antigos, para quem o verdadeiro está no mundo e nas relações mundanas, mundo corpóreo, portanto. Os próprios antigos, contudo, se encarregaram de “transformar sua verdade em mentira” (*Ibid.*, p. 25). O primeiro golpe se faz ouvir ainda no século de Péricles, quando “a cultura sofista expandia-se e a Grécia divertia-se com tudo aquilo que antes levava a sério” (*Ibid.*, p. 25). O mundo deveria ser enfrentado pelo entendimento. O segundo golpe viria com Sócrates, o verdadeiro fundador da ética, pois compreendeu que se deveria servir à boa causa, buscando-se a bem-aventurança do coração. “É a época da educação do coração” (*Ibid.*, p. 26-7). O mundo sensível começa, então, a se tornar o inimigo contra o qual lutar. Necessário aguçar o sentido para entrar em tal luta. A vida passa a ser pensamento, espírito sem corpo. “O ser humano passa a tomar consciência de si como ser sem ligações e sem mundo, como espírito” (*Ibid.*, p. 28). Daí, o porquê de Descartes, mais tarde, proclamar: “Penso, logo existo”. Seria uma maneira de dizer: “meu pensamento é meu ser ou minha vida; só vivo quando vivo espiritualmente” (*Ibid.*, p. 31). É a vida distanciada do mundo, das coisas, do corpo. Os modernos (os cristãos), portanto, são aqueles para quem o espírito é a verdade. “O reino dos espíritos é imensamente grande, o espiritual é infinito” (*Ibid.*, p. 39).

Chegando a esse ponto, Stirner dedica-se à explicação do que é o espírito, herança que os antigos legaram. Então, nesse grande reino, habitam os possesores, os espectros, as obsessões. Os homens que vivem sob essa perspectiva são os possesores, para quem o mundo é apenas aparência, ilusão, e a verdade é o espírito. Fanáticos, portanto, tomados por obsessões, por ideias fixas.

É nos mais cultos que mais se encontra o fanatismo, porque o homem é culto a partir do momento em que se interessa pelas coisas espirituais, e este interesse pelo espiritual, se for vivo, é precisamente o fanatismo, e tem de o ser: é um interesse fanático pelo sagrado (*fanum*) (STIRNER, 2009, p. 60).

E ele reconhece, entre os fanáticos, os liberais. Aqueles para quem a moral, em vez do cristianismo, é o alicerce do Estado. “Como se o poder da moralidade não correspondesse a uma total dominação do sagrado, a uma hierarquia.” (*Ibid.*, p. 65). Assim, continua o autor argumentando:

A moralidade só pode [...] ganhar autonomia com o advento do liberalismo, cuja primeira forma, o liberalismo “burguês”, teve uma enorme importância histórica e enfraqueceu os poderes especificamente religiosos [...]. Porque o princípio de uma moralidade que não é mero apêndice da devoção, mas anda com seus próprios pés, deixou de se basear nos mandamentos divinos para se apoiar na lei da razão, da qual aqueles, para poderem manter alguma legitimidade, tinham de receber a justificação. Na lei da razão, o homem determina-se a partir de si próprio, porque o ser humano é racional, e aquelas leis derivam, por necessidade, da “essência do homem”. A devoção e a moralidade separaram-se pelo fato de o legislador da primeira ser Deus, e o da segunda, o homem. (*Ibid.*, p. 67)

Para Max Stirner, trata-se de uma hipocrisia, uma vez que os liberais, pleiteando uma vontade livre, recusam-se a abrir mão de uma “vontade moral”, das leis que regem os homens. E, por conta própria, a moralidade torna-se sagrada. Apenas o ser supremo agora é outro, é humano, e “tudo aquilo que é verdadeiramente humano é para mim... sagrado!” (*Ibid.*, p. 77). Cita ainda outras obsessões, tais como o altruísmo, a renúncia a si mesmo; a ideia fixa, o ponto de vista estático; a profissão; a verdade; o amor, o sentimento do absoluto etc.

Os liberais são os mais modernos, “os moderníssimos entre os modernos” (*Ibid.*, p. 128), e comungam com a ideia de Estado, no qual somos reconhecidos como homens. Essa é a época da burguesia, na qual

O Estado deveria ser uma comunidade de homens livres e iguais, e todos e cada um deveriam dedicar-se ao “bem comum”, dissolver-se no Estado, fazer dele seu próprio objetivo e ideal. (*Ibid.*, p. 130).

E, ainda sobre a burguesia, acrescenta:

A burguesia é herdeira das classes privilegiadas. De fato, o que se passou foi que os direitos dos barões, que lhes foram retirados por serem “usurpações”, passaram para a burguesia. Porque agora ela atendia pelo nome de “nação”. Todos os *privilégios*, ou direitos exclusivos, foram entregues “nas mãos da nação”. E com isso deixaram de ser “direitos exclusivos”: passaram a ser “direitos”. (*Ibid.*, p. 131-2) [...]. Decidiu-se que não se queria continuar a ser e a ser visto como um *estado social* entre outros, preferindo transfigurar-se sob a forma de “nação”. Com isso, criou uma monarquia mais perfeita e absoluta, acabando com o princípio antes dominante, o dos estados sociais, o princípio das pequenas monarquias adentro da grande. (*Ibid.*, p. 135-6)

Como ficou dito acima, esse também é o período do liberalismo, quando

Por toda parte se exige o que é “racional”, “adequado ao espírito dos tempos”. A seguinte definição do liberalismo, que só o honra, caracteriza-o de forma cabal: “O liberalismo mais não é do que o conhecimento da razão aplicado à situação vigente.” Seu objetivo é o estabelecimento de uma “ordem da razão”, de um “comportamento moral”, de uma “liberdade moderada”, e não a anarquia, o vazio legal, o individualismo. [...]. O que se pretende não é a liberdade de movimentos e o valor autônomo da pessoa, do meu eu, mas da razão, o que vem a dar em um domínio da razão, na pura dominação. (*Ibid.*, p. 138)

Para concluir essa primeira parte da obra, Stirner argumenta ainda sobre o dinheiro, o trabalho, o liberalismo social e humano, sublinhando que uma ideia de homem, de essência do humano, passa a vigorar como instância universal.

Na segunda parte, irá desenvolver suas teses sobre o indivíduo, iniciando pela abordagem a respeito da “Singularidade-do-próprio”. Ao fazê-lo, discute, em primeiro lugar, acerca da liberdade, defendendo que ela “vive apenas no reino dos sonhos” (*Ibid.*, p. 204). Afinal, queremos ser livres de muitas coisas (“da servidão, da autoridade, da aristocracia, e dos príncipes, do domínio dos desejos e das paixões” (*Ibid.*, p. 202). Mas, com isso, estamos, quando muito, desembaraçados de algo, ou privados. Na verdade, o que queremos é uma determinada liberdade, e não uma liberdade desmedida. Conferimos no trecho:

O desejo de *determinada* liberdade inclui sempre a intenção de estabelecer uma nova *dominação*; assim, a Revolução “pode dar aos seus defensores o sublime sentimento de quem luta pela liberdade”, mas na verdade isso só aconteceu porque se tinha em vista uma determinada liberdade, e com isso uma nova *dominação*, a da lei. (*Ibid.*, p. 207).

Em contraposição a esse desejo de “determinada liberdade”, a singularidade-do-próprio diz respeito ao homem “livre por nascimento”, porque “não reconhece mais nada a não ser ele próprio; não precisa se libertar, porque rejeita desde logo tudo o que não seja ele, [...] porque parte

de si próprio e “volta a si”. (*Ibid.*, p. 212). Em seguida, desenvolve a seguinte explicação:

Asseguro minha liberdade em relação ao mundo na medida em que me apropriro do mundo, isto é, o “conquisto e dele tomo posse”, fazendo valer qualquer poder: o da persuasão, o do pedido, o da exigência categórica, até mesmo o da hipocrisia, do engano etc.; porque os meios que para tal uso se orientam por aquilo que eu sou. (*Ibid.*, p. 214)

Minha liberdade só será perfeita quando for meu... o poder; mas, tendo este, deixo de ser simplesmente livre e passo a ser “proprietário-de-mim”. Por que a liberdade dos povos é uma palavra oca? Porque os povos não têm poder! (*Ibid.*, p. 215)

Stirner chama a atenção para a linguagem, o uso das palavras. Afirmando ter o cristianismo só pensado o indivíduo como dependente, e nunca como único, rejeitando tudo o que fosse próprio e considerando-o como infâmia, foi, paulatinamente, transformando o sinal positivo de muitas palavras em negativo. Assim:

O sentido antigo da palavra *Schimpf* (“insulto”) era o de “brincadeira”; no entanto para a seriedade cristã que não tem senso de humor, o divertimento tornou-se desonroso; freche (“descarado”) significava apenas “ousado, valente”; Frevel (“sacrilégio”, “crime”) significava apenas “empresa arriscada”. (*Ibid.*, p. 218-9). Nossa língua foi ajustando-se ao ponto de vista cristão, e a consciência comum é ainda demasiado cristã para na se assustar com tudo o que não seja cristão, como se isso fosse coisa imperfeita ou obra do mal. É por isso também que uma palavra como “egoísmo” (interesse pessoal) é malvista. (*Ibid.*, p. 219).

No entanto, a singularidade-do-próprio abarca o que é único, singular, e volta a dar valor ao que fora, pela linguagem cristã, degradado; “não reconhece medida estranha a si, e não é uma *ideia*, como a liberdade, a moralidade, a humanidade etc. É apenas uma descrição de quem é... o *eu-proprietário* (*Eigner*)” (*Ibid.*, p. 221).

No capítulo seguinte, “O eu-proprietário”, desenvolve reflexões sobre o eu, seu poder, suas relações e seu gozo pessoal. E, ao iniciá-lo, volta-se, principalmente, para as ideias liberais e seu entendimento do homem, da igualdade e da liberdade. Observa que o conceito universal de homem, concebido pelo liberalismo, só incorpora o gênero, homem, e não o indivíduo, único, privado. Este não é visto, considerado em sua diferença, ao contrário, apaga-se em sua corporeidade, de forma que apenas fique uma ideia, um ser irreal, “um fantasma” (*Ibid.*, p. 224), o homem. Assim, a “*religião* humana é apenas a última metamorfose da religião cristã. Pois o liberalismo é religião, uma vez que separa de mim minha essência para colocá-la acima de mim [...]” (*Ibid.*, p. 227).

Prossegue o autor mostrando que se pode falar em “*religião de Estado*” (*Ibid.*, p. 228), uma vez que, para o Estado, o conceito mais alto é o de “*comunidade humana*” (*Ibid.*, p. 228). E para que seja uma “*sociedade dos homens*”, e não um clube de Eus que só pensam em si próprios, então não pode existir sem moralidade.” (*Ibid.*, p. 231).

Enfim, o que Max Stirner assinala é que o indivíduo, enquanto um ser único, com pensamentos, vontades e ações próprias, não existe para esse Estado, fundamentado, principalmente, em princípios liberais, para os quais, o que existe é uma ideia, um ideal de homem, um fantasma, pronto a servir aos interesses daquele, às suas leis, à sua moralidade. Dentro dessa concepção, o indivíduo, o Eu singular não tem vez, sendo mesmo um inimigo desse tipo de sistema.

E, concluindo o texto, no último e breve capítulo, “O único”, deixa a seguinte inscrição:

O ideal, “o homem”, será *realizado* quando a ideia cristã se transformar no postulado: “Eu, este ser único, sou o homem”. A questão conceitual “O que é o homem?” transforma-se então na pessoal “Quem é o homem?”. Com a pergunta “o que”, buscava-se o conceito para realizá-lo; com a pergunta “quem”, ela deixou de ser pergunta para se tornar a resposta presente naquele que pergunta: a pergunta responde a si mesma. De Deus diz-se que “os nomes não O nomeiam”. O mesmo se aplica a mim: não há conceito que sirva para me dar expressão, nada do que me apresentam como minha essência me esgota; são apenas nomes. De Deus se diz ainda que é perfeito e não tem de aspirar à perfeição. E isso vale também para mim. (*Ibid.*, p. 472)

3. Roland Barthes por Roland Barthes

No texto, *Roland Barthes por Roland Barthes*, publicado em 1975, embora tenha sido escrito com o intuito de realizar um registro autobiográfico, elaborado por encomenda da *Éditions du Seuil*, para a coleção *Écrivains de toujours*, o semiólogo não abandona sua “aventura semiológica”, ou, melhor ainda, o constrói tendo em vista a semiologia de seu próprio percurso existencial. E, da maneira que sempre lhe foi característica, põe em perspectiva o tema biografia/autobiografia. Sobre a maneira peculiar de relatar suas indagações, fala o amigo e admirador, Alain Robbe-Grillet:

[...] o pensamento conceitual poderia tremer, mas tremer em torno de um eixo fixo, isto é, ele tem necessidade de um núcleo de sentido sólido que vai impedi-lo de escorrer [...]. A estrutura do deslizamento é o oposto daquela, na medida em que vai continuamente abandonando as posições que dá a impressão de terem sido conquistadas. Desde os primeiros textos de Barthes, que me a-

paixonaram [...], observava esses deslizamentos. Em particular, sob a forma retórica de fragmentos de discurso [...]. (ROBBE-GRILLET, 1995, p. 30-1)

Esse eixo fundamental assinalado por Robbe-Grillet é aquele que funciona em torno de uma ideia, fixando-a em “sentido sólido”. Barthes, ao contrário, procurou sempre, em esQUIVA, escapar à solidez, fazendo deslizar os sentidos. Quanto aos fragmentos, como estratégia de escrita, também no *Roland Barthes por Roland Barthes*, o autor os adota. Sobre tal recurso discursivo, falaremos adiante.

Sendo assim, ao organizarmos o texto para esta exposição, procuramos mostrar, em primeiro lugar, a grande tela onde, segundo Barthes, a leitura deve se realizar: o imaginário; depois, enfatizamos dois recursos discursivos – fragmentos e pronomes – utilizados de forma que pudesse, também nesse texto, sobre ele mesmo, exercitar seu característico método de investigação. Esse “método”, aliás, é o que nos faz optar pela transcrição dos fragmentos.

Começamos o trajeto por algumas passagens dedicadas ao imaginário. Nossa escolha se deve a duas ocorrências. Primeiro, Barthes, antes de iniciar a narrativa, registra: “Tudo isto deve ser considerado como dito por uma personagem de romance” (BARTHES, 2003, p. 11). A presença dessa reserva serve de alerta ao leitor. Por um lado, lê-lo como um romance, desfrutando-o, sem preocupação crítica, de análise; por outro, tomá-lo como um romance que se analisa sem perder de vista o constructo ficcional, o imaginário. Segundo, ao longo da leitura, percebemos que o termo (imaginário) torna-se de extrema importância para a compreensão do texto como um todo e, principalmente, para a compreensão do que o autor entende por biografia/autobiografia. Por isso, acolhemos momentos do livro em que o termo imaginário é, enfaticamente, nomeado.

O imaginário – [...] O esforço vital deste livro visa à encenação de um imaginário. “Encenar” quer dizer: escalonar suportes, dispensar papéis, estabelecer níveis e, no final das contas: fazer da ribalta uma barra incerta. Importa pois que o imaginário seja tratado segundo seus graus (o imaginário é uma questão de consciência, uma questão de graus), e existem, ao longo desses fragmentos, vários graus de imaginário. A dificuldade, entretanto, reside no fato de não se poder numerar esses graus, como graus de uma bebida alcoólica ou de uma tortura. Antigos eruditos acrescentavam por vezes, sabiamente, após uma proposição, o corretivo “incertum”. Se o imaginário constituísse um trecho bem delimitado, cujo embaço fosse sempre seguro, bastaria anunciar cada vez esse trecho por algum operador metalinguístico, para se eximir de o haver escrito. Foi o que se pode fazer aqui para alguns fragmentos (aspas, parênteses, ditado, cena, redente etc.): sujeito, desdobrado (ou imaginando-se tal), consegue por vezes assinar seu imaginário. Mas esta não é uma prática segura; primeiramente, porque há um imaginário da lucidez e porque, sepa-

rando os níveis do que digo, o que faço não é, apesar de tudo, mais do que remeter a imagem para mais longe, produzir uma careta; em seguida, e sobretudo, porque, frequentemente, o imaginário vem a passos de lobo, patinando suavemente sobre um pretérito perfeito, um pronome, uma lembrança, em suma, tudo o que pode ser reunido sob a própria divisa do espelho e de sua Imagem: Quanto a mim, eu. O sonho seria pois: nem um texto de vaidade, nem um texto de lucidez, mas um texto de aspas incertas, de parênteses flutuantes (nunca fechar parênteses é exatamente: derivar). Isso depende também do leitor, que produz o escalonamento de leituras.

(Em seu grau pleno, o Imaginário se experimenta assim: tudo o que tenho vontade de escrever a meu respeito e que finalmente acho embaraçoso escrever. Ou ainda: o que só pode ser escrito com a complacência do leitor. Ora, cada leitor tem a sua complacência; assim, por pouco que se possa classificar essas complacências, torna-se possível classificar os próprios fragmentos: cada um recebe sua marca de imaginário daquele mesmo horizonte onde ele se acredita amado, impune, subtraído ao embaraço de ser lido por um sujeito sem complacência, ou simplesmente: que olhasse.) (*Ibid.*, p. 121-2)

O recesso – Em tudo isto, existem riscos de recesso: o sujeito fala de si (risco de psicologismo, risco de ênfase), ele enuncia por fragmentos (risco de aforismo, risco de arrogância). Este livro é feito daquilo que não conheço: o inconsciente e a ideologia, coisas que só se falam pela voz dos outros. Não posso colocar em cena (em texto), como tais, o simbólico e o ideológico que me atravessam, já que sou sua mancha cega (o que me pertence propriamente é meu imaginário, é minha fantasmática: daí este livro). Da psicanálise e da crítica política, só posso dispor à maneira de Orfeu: sem nunca me voltar para trás, sem nunca as olhar, as declarar (ou muito pouco: apenas o suficiente para relançar minha interpretação na corrida do imaginário). O título desta coleção (X por ele mesmo) tem um alcance analítico: eu por mim mesmo? Mas esse é exatamente o programa do imaginário! Como é que os raios do espelho reverberam, repercutem sobre mim? Para além dessa zona de difração – a única sobre a qual posso lançar um olhar, sem, entretanto, jamais poder excluir dela aquele que dela falará –, existe a realidade e existe ainda o simbólico. Quanto a este, não tenho nenhuma responsabilidade (já tenho muito o que fazer com meu imaginário!): ao Outro, à transferência, e pois ao leitor. (*Ibid.*, p. 169-70)

Pelas passagens citadas, confere-se com Barthes o entendimento de que o texto, seja ele qual for, mas, especialmente, o romanescos (e, óbvio, aquele no qual falamos de nós mesmos), é sempre expressão do imaginário. Assim, tanto em relação à biografia quanto à autobiografia, estamos “condenados ao imaginário”. A compreensão deste termo, para Barthes, a princípio, vinha atrelada às reflexões de Bachelard, posteriormente, às de Lacan (*Ibid.*, p. 143). De antemão, portanto, ainda que o autor não discuta explicitamente o que entende por texto biográfico, ou autobiográfico, percebemos a relação que faz entre a escrita e o imaginário, sendo, pois, nesse campo, que a discussão se impõe. Devemos ler, seguindo sua indicação, não apenas o seu texto, mas aqueles que se configu-

ram como tal (biografias e autobiografias) tendo em vista essa ocorrência.

E já que ele fornece a fonte de onde parte em sua compreensão sobre o imaginário, tomamos algumas palavras de especialistas que têm explorado a questão, especificamente quando citam Lacan. Condensamos alguns momentos das reflexões propostas por dois autores (Paul Gilbert e Kathleen Lennon), justamente nos trechos em que comentam as ideias de Lacan.

Lacan desenvolveu as ideias de Freud vendo explicitamente o Imaginário como uma etapa (momento) no desenvolvimento do ego, um momento que, então, permanece em jogo na vida posterior. As ideias-chave de Lacan, no caso, foram desenvolvidas numa dissertação: O estágio do espelho como formador do “eu”, como revelado na experiência psicanalítica. O estágio do espelho é a etapa do desenvolvimento em que um bebê se vê pela primeira vez em um espelho e torna-se fixado a essa imagem. É a primeira etapa no desenvolvimento do senso de eu da criança. [...] Para Lacan, o ato de identificação é uma manifestação de afeto. É um ato emocional, não um julgamento cognitivo. [...] Tais momentos de identificação imaginária persistem ao longo de toda a nossa vida como veículos da fantasia afetiva. O domínio imaginário, governado por afeto, prazer, conflito emocional etc., permanece como uma dimensão da identidade adulta. Essas identificações imaginárias, como com as fantasias de Freud, estruturam as nossas relações com o mundo. (GILBERT; LENNON, 2009, p.76-7)

Apreciemos, agora, o primeiro fragmento do texto de Barthes:

Ativo/reactivo – No que ele escreve, há dois textos. O texto I é reativo, movido por indignações, medos, desaforos interiores, pequenas paranoias, defesas, cenas. O texto II é ativo, movido pelo prazer. Mas ao escrever-se, ao corrigir-se, ao submeter-se à ficção do Estilo, o texto I se torna ele próprio ativo; perde então sua pele reativa, que só subsiste por placas (em minúsculos parênteses). (BARTHES, 2003, p. 55)

Barthes estabelece, nas primeiras linhas da narrativa, o vínculo com o imaginário, segundo as proposições lacanianas que vemos apontadas na citação anterior. Ele fornece ao leitor pistas para a leitura, enfatizando o domínio do imaginário como suporte sobre o qual está apoiado o texto. Assim, o afeto, o prazer, a dor, o conflito emocional, os desaforos interiores, as defesas, o corpo, a sexualidade, o gozo são encenados ao longo da sua obra, em geral, do *Roland Barthes por Roland Barthes*, em particular, e da sua trajetória existencial.

Estabelecida, portanto, a tela na qual devemos projetar o texto, voltamo-nos, então, para dois recursos discursivos (fragmentos e pronomes) adotados pelo autor de forma a enfatizar a discussão sobre o domí-

nio do imaginário, amplificando-a e aprofundando-a.

Retomamos a afirmativa de Robbe-Grillet, cuja paixão por Barthes e sua obra vem, entre outros motivos, do fato de ele não se prender, como acontece com o pensamento conceitual, a um eixo fixo. Ao contrário, Barthes sempre procurou deslizar, fazer escorrer os sentidos, de forma a não fixar uma imagem, uma ideia. Por isso mesmo, a opção pelo fragmento foi o “gesto” que encontrou para, de certa forma, tentar trapaçar com a linguagem, seus limites, sua asserção. Confirmamos alguns momentos dedicados a essa escolha:

O gesto do arúspice – Em, *S/Z* (p. 20), a lexia (o fragmento de leitura) é comparada àquele trecho do céu recortado pelo bastão do arúspice. Essa imagem lhe agradou: devia ser lindo, outrora, aquele bastão apontado para o céu, isto é, para o inapontável; e, além disso, esse gesto é louco: traçar solenemente um limite do qual não sobra imediatamente nada, a não ser a remanência intelectual de um recorte, consagrar-se à preparação totalmente ritual e totalmente arbitrária de um sentido. (BARTHES, 2003, p.60)

O círculo dos fragmentos – Escrever por fragmentos: os fragmentos são então pedras sobre o contorno do círculo: espalho-me à roda: todo o meu pequeno universo em migalhas; no centro, o quê? [...]

Não somente o fragmento é cortado de seus vizinhos, mas ainda no interior de cada fragmento reina a parataxe. [...] Gostando de encontrar, de escrever começos, ele tende a multiplicar esse prazer: eis por que ele escreve fragmentos: tantos fragmentos, tantos começos, tantos prazeres [...]. (*Ibid.*, p. 108-9)

O fragmento como ilusão – Tenho a ilusão de acreditar que, ao quebrar meu discurso, cesso de discorrer imaginariamente sobre mim mesmo, atenuo o risco de transcendência; mas como o fragmento (o haikai, a máxima, o pensamento, o pedaço de diário) é *finalmente* um gênero retórico, e como a retórica é aquela camada da linguagem que melhor se oferece à interpretação, acreditando dispersar-me, não faço mais do que voltar comportadamente ao leito do imaginário. (*Ibid.*, p. 110)

O recorte, a divisão, a parataxe reinantes no fragmento permitem uma trapaça que, embora não desfaça a qualidade assertiva da linguagem, sinaliza, ao menos, outra visada, um sentido duplo, que dardeja uma ilusão, a da totalidade. E é esse sentimento do todo que o fragmento põe em xeque, descentrando, fazendo deslizar a cadeia de sentidos. Além do mais, o gosto pessoal por “escrever começos”, ou seja, por estar sempre proporcionando a si mesmo a sensação de iniciar algo novo, permite-lhe afugentar, pelo menos como ilusão, a sensação do fixo, daquele “agarrar de ideias”, do qual necessita continuamente esquivar-se.

Quanto aos pronomes, Barthes utiliza o “eu”, o “tu”, o “ele”, o “nós”, o “você”, insistindo, prioritariamente, no “eu” e no “ele”, caracte-

rísticos da convenção romanesca.

O livro do Eu – Suas “ideias” têm alguma relação com a modernidade, ou com aquilo que chamam de vanguarda (o sujeito, a História, o sexo, a língua); mas ele resiste a suas ideias: seu “eu”, concreção racional, a elas resiste incessantemente. Embora feito, aparentemente, de uma sequência de “ideias”, este livro não é o livro de suas ideias; é o livro do Eu, o livro de minhas resistências a minhas próprias ideias; é um livro *recessivo* (que recua, mas também, talvez, que toma distância).

Tudo isto deve ser considerado como dito por uma personagem de romance – ou melhor, por várias. Pois o imaginário, matéria fatal do romance e labirinto de redentes nos quais se extravia aquele que fala de si mesmo, o imaginário é assumido por várias máscaras (*personae*), escalonadas segundo a profundidade do palco (e no entanto ninguém por detrás). O livro não escolhe; ele funciona por alternância, avança por lufadas de imaginário simples e de acessos críticos, mas esses mesmos acessos nunca são mais do que efeitos de repercussão; não há imaginário mais puro do que a crítica (de si). A substância deste livro, enfim, é pois totalmente romanesca. A intrusão, no discurso do ensaio, de uma terceira pessoa que não remete entretanto a nenhuma criatura fictícia, marcará a necessidade de remodelar os gêneros: que o ensaio confesse ser *quase* um romance: um romance sem nomes próprios. (*Ibid.*, p. 136-7)

Quanto a mim, eu – Pronomes ditos pessoais: tudo se joga aqui, estou fechado para sempre na liça pronominal: o “eu” mobiliza o imaginário, o “você” e o “ele” a paranoia. Mas também, fugitivamente, conforme o leitor, tudo, como reflexos de um chamalote, pode revirar-se: em “quanto a mim, eu”, o “eu” pode não ser o “mim”, que ele quebra de um modo carnavalesco; posso me chamar de “você”, como Sade o fazia, para destacar em mim o operário, o fabricante, o produtor de escritura, do sujeito da obra (o Autor); por outro lado, não falar de si pode querer dizer: *eu sou Aquele que não fala dele*, e falar de si dizendo “ele”, pode querer dizer: *falo de mim como se estivesse um pouco morto*, preso numa leve bruma de ênfase paranoica, ou ainda: *falo de mim como o ator brechetiano que deve distanciar sua personagem: “mostrá-lo”, não encarná-lo, dar à sua dicção uma espécie de piparote, cujo efeito é descolar o pronome de seu nome, a imagem de seu suporte, o imaginário de seu espelho.* (Brecht recomendava ao ator que pensasse todo o seu papel na terceira pessoa). (*Ibid.*, p. 186)

Utilizando a alternância dos pronomes como recurso discursivo, juntamente com a opção pelo fragmento, Barthes enfatiza o domínio do imaginário, a encenação, o teatro, a ficção ao longo do texto. Assim, não aprisiona seu discurso pela escolha de um pronome, uma vez que, quando anda, aqui, em “linha reta” (*Ibid.*, p. 105), repetindo, ampliando, insistindo numa ideia, numa imagem, acolá, o “zigzagague” (*Ibid.*, p. 106) alterna, desvia, reverte, no contrapelo e na contramarcha. Exibe a percepção de que o velho paradigma subjetividade/objetividade dissolveu-se e, hoje, “o sujeito se coloca alhures, e a subjetividade pode voltar num ou-

tro trecho da espiral” (*Ibid.*, p. 185). E no trajeto da memória, tudo volta, mas como metáfora, como ficção, como diferença.

Nosso “gesto do arúspice”, nosso recorte de leitura, até aqui, tem apresentado aquilo que, no texto apreciado, insiste, repete, enfim, que nos “salta aos olhos”, sendo, em nossa leitura, essencial para as reflexões sobre o tema biografia/autobiografia, segundo as orientações de Roland Barthes. Cabe-nos, no entanto, e ainda, tecer algumas considerações a respeito do texto como um todo, fazer um *patchwork*.

Nas cinquenta páginas iniciais, Barthes expõe uma seleção de fotografias. Primeiro, a da mãe, depois, Bayonne, ele com a mãe, a casa dos avós paternos, os avós, paternos e maternos, uma tia, ele no colegial, no sanatório de estudantes, em Paris, enfim... Através das fotos, o autor emoldura uma pequena “biografia” em imagens arrumadas em ordem cronológica. Sobre as películas, ele diz:

Eis aqui, para começar, algumas imagens: elas são a cota de prazer que o autor oferece a si mesmo, ao terminar seu livro. Esse prazer é de fascinação (e, por isso mesmo, bastante egoísta). Só retive as imagens que me sideram, sem que eu saiba por quê (essa ignorância é própria da fascinação, e o que direi de cada imagem será sempre imaginário). (*Ibid.*, p. 13)

O semiólogo manteve com a fotografia relações (e compreensões) bastante peculiares, a ponto de dedicar um livro, *A câmara clara* (1980), ao assunto. E é nessa cota de prazer, das imagens que o sideram, que ele inscreve (e escreve) seu vínculo com elas, bem como sua aproximação intelectual.

Passando das fotos ao texto, à escritura, apenas em poucos fragmentos e, principalmente, em um, “Pausa: anamneses” (*Ibid.*, p. 123), ele se refere a episódios de sua vida, de sua infância e juventude. No mais, o semiólogo traça o percurso de sua vida intelectual, como ele mesmo adianta ao findar a fala que antecede a exposição de imagens:

O imaginário de imagens será detido na entrada da vida produtiva (que foi, para mim, a saída do sanatório). Outro imaginário avançará então: o da escritura. E, para que esse imaginário possa desabrochar (pois tal é a intenção deste livro), sem nunca ser retido, garantido, justificado pela representação de um indivíduo civil, para que ele seja livre de seus próprios signos, jamais figurativos, o texto prosseguirá sem imagens, exceto as da mão que traça. (*Ibid.*, p. 14)

Ao iniciar a escritura, lança no papel piscadelas em direção à sua “vida produtiva”, percorrendo, ao longo de 227 fragmentos, pontos fundamentais de sua obra, de seu pensamento. Quanto à “ordem” adotada,

ele explica:

A ordem de que não me lembro mais – Ele se lembra mais ou menos da ordem em que escreveu estes fragmentos; mas de onde vinha essa ordem? Ele não se lembra mais. A ordem alfabética apaga tudo, recalca toda origem. Talvez, em certos trechos, determinados fragmentos pareçam seguir-se por afinidade; mas o importante é que essas pequenas redes não sejam emendadas, que elas não deslizem para uma única e grande rede que seria a estrutura do livro, seu sentido. É para deter, desviar, dividir essa inclinação do discurso para um destino do sujeito, que, em determinados momentos, o alfabeto nos chama à ordem (da desordem) e nos diz: *Corte! Retome a história de outra maneira* (mas também, por vezes, pela mesma razão, é preciso deter o alfabeto). (*Ibid.*, p. 165)

Nesse pequeno trecho, Barthes põe em evidência, por exemplo, a concorrência da memória para a elaboração da escritura a que se propôs. E afirma não se lembrar mais da maneira como organizou os fragmentos. Ora, se enfatiza a falta de lembrança sobre o modo como arrumou o texto que levou cerca de um ano, ou um ano e meio, para aprontar, obviamente está relacionando essa “falha/corte” da memória à “nova filosofia”, o preferencialismo, a qual aponta em outro momento do texto.

Entre Salamanca e Valladolid – Num dia de verão (1970), rodando e sonhando entre Salamanca e Valladolid, para se desentediado, ele imaginava por jogo uma nova filosofia, imediatamente batizada de “preferencialismo”, e ele se preocupava pouco, então, em seu automóvel, que ela fosse leviana ou culpada: sobre um fundo (um rochedo?) materialista onde o mundo é visto apenas como um tecido, um texto desenrolando a revolução das linguagens, a guerra dos sistemas, e onde o sujeito, disperso, inconstituído, só pode captar-se às custas de um imaginário, a escolha (política, ética) desse simulacro de sujeito não tem nenhum valor fundamentador: *essa escolha não é importante*; qualquer que seja o modo, pomposo ou violento, como ela se declara, ela não é nada mais do que uma inclinação: diante dos *pedaços* do mundo, só tenho direito à *preferência*. (*Ibid.*, p. 175)

É com tal “preferencialismo” que o escritor/narrador envereda por momentos de sua trajetória, trazendo à página visões e revisões das várias ideias que apalpour ao longo de sua vida produtiva. Entre os muitos aspectos abordados, citamos: texto; linguagem; atopia; utopia; nomes; pronomes; espaço; tempo; amor; violência; corpo; sexualidade; analogia; valor; estereótipo; doxa; palavra; ensaio; diário; teatro; gozo; etc. Tal seleção, realizada de acordo com suas preferências, sua “acomodação”, não perdeu de vista o tecido imaginário, enfatizado quase que a cada página.

Ao finalizar o texto, Roland Barthes deixou a seguinte inscrição: “– Que escrever, agora? Poderia o senhor escrever ainda mais alguma coisa? – A gente escreve com seu próprio desejo, e não se acaba nunca

de desejar” (*Ibid.*, p. 215). Assim, do início ao término da narrativa, ele aponta o vigor do imaginário como impulso estruturante. E, com relação a esse impulso, o autor fez também questão de assinalar a presença do corpo, da sexualidade, do gozo, no constructo textual. Embora não tenhamos nos detido em torno dessas inscrições, deixamos, no entanto, alguns registros sobre ela.

Sobre o corpo: “Que corpo? Temos vários.” Tenho um corpo digestivo, tenho um corpo nauseante, um terceiro cefalálgico, e assim por diante: sensual, muscular (a mão do escritor), humoral, e sobretudo: emotivo [...]” (*Ibid.*, p. 74).

Sobre a sexualidade: Sustentou que o intelectual é excluído pela doxa: corpo e linguagem marginalizados, desvirilizados. Contudo, a atividade intelectual está associada ao gozo – investimento no paradoxo, imprevisível. “[...] no que escreve, cada um defende sua sexualidade” (*Ibid.*, p. 173). Esta, legível, “é um produto da opressão social da história errada dos homens: um efeito de civilização, em suma” (*Ibid.*, p. 182).

Sobre o gozo: O gozo é o que desencaminha, que surpreende, ultrapassando o previsto pelo desejo. É também uma das figuras do neutro; junto dele estão: a deriva, o deslocamento, a vacância da “pessoa”, a ausência da *Imago*.

No *Roland Barthes por Roland Barthes*, o semiólogo, revisitando muitos dos textos que escreveu, e o percurso intelectual traçado, suas ideias, suas proposições, optou pela forma do fragmento, pois, o importante, para ele, é cada momento, e não a duração. Tal opção implica um gozo imediato. Um fantasma do discurso, uma abertura do desejo. Assim, exercitou o prazer da escrita, inscrevendo o prazer no corpo da escritura. Investindo no desejo, deslocou sentidos, fazendo-os deslizar.

Como um artista, Barthes fez girar os saberes, fugindo dos estereótipos e recusando-se a ocupar um lugar – o lugar do Pai. Procurou não ficar preso a qualquer sistema ideológico (para ele, os intelectuais devem lutar, não contra o poder, mas contra os poderes). Desde seus primeiros escritos, já expunha a preocupação de não fixar um lugar de trabalho, mas produzir um saber semiológico móvel e atópico.

Constatamos o desejo de fugir à fixação no *Roland Barthes por Roland Barthes*. Ao escrevê-lo, as discussões em torno do tema biografia/autobiografia estiveram presentes ao longo do texto. Porém, como era de seu feitio, não as fez girar em torno de um único eixo, circunscreven-

do-as num determinado lugar (conceito). Ao contrário, aproximou-as, logo de início, a uma discussão mais ampla sobre o imaginário. E, aí, nesse campo, exibiu-se.

Após a exposição das obras de Max Stirner e Roland Barthes, resta-nos aproximarmos os dois autores. Basicamente são as indagações e observações acerca do indivíduo, do individual, que os aproximam. Em Stirner, comparecem, não como ideias fixas, das quais ele queria conscientemente se distanciar. Eis, aliás, um ponto de encontro entre os dois que deve ser considerado, uma vez que Barthes também buscava apartar-se de todo conceito, da afirmação, do gregarismo, do absoluto, enfim, das ideias fixas. Ambos condenam-nas pelo aprisionamento que promovem. O indivíduo, acorrentado às ideias fixas, não é capaz de ser, segundo Stirner, dono de si próprio; está sempre, para usar as palavras de Barthes, “condenado ao imaginário”. E essa condenação se dá justamente pelo fato de o indivíduo encontrar-se aprisionado em redes que, para Stirner, são, primordialmente, políticas e, para Barthes, também políticas, mas, principalmente, linguísticas.

No entanto, ressaltamos, nas aferições do alemão, a linguagem, a língua, encontram grande relevância, não sendo por ele negligenciadas. Isso constatamos em vários momentos da obra em destaque, principalmente no final, quando se refere ao eu-proprietário que, enquanto é apenas homem, não passa de um escravo da linguagem, da palavra, pois esta “tiraniza-nos da forma mais cruel porque convoca todo um exército de *ideias fixas*. Se te observares a ti próprio ao refletires, constatarás que só progrides se te livrares a cada momento dos pensamentos e das palavras”. (STIRNER, 2009, p. 447). Tais ideias, em Stirner, são relacionadas a sistemas político-religiosos. Em Barthes, não o deixam de ser, mas, principalmente, são conservadas na linguagem e, por ela, segundo suas concepções, não ter exterior, inviabiliza, portanto, o “livrar-se dos pensamentos e palavras” do qual Stirner fala.

Também a noção de indivíduo, do eu-proprietário, que para Stirner é capaz de ser dono de si, de ter esse poder, para Barthes tal compreensão se complica, na medida em que, na passagem do tempo, as investidas do campo da psicanálise, trazendo à luz as discussões sobre o inconsciente, romperam em definitivo com qualquer possibilidade de absolutismo em torno da questão, bem como de tantas outras, envolvendo-a num manto oposto, relativista. Dessa forma, o indivíduo encontra-se amalgamado com uma série de relações que só de forma relativa podem ser observadas. Ou seja, os campos, nos quais vai inscrito o indivíduo,

convocam uma infinita rede de ligações (sociais, políticas, pessoais, culturais etc.). E, segundo Barthes, todas essas articulações encontram-se, bem tramadas, na linguagem.

Resguardadas as óbvias diferenças temporais, o fato é que, tanto num autor quanto em outro, o indivíduo, o individualismo encontra fundamental relevância, sendo, em Stirner, o centro da discussão.

Podemos dizer que, ao escrever sobre si mesmo, Barthes – além de discutir a respeito da linguagem, como sempre o fez, de expor muitos aspectos de sua trajetória intelectual, de brindar-nos com uma discussão, bem à sua maneira, e profundamente, sobre a escrita biográfica/autobiográfica – ainda se deu, “como um efeito de linguagem”, a sua linguagem, colocando-se à vontade, como afirma em um dos fragmentos.

O à-vontade. Hedonista (já que assim ele acredita ser), ele deseja um estado que é, em suma, o conforto; mas esse conforto é mais complicado do que o conforto doméstico, cujos elementos são fixados por nossa sociedade: é um conforto que ele próprio arranja, monta para si mesmo [...]. Esse conforto pessoal poderia ser chamado de: *o à-vontade*. (BARTHES, 2003, p. 56)

Então, é nesse conforto da vida produtiva (pois é essa que lhe interessa nesse momento da escrita) que ele, o amador (e devemos ler o termo como Barthes, certamente, o quer: o amante; o diletante), exhibe seu interesse próprio.

O amador. O amador (aquele que pratica a pintura, a música, o esporte, a ciência, sem espírito de maestria ou de competição), o amador reconduz seu gozo (*amator*: que ama e continua amando); não é de modo algum um herói (da criação, do desempenho); ele se instala graciosamente (por nada) no signifiante: [...]; ele é – ele será, talvez – o artista contraburguês. (*Ibid.*, p. 65)

E qual seria esse interesse naquele momento da escrita do *Roland Barthes por Roland Barthes*? Talvez, e possivelmente, segundo o compreendemos, o interesse em registrar os desejos, os gostos, a diferença, o si mesmo.

Gosto, não gosto. *Gosto de*: salada, canela, queijo [...]. *Não gosto de*: lulus brancos, mulheres de calças, gerânios, [...]. *Gosto, não gosto*: isso não tem a menor importância para ninguém; isso, aparentemente, não tem sentido. E, no entanto, tudo isso quer dizer: *meu corpo não é igual ao seu*. Assim, nessa espuma anárquica dos gostos e dos desgostos, espécie de picadinho distraído, desenha-se pouco a pouco a figura de um enigma corporal, atraido cumplicidade ou irritação. Aqui começa a intimidação do corpo, que obriga o outro a me suportar liberalmente, a ficar silencioso e cortês diante de gozos ou recusas de que não partilha. [...] (*Ibid.*, p. 133)

Esses fragmentos inscrevem, com certeza, a vontade de deixar re-

gistrado, não aquilo que, em geral, se espera de uma biografia, ou autobiografia, ou seja, ter notícias da vida do biografado, dos seus amores, das suas paixões, dos seus momentos marcantes etc. O objetivo, como o próprio Barthes sublinhou, é falar da vida produtiva, sem, no entanto, negligenciar a afirmação de suas diferenças, sua individualidade. Daí circunscrever os gostos (e desgostos); a percepção do corpo; os gozos; os desejos; os prazeres; as ideias; a solidão; a sexualidade; etc.; enfatizar, inclusive, o teor anarquista (a espuma anárquica) que há nisso.

Ainda sobre essa inscrição individualista, e sobre a espuma anárquica que permeia todo o texto, confirmam-se os fragmentos:

O adjetivo. Ele suporta mal toda *imagem* de si mesmo, sofre ao ser nomeado. Ele considera que a perfeição de uma relação humana depende dessa vacância da imagem: abolir entre si, de um a outro, os *adjetivos*; uma relação que se adjetiva está ao lado da imagem, ao lado da dominação, da morte (*Ibid.*, p. 55)

O dândi. O uso desvairado do paradoxo corre o risco de implicar (ou simplesmente: implica) uma posição individualista, e, por assim dizer, uma espécie de dandismo. No entanto, embora solitário, o dândi não está sozinho. [...] (É dândi aquele que não tem outra filosofia senão vitalícia: o tempo é o tempo de minha vida). (*Ibid.*, p. 122)

Além desses, muitos são os trechos em que o autor imprime sua individualidade, relacionando-a com a política, a liberdade, as utopias, a língua e a linguagem. E tais impressões nos mostram como ele entendeu sua vida como um ato político, sem, no entanto, sacrificá-la (a sua vida de linguagem) ao discurso político. “Ele quer ser *sujeito*, mas não *falador político*” (*Ibid.*, p. 66). E esse sujeito deseja a liberdade, que é, em sua visão, inalcançável, porém passível de ser desejada, de ser vislumbrada em esQUIVA.

Assim, a aproximação que fizemos entre as obras de Max Stirner e de Roland Barthes óbvio está que não tem como objetivo a rotulação (e isso seria negar todo o gesto barthesiano). Não queremos fixar Barthes num lugar, desenhar-lhe uma imagem, a de um anarquista individualista.

Contudo, seus escritos de uma vida inteira, dos quais ele recolhe vários momentos no *Roland Barthes por Roland Barthes*, estão profundamente marcados, como pudemos averiguar, por reflexões semelhantes àquelas apresentadas pelos partidários e estudiosos da filosofia libertária. A leitura do texto de Max Stirner só nos fez aprofundar ainda mais esse vínculo e perceber que Roland Barthes também se empenhou em produzir um discurso sobre o indivíduo, sublinhando-o. Logicamente, não dei-

xamos de reconhecer que, muito mais próximo a Barthes, e, portanto, mais adequado quando se fala em influência, está o pensamento existencialista, Sartre, por exemplo. Mas, quanto a este filósofo, alguns estudiosos afirmam ter, por sua vez, sido influenciado por Stirner.

A respeito das influências, confirmamos o que diz Barthes:

O que é a influência? Vê-se bem, nos *Ensaaios críticos*, como o sujeito da escritura “evolui” (passando de uma moral do engajamento a uma moralidade do significante): ele evolui segundo os autores de que trata, progressivamente. O objeto indutor não é, entretanto, o autor de que falo, mas antes aquilo que ele me leva a dizer dele; eu me influencio a mim mesmo com sua permissão: o que digo dele me obriga a pensá-lo de mim (ou a não pensá-lo) etc. É preciso, pois, distinguir os autores sobre os quais se escreve e cuja influência não é nem exterior nem anterior àquilo que deles se diz, e (concepção mais clássica) os autores que a gente lê; mas estes, o que é que me vem deles? Uma espécie de música, uma sonoridade pensativa, um jogo mais ou menos denso de anagramas. (Eu tinha a cabeça cheia de Nietzsche, que acabara de ler; mas o que eu desejava, o que eu queria captar, era um canto de ideias-frases: a influência era puramente prosódica.) (*Ibid.*, p. 122-3)

Como tudo em Barthes, também esse olhar lançado às influências é bastante singular. E, mais uma vez, somos levados a observar como nele o indivíduo alcança relevo fundamental. Afinal, mesmo ao deslizar seu discurso através das influências, percebe-se a marca necessária de uma presença, nesse caso, a sua (“Eu me influencio a mim mesmo”, “me obriga a pensá-lo de mim”, “a influência era puramente prosódica”).

Desse fragmento, dois itens tornam-se, para nós, relevantes. Um deles já foi acima mencionado, o outro tem a ver com a menção de Nietzsche. Sobre este item, chama-se também a atenção para o fato de haver autores que identificam forte influência de Stirner no que Nietzsche escreveu. E, como Barthes, em muitos escritos, aponta o filósofo como instigador da ideia (ou autor, simplesmente) por ele externada, é possível considerarmos o vínculo com Max Stirner por esse viés nitzschiano.

Seja como for, pela via existencialista, ou por Nietzsche, ou por qualquer outra via ou autor, interessa-nos o vínculo profundo que verificamos nos escritos barthesianos com as reflexões dos pensadores libertários, incluindo-se Max Stirner e sua exposição sobre o eu-proprietário. Encontra-se mesmo em Barthes, no que escreveu, uma vida dedicada a refletir sobre a liberdade, os poderes, a língua e a linguagem, o indivíduo. E, mais do que reflexões, seus textos sempre ensaiavam, pelos deslocamentos e pela singular abordagem dos tópicos acolhidos, uma tentativa de quebra, de ruptura, de logro com as amarras e armadilhas do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *Roland Barthes par Roland Barthes*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- CULLER, Jonathan. *As ideias de Barthes*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix, 1988.
- GILBERT, Paul; LENNON, Kathleen. *O mundo, a carne e o sujeito*. Temas europeus na filosofia da mente e do corpo. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- ROBBE-GRILLET, Alain. *Por que amo Barthes*. Trad. Silviano Santiago. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- STIRNER, Max. *O único e sua propriedade*. Trad. João Barreto. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

**TEXTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES:
A CONTRIBUIÇÃO DE SERAFIM DA SILVA NETO
PARA OS PROBLEMAS DE EDIÇÃO**

Marina Machado Rodrigues (UERJ e UFF)
mr.marina@terra.com.br

RESUMO

A obra objeto de nossa apreciação – *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas* – de Serafim da Silva Neto, de 1956, é, ainda hoje, de fundamental importância para a crítica textual no Brasil e em Portugal. Em seu livro, o autor analisa os problemas relativos à edição de textos medievais, apontando os principais equívocos que se cometeram e que se propôs discutir. No prefácio à obra, Thiers Martins Moreira declarava ser este “o mais completo levantamento das fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa efetuado até agora”. Trata-se de obra pioneira, que além de oferecer seguros ensinamentos e comentários eruditos aos especialistas em crítica textual, inclui a reprodução *fac-similada* de alguns dos textos mais representativos da literatura medieval portuguesa, como a versão integral do *Livro das Aves*. Tal iniciativa democratizou o acesso a informações antes restritas àqueles que podiam frequentar as bibliotecas europeias ou tinham que se contentar com as descrições e estudos feitos por outros autores.

Palavras-chave: crítica textual. Literatura Portuguesa. Textos Medievais.

A obra objeto de nossa apreciação – *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas* – foi publicada no Rio de Janeiro, em 1956, por iniciativa do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, dirigido à época por Thiers Martins Moreira, que reconheceu a importância do labor de Serafim da Silva Neto para os estudos de crítica textual no Brasil e em Portugal e, mais especificamente, no que tange aos textos antigos e aos inúmeros problemas que as sucessivas edições exibiam. Os escassos manuscritos conhecidos eram geralmente transcritos com muitos erros, por diversas causas, que o autor se propôs elucidar nessa obra.

No prefácio, Thiers Martins Moreira declarava ser este “o mais

completo levantamento das fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa efetuado até agora”. Trata-se de obra pioneira, que além de oferecer seguros ensinamentos e comentários eruditos aos especialistas em crítica textual, inclui a reprodução *fac-similada* de alguns dos textos mais representativos da literatura medieval portuguesa, como a versão integral do *Livro das Aves*. Tal iniciativa democratizou o acesso a informações antes restritas àqueles que podiam frequentar as bibliotecas européias ou tinham que se contentar com as descrições e estudos feitos por outros autores.

Como se não bastassem as preciosas lições que o mestre nos oferece, no que tange à edição de textos antigos, alarga os benefícios aos estudiosos, elaborando uma lista dos manuscritos medievais existentes e das respectivas bibliotecas onde se encontram; bem assim prepara um completo inventário das obras e bibliotecas medievais perdidas, reproduzindo os catálogos de cada uma delas; e, ainda, a título de subsídio, o autor arrola os manuscritos medievais impressos nos séculos XV e XVI, hoje, infelizmente desconhecidos.

Silva Neto declara que o principal objetivo do livro “é o de expor os mais importantes problemas relativos aos textos medievais portugueses” e, para tanto, discute-os, exemplificando-os, a partir dos seguintes textos que o volume traz em fac-símile: *O Livro das Aves*, em versão integral; um fragmento do *Libro de Buen Amor*; a tradução dos *Diálogos*, de São Gregório; a tradução incompleta dos *Sermões*, de Santo Agostinho; fragmento do *Espelho de Cristina*; fragmento da *Crônica de D. João*, de Fernão Lopes; fragmento do *Livro de José de Arimateia*.

Como não se desconhece, os manuscritos medievais eram retratados ou por serem em número insuficiente ou por se deteriorarem pelo uso constante. Como ensina o autor, essa transladação adquire grande importância linguística, porque os novos escribas, ainda que fossem cuidadosos, alteravam o original, quer porque não entendiam todas as letras e, em consequência, deturpavam as palavras; quer porque substituíam certas palavras e formas já arcaizadas pelas correspondentes, usadas contemporaneamente. Contudo, a modernização, por ser parcial, sempre ficava visível: no mesmo texto podiam ser encontradas, lado a lado, as formas antigas, que escaparam ao copista, e as correspondentes mais modernas. Desta forma, para a precisa datação de um texto, o especialista não se pode fiar somente em dados paleográficos, já que a maioria dos manuscritos quatrocentistas hoje existentes podem ser cópias de outros anteriores. Para tanto, dá como exemplo *A Demanda do Santo Graal*, cu-

ja tradução para o português remonta ao período de D. Dinis, mas do qual somente se conservou o manuscrito quatrocentista de Viena, que é um apógrafo copiado de texto anterior. Heitor Megale (MEGALE, 1988, p. 9) informa que o exemplar único é uma cópia feita ao tempo de D. Duarte (1433-1438).

Em relação ao texto da *Demanda*, Silva Neto reproduz o ponto de vista do primeiro editor crítico da obra, o Padre Magne, para quem: “O códice de Viena alia arcaísmos significativos, como chus, ‘mais’, já raro nos trovadores do terceiro quartel do séc. XIII, e modernismos como, por exemplo, *perdoai*, em vez de *perdōade* (...)”. O estágio linguístico do texto permite supor que remonte a meados ou mais tardar ao terceiro quartel do séc. XIII, mas foi copiado nos séculos XIV-XV por vários copistas, os quais “consciente ou inconscientemente nele introduziram particularidades da língua falada em seu tempo” (p. 16).

Silva Neto adverte que nem os documentos oficiais oferecem seguras indicações cronológico-linguísticas, já que eram frequentemente recopiados e que, ao transcrever um texto, o copista podia introduzir-lhe particularidades de língua corrente, posteriores ao estado linguístico do texto original, ou mesmo formas ainda não consagradas na língua escrita. Por outro lado, a língua escrita é altamente conservadora, mantendo muitas formas e expressões que já não correspondem, exatamente, à língua corrente contemporânea. Bastará lembrar que até o séc. XVII se conserva a grafia *molher*, quando a pronúncia de há muito era *mulher*; o mesmo ocorrendo com a forma *giolho*, que convivia desde o séc. XV com a atual *joelho*.

Após as considerações iniciais, o autor enuncia as normas para a edição de textos arcaicos, não sem antes observar que bastante escasso é o repertório de textos medievais portugueses e raros são os casos em que se dispõe de mais de uma cópia. Neste caso, incluem-se o *Orto do Esposo* (duas), *O Castelo Perigoso* (duas), os *Diálogos de São Gregório* (três) e as crônicas de Fernão Lopes, das quais há vários manuscritos com valor desigual. Nos demais casos, os manuscritos únicos são apógrafos tardios, em grande maioria copiados no séc. XV, mas que remontam a manuscritos anteriores.

Serafim da Silva Neto ensina que o editor de textos arcaicos deve considerar três fatores: a) se se trata de autógrafo ou apógrafo; b) se a cópia é fiel ou não; c) se é manuscrito único ou não. Com o progresso da técnica – a reprodução fac-similada e a fotografia – considera ser a trans-

crição diplomática um atraso, “por deficiente e imperfeita”, pois, “com ela se fica na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que pode ler mal e não compreender as palavras”; além do que, acrescenta, as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Em sua opinião, uma edição diplomática só se justifica quando vem ao lado do fac-símile, “permitindo ao leitor acompanhar e policiar a leitura”. Para ele, o “ bom caminho”, no tocante aos manuscritos do séc. XV, seria a opção pela reprodução fac-similada – por espelhar o original e por facilitar a consulta aos investigadores interessados – ou a edição crítica. No caso desta última, o critério a ser adotado depende do número de testemunhos de que se dispõe. Em presença de múltiplos testemunhos, será indispensável estabelecer a cronologia dos manuscritos e, determinado o mais antigo, transcrevê-lo, tendo o cuidado de colacioná-lo com os demais e registrar no rodapé as variantes que melhor esclareçam o texto ou que revelem a evolução da língua. Em face de um único testemunho, “há que transcrever o manuscrito, observando certas normas capazes de assegurar que fica intacta a fase linguística espelhada pelo texto” (p. 23).

O autor enuncia a seguir regras que considera indispensáveis à boa e fiel transcrição de um manuscrito medieval:

- a) Substituição de *u* e *i*, quando em função consonântica, por *v* e *j*;
- b) Separação dos conglomerados, como *alluxuria* por *lluxuria*; ou *entoda* por *en toda*;
- c) Regularização do uso de maiúsculas nos nomes próprios;
- d) Desdobramento de abreviaturas;
- e) Introdução de acentos agudos e circunflexos, com parcimônia, sempre que estes puderem evitar confusões e dúvidas;
- f) Respeito às formas linguísticas da época, não modernizando, em nenhum caso, as mesmas;
- g) Regularização da pontuação, paragrafação e introdução de travessão nos diálogos;
- h) Respeito à grafia medieval, salvo nos casos já referidos, mantendo-se o *y*; os *ff-*; *rr-*; *ss-* iniciais; os *-ll* finais de sílaba; *qua-*, *quo-*, *gua-*, *guo-*, em *venguada*, *quomo*, *quaderno*, etc.;

- i) No tocante às vogais nasais, é de opinião que nos textos anteriores ao séc. XV, deve respeitar-se rigorosamente a grafia medieval e manter-se, portanto, o til, em escritas como tẽpo, vïho, testemõiho, etc.

Em nota de rodapé, Silva Neto corrobora a opinião do paleógrafo João Martins da Silva Marques, a propósito dos conglomerados. Reproduzimos aqui a citação (*Apud* SILVA NETO, 1956, p. 23):

São muito ponderáveis estas palavras do paleógrafo João Martins da Silva Marques: "Aquele sistema [de não separar as palavras] peca, parece-nos, por nimiamente – e inutilmente – rigoroso. Inutilmente, pois que a separação ou união das palavras era, em muitíssimos mss. medievais, produto do arbítrio, do capricho dos calígrafos e escribas, e a sua transcrição imitativa não oferece a mínima vantagem, antes concorre para embaraçar a leitura. De mais, se até mesmo em publicações que são acabados modelos do gênero, como os *Monumenta Germaniae Historica*, e se nos próprios trabalhos didáticos de paleografia e nas edições diplomáticas ninguém leva o rigor a um extremo que todos têm por contraproducente e confuso, senão por errôneo e absurdo, para que seguir aqui um sistema condenado? (*Estudos de Paleografia Portuguesa*, I, 1938, p. 78)

Esclarece o prof. Serafim que as normas enunciadas acima dizem respeito apenas aos manuscritos de até o séc. XV, inclusive, ou seja do chamado *período fonético* da ortografia portuguesa, no qual se procurava espelhar na escrita a pronúncia. Daí, os cuidados extremos que deve tomar o editor, a fim de que a sua transcrição não turve nem perturbe os traços fonéticos ou fonológicos acaso visíveis. Outra deve ser, entretanto, a atitude com relação aos apógrafos dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a escrita já se mostra inteiramente desfigurada pela influência da grafia latinizante, característica do período *pseudo-etimológico*. Nesse caso, recomenda a modernização da grafia (mas não da língua) e por isso não se deve manter os yy, as letras duplas e grupos como *rh*, *th*, etc.; e, em vez de respeitar todos os tipos de representação das nasais, deve-se uniformizá-las.

É preciso ainda levar em conta que um manuscrito, mesmo antigo, do século XV ou anterior, pode ser cópia menos feliz dum mais velho e, portanto, sujeita a enganos e interpretações erradas. Assim sendo, deve-se atentar bem para o sentido ou – no caso do original preservado (se se tratar de uma tradução, coisa muito comum na literatura medieval portuguesa) – cotejar-se com o texto latino de que procede. Lembra que tais normas se aplicam também a manuscritos hoje desconhecidos, mas de que se possui uma edição quatrocentista ou quinhentista (caso, por exemplo, do *Boosco delleytoso*). Quanto aos

do que se dispõe, além do manuscrito, da edição (*Vita Christi*, 1495, e *Espelho de Christina*, 1518), o autor aconselha transcrever o texto do manuscrito e registrar no rodapé as variantes do impresso, quando possuam interesse linguístico.

Indicadas as normas específicas para a edição de textos medievais, cumpre agora referir algumas *normas gerais*, indispensáveis à garantia de um texto fiel e bem editado:

- 1 – nada inserir ou omitir no original;
- 2 – desdobrar as abreviaturas do manuscrito; mas se houver qualquer dúvida, representá-las tal como aparecem;
- 3 – os algarismos, quer arábicos, quer romanos, devem ser copiados em sua forma original;
- 4 – notar todas as omissões, devidas à ilegibilidade ou mutilação, indicando a extensão delas;
- 5 – as alterações de tinta ou de estilo do escrito deverão ser anotadas, assim como quaisquer outras modificações na forma do documento;
- 6 – quando houver passagens que não possam ser transcritas do original, mas que possam ser obtidas de outras fontes, deverão ser impressas no mesmo tipo que o usado para o original, mas dentro de colchetes. Se, porém, elas forem conjecturais, deverão ser impressas em tipos diferentes;
- 7 – o início de cada página do documento deverá ser indicado no texto dentro de colchetes, dando-se o número da folha, com a indicação de reto ou verso ou, de preferência, na margem.

Tais regras foram aprovadas em 1923 pelo Comitê Histórico Anglo-Americano e, segundo o autor, merecem ser levadas em consideração.

Em seguida, Serafim da Silva Neto enuncia os erros mais comumente observados na leitura de manuscritos medievais, separando-os por categorias:

1. Erros devidos a má compreensão de letras

C e t

O filólogo remete-nos aos comentários de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1923, vol. I, p. 92) que observa ser tal equívoco muito frequente em Bernardim Ribeiro, já que este usava os tt curtos (à maneira medieval) frequentemente confundidos com o duplo c (como em *camanho* quando o contexto exigia tamanho).

O autor aponta o mesmo erro em várias obras, das quais colhemos alguns exemplos:

Vita Christi (incunábulo de 1495) – “*e aquella que deseja o miollo brita a uoz e o amargor da casta se cõpẽsa com a doçura do miollo*” (I, fl. 12v). Onde se lê *uoz*, leia-se *noz*; e onde se lê *casta*, leia-se *casca*. No segundo volume da mesma obra (fls. 11v), se imprimiu *maristo*, por *marisco*.

Alfredo Pimenta, em sua edição do texto português do *Fuero Real* (séc. XIII), de Afonso X, o Sábio, transcreve *prescumeyra* ao invés de *prestumeyra*, como devia ser.

1.1. Uer e um

Em o *Boosco delleytoso* (1515), tradução desenvolvida do *De vita solitaria*, de Petrarca, o tradutor português, provavelmente de posse de uma fonte deturpada da obra latina, leu *umbrosam* por *urbosam*.

1.2. R e N

Na *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, ed. do Visconde de Carreira, lê-se *regra* por *regna* em “*...nenhũu principe nom pode seer grande, se elle nom regra sobre grandes*”.

1.3. U e N

No *Livro da Montaria*, lê-se “*e que as estouvou [estovou] a pedaços*”, e que a leitura correta é *estonou* (tirar a casca).

1.4. F e S

O *S* alongado dos antigos, o *s* cursivo, confunde-se muito facilmente com o *f*, aos olhos inexperitos. Assim, que Gabriel Pereira leu no livro de *Pero Menino*, *reseitos* onde se devia ler *refeitos*. Ou em Cândido de Figueiredo, *Dicionário*, *refualar* no lugar de *resvalar*.

1.5. RR por IR

Este erro de leitura é comum em cancioneiros apógrafos que costumam veicular a forma *moirer*, sem existência real na língua. O autor observa que o infinitivo foi sempre *morrer*, embora existissem as formas *moiro* e *moira*.

2. Erros devidos a desconhecimentos de fatos linguísticos

- 2.1.** prepos. *en* + artigo *lo* – por aglutinação, tem-se *enlo* e, posteriormente, por nasalização *enno* (*ẽno*). Em várias edições transcreve-se *en o*, considerado erro grave pelo filólogo.
- 2.2.** fonética sintática – assimilação de *ae* > *ee* > *e*. O exemplo é apontado no *Auto da Índia*, de Gil Vicente, onde se lê: “*deita essa carne esses gatos/desfaze toda essa cama.*” No caso, como ensina Silva Neto, seria um erro grosseiro do crítico introduzir a preposição *a* antes do pronome *esses*, uma vez que a mesma já foi assimilada.
- 2.3.** Nos *Collóquios*, de Garcia d’Orta, no trecho: “*que fruta he aquella que está parando aquella moça*”, lê-se a forma *parar*, que significa *aparar*, como o contexto indica. O *a* inicial do verbo soldou-se ao verbo *ser* que o antecede (*está*). Contudo, o Conde de Ficalho, por desconhecer tal uso, transcreveu *parar*, como se lê em sua edição, truncando o sentido da frase.
- 2.4.** Na primeira edição dos *Trabalhos de Jesus*, de Frei Tomé, encontra-se: “*mas que tudo pouco & muito o ajuda á fervorar.*”. O conhecimento do fenômeno de fonética sintática importaria, numa edição crítica, a seguinte transcrição

do trecho: “*mas que tudo, pouco e muito, o ajuda a afervorar*. No caso, o acento agudo é indicativo de crase entre a preposição e o *a* inicial do verbo *afervorar*, devendo ser desdobrado.

- 2.5. J. J. Nunes, na obra *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, acentua com circunflexo a forma *dé*, que no séc. XIII rimava com *fé* e com *é*. Assim se lê em sua transcrição da cantiga de D. João Soares Coelho, v.13: “*rogu' el a Deus que lhi dê meu perdon*”, mostrando desconhecimento da pronúncia da época. Na mesma obra, na transcrição de um verso de uma cantiga de D. João Garcia de Guilhade, o medievalista comete equívoco semelhante, ferindo a pronúncia da época; assim lê-se em sua edição: “*Nem seu bom talh'a quem o á?*” quando o correto seria: “*nem seu bom talh'a a quẽ-no á?*”. Ainda Nunes, em outra cantiga do mesmo trovador, registra: “*e leixar já a volo tempo perder,*”, ignorando a forma provençal *ávol*. Como ensina Rodrigues Lapa (*Apud SILVA NETO, 1956, p. 30*), “o *avolo* do apógrafo da Vaticana não deve ser interpretado como *a vólo*, mas como o provençalismo *ávol* (ruim, mau)”. No galego moderno, a forma *avol* perdura ainda com o mesmo significado. O verso reconstituído deveria ser: “*e leixar já avol tempo perder*”. Manuel Rodrigues Lapa tenta explicar a razão do equívoco: “o escriba não conhecia o termo *ávol*, muito raro, e julgou tratar-se de *a volo*, *a vós lo*, ou, arbitrariamente, por analogia, pôs a terminação dos adjetivos masculinos” (*Apud, SILVA NETO, 1956, p. 30*). A interpretação de Nunes, além de semanticamente incorreta, acrescentou uma sílaba ao verso.

3. Erros devidos a ignorância de siglas e abreviaturas

Esclarece o filólogo que este é dos erros mais frequentes na transcrição de textos, seja por falta de atenção, seja por ignorância de siglas e abreviaturas. Aponta alguns na edição de Alfredo Pimenta, já referida neste estudo: *deprimento* por *departimento*, palavra arcaica que significa divisão e cujo sentido se ajusta perfeitamente ao contexto: “*Se algun arrãcar os marcos que sũ postos por*

deprimimento das erdades peyte X maravedis”... Na mesma obra se lê: *pente provinco por parente provinco* (parente próximo) no seguinte trecho: “*Quãdo algum acusar outro... e o acusado disser que nõ deve a respõder por que ha outro pente mays prouinco...*”.

4. Saltos-bordões

Por falta de atenção, o copista saltava uma ou várias linhas. Muitos destes erros foram apontados por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1949, p. 95) tanto na versão medievall portuguesa da *História de Vespasiano*, quanto na versão castelhana cotejada, como se observa a seguir:

Ed. Bonilla, p. 382	Ed. Esteves Pereira, p. 47
Señor Pilatos, yo vos dó por consejo que no embiedes el tributo ao Emperador nen lo tengades por señor ... mas le cumple a el que sea señor de Roma e de Lombardia.	Senhor Pilatus, eu vos dou de conselho que nom envieis o tributo ao emperador nem o tenhaes por senhor de Jerusalem; pois todo o povoo vos quer por senhor cumprelhe a elle que seja senhor de Roma e de Lombardia.
Cap. VII, p. 14, ed. Delbosc	Ed. Esteves Pereira, p. 47
E Gays el senescal se acordo e dixo a Jacob: “yo quiero fablar com Pilatos”; Jacob le dixo: “Yo jre com vos”; e a mos a dos vanse a Pilatos e fablaron le delante del templo de Salomon.	E o mestre-salla acordouse e disse a Jacob: Eu quero fallar com Pilatus ... E fallaron lhe diante do templo de Salomom.

5. Erros devidos a má-separação de sílabas

O autor aponta aqui um erro clássico cometido por Teophilo Braga – na edição *princeps* de *Crisfal* (Cristóvão Falcão) – em que leu: “*Tendo parecer divino/para melhor lhe quadre/cantar cantou de ledino.*” Imaginando tal cantar (ledino) como um novo gênero até então desconhecido, não percebeu que o verso dizia: “*cantar cantou dele dino*”, ou seja, cantar digno dele.

Na nota final ao capítulo, ensina o filólogo que o melhor meio de evitar erros e descuidos é ler as “minuciosas críticas feitas a edições que não merecem integral confiança, ou que tenham obedecido a critérios discutíveis”. A mesma utilidade terão as resenhas de obras consagradas por especialistas no assunto. A partir daí, o autor fornece uma extensa e indispensável bibliografia sobre o assunto, que não transcrevemos aqui por economia de espaço. Mas ci-

tamos alguns dos nomes mais representativos da lista, que reúne: Epifânio da Silva Dias, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Oskar Nobiling, H. R. Lang, Joseph Piel.

No capítulo seguinte, intitulado “Provas de manuscritos medievais portugueses”, Serafim adverte que “mais e melhor do que qualquer manual de paleografia, a leitura de textos medievais aprende-se com a prática” (p. 38). Para tanto, apresenta provas que habilitem o leitor a comparar o manuscrito com a transcrição dos textos. Selecionou manuscritos que abarcam desde o séc. XIV até apógrafos do séc. XVI, como o *Livro de José de Arimatéia*. A seleção dos textos não levou exclusivamente em conta o critério paleográfico, mas também incluiu aqueles que apresentassem interesse linguístico e literário. A partir daí, faz as transcrições dos textos que podem ser cotejados com os respectivos fac-símiles no final do volume.

No capítulo subsequente, intitulado “Subsídios para uma bibliografia de manuscritos medievais”, Silva Neto faz uma minuciosa descrição dos códices medievais disponíveis em bibliotecas europeias, empresa que reputa da maior importância, não deixando de observar que essa primeira tentativa não estará isenta de falhas e deficiências e que, como primeiro passo, deverá ser enriquecida e complementada. O autor tem consciência de que muitos códices terão escapado à sua pesquisa e que por certo se “escondem, avaramente nas bibliotecas portuguesas, cuja imensa riqueza ainda não foi integralmente explorada” (p. 55).

A pesquisa de nosso filólogo inclui a descrição de manuscritos medievais nas seguintes bibliotecas: A) Em Portugal: Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional da Torre do Tombo; B) Na Espanha: Biblioteca Nacional de Madrid, Biblioteca do Escorial, Academia Real da História, de Madri; C) No Reino Unido: British Museum; D) Na Itália: Biblioteca Nacional de Florença, Biblioteca Nacional de Nápoles, Biblioteca Vaticana; E) França: Biblioteca Nacional de Paris; F) Na Áustria: Biblioteca Palatina de Viena.

Os capítulos finais trazem as relações das obras editadas, das bibliotecas e obras perdidas e dos fac-símiles, representando uma contribuição e um labor não iguais a seu tempo.

Consideramos que esta obra do Prof. Serafim da Silva Neto é

um legado que deverá ser passado às novas gerações pelo muito que representa no âmbito da crítica textual, do estudo da língua e da literatura. Esperamos que o exemplo do pesquisador, o pioneirismo, a erudição e o rigor nos sirva de exemplo, para que possamos, de alguma forma, retribuir e agradecer as lições deixadas pelo Mestre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *DEMANDA do Santo Graal*: manuscrito do século XIII. Texto sob os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão*. Obras. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.

_____. *Notas vicentinas*. Preliminares de uma edição crítica de Gil Vicente (notas I a IV). Lisboa: Revista Ocidente, 1949.

DIFERENTES PERSPECTIVAS DOS ESTUDOS DOS NEOLOGISMOS

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br



ALVES, Ieda Maria (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas.* São Paulo: Paulistana, 2010. 291 p.

imalves@usp.br

Neste ano de 2011, o grupo liderado pela Prof^a Ieda Maria Alves conseguiu realizar brilhantemente o II Congresso Internacional de Neologia das Línguas Românicas, na Universidade de São Paulo, nos primeiros dias de dezembro, época em que já estava o livro que ela organizou e publicou, reunindo alguns dos melhores trabalhos do evento anterior.

Como ainda há quem ainda não a conhece, apresento aqui uma síntese de sua biografia acadêmica, transcrevendo o que ela disponibilizou em seu Currículo Lattes, indicando o endereço para quem desejar conhecê-la melhor: <<http://lattes.cnpq.br/1928032004153127>>:

Ieda Maria Alves possui graduação em Letras pela Universidade Católica de Santos, mestrado em Lettres Modernes pela Academie de Lettres de Besançon e doutorado em Linguistique – Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle), Livre-Docência pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou estágios de pós-doutorado na Université Paris 3, na Université Paris 7, no Institut de la Langue Française (Nancy e CTN-Paris), na Université Laval. Atualmente é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde ministra aulas na Graduação e na Pós-Graduação. É membro do conselho editorial da *Alfa* - Revista de Linguística, da revista *Estudos Linguísticos*, da revista do *GEL*, da revista *Neologica*, da revista *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*. É membro da Dictionary Society Of North America, da European Association of Lexicography, da Société de Linguistique Romane, da Rede Ibero-Americana de Terminologia

(RITerm), da Associação Brasileira de Linguística, membro colaborador da Rede Realiter e sócia correspondente da Academia Brasileira de Filologia. Tem experiência na área de linguística, com ênfase nos estudos do léxico, atuando principalmente nos seguintes temas: neologia, neologismo, lexicologia, lexicografia e terminologia.

Também não vou tentar fazer uma síntese melhor que fez a organizadora do livro, assim disponibilizada na quarta capa do volume:

Os estudos sobre neologia têm-se intensificado nas últimas décadas, como atestam vários dicionários de neologismos e trabalhos publicados sobre essa disciplina. Esses estudos interessam, especialmente, aos que estudam o léxico das línguas, pois refletem, em um determinado período, os processos de formação de palavras mais usuais, os afixos mais empregados e a entrada de estrangeirismos em um idioma. Despertam, também, o interesse do público em geral, pois as unidades lexicais neológicas representam as palavras criadas em decorrência das mudanças sociais e das necessidades dos falantes de uma comunidade linguística.

O conjunto dos trabalhos reunidos em *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas* apresenta estudos sobre a neologia em diversas línguas românicas. Esses estudos abordam a criação neológica sob diferentes perspectivas, tanto teóricas como aplicadas a estudos em *corpora* jornalísticos, literários, publicitários, de línguas de especialidade. Representam, assim, a vitalidade e a importância da neologia no âmbito dos estudos lexicais e linguísticos.

Trata-se, seguramente, de uma antologia de treze dos melhores trabalhos publicados ultimamente sobre o tema, principalmente porque os eventos da especialidade que se se têm realizado não publicaram suas atas ou não as disponibilizaram ao público, como suponho ter testado, buscando por eles nas páginas da Internet.

Seguirei de perto a ordem de apresentação dos trabalhos no livro, fazendo os atalhos necessários para os trabalhos que tratam de subtemas similares.

A **Apresentação** da Prof^a Ieda Maria Alves faz um breve relato dos principais observatórios de neologia nos países de línguas românicas e uma síntese dos capítulos de que se constitui o livro, que aqui aproveitamos em parte.

Nos três primeiros capítulos: 1- “La neología, campo disciplinar y aplicado: utilidad y problemas en el trabajo neológico de los Observatorios”, de María Teresa Cabré (p. 13 a 33); 2- “La neología italiana: panorama histórico, procesos de formación y nuevas tendencias en los neologismos de la prensa diaria”, de Giovanni Adamo (p. 35 a 61) e 3- “A neologia do português brasileiro de 1990 a 2009: tradição e mudança”, de Ieda Maria Alves (p. 63 a 82), trata-se dos observatórios de neologia e

seu funcionamento, especificando-se um pouco mais os casos dos observatórios do italiano e do português brasileiro.

Nos dois seguintes, 4- “Néologisme homonymique, néologisme polysémique et évolution de sens. Por une restriction de la néologie sémantique”, de Jean-François Sablayrolles (p. 83 a 100) e 5- “A metáfora na Teoria da Integração Conceptual de Gilles Fauconnier e Mark Turner: um fenômeno cognitivo”, de Leila Isabelita Pereira de Oliveira Rosa (p. 101 a 119), são examinados novos pontos de vista sobre o processo de formação neológica, definindo-se as “distinções entre neologia semântica e situações de neologia homonímica” assim como a “função da metáfora na formação de palavras” (Cf. p. 10).

Nos capítulos 6- “A expressão da afetividade em neologismos por sufixação”, de Bruno Oliveira Maroneze (p. 121 a 146) e 7- Novos formantes da língua portuguesa: análise dos fractoconstituintes presentes no ONP”, de Mafalda Antunes e Margarida Correia (p. 147 a 172), abordam as relações entre a neologia e a morfologia, tratando dos novos formantes do português europeu dos sufixos que expressam afetividade.

Nos três capítulos seguintes: 8- “Reflexões sobre a neologia alo-genética”, de Maria Aparecida Barbosa (p. 173 a 183); 9- “Aspectos semântico-discursivos e intertextuais da neologia midiática”, de André Valente (p. 185 a 201) e 10- “Creación neológica en el vocabulario de la Economía. El área temática de la Responsabilidad Social Empresarial”, de Josefa Gómez de Enterría (p. 203 a 228), Barbosa estuda aspectos dos estrangeirismos em língua portuguesa, Valente trata das relações discursivas e textuais e Enterría relaciona a neologia com a terminologia, apresentando novos aspectos formativos na terminologia.

Por fim, nos três últimos capítulos: 11- “A criação neológica estilística”, de Elis de Almeida Cardoso (p. 229 a 249); 12- “Publicidade: a linguagem da inovação lexical”, de Aderlande Pereira Ferraz (p. 251 a 276) e 13- “Publicidade: a linguagem da inovação lexical”, de Nelly Medeiros de Carvalho (p. 277 a 291), contemplam-se ainda as relações que a neologia estabelece com a estilística e com a publicidade, além de se indicarem as fontes principais em que as unidades lexicais neológicas são criadas, assim como os diversos tipos de criação neológica.

Como todos os autores disponibilizaram seu e-mail e o livro já não se encontra no comércio, pode se comunicar com os autores, clicando em seus nomes, para conseguir cópias dos respectivos artigos ou de outras versões deles para os seus trabalhos acadêmicos.

AS EXPRESSÕES POPULARES DE JOÃO GOMES

José Pereira da Silva (UERJ)



SILVEIRA, João Gomes da. *Dicionário de expressões populares da língua portuguesa: Riqueza idiomática das frases verbais. Uma hiperoficina de gírias e outros modismos luso-brasileiros.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. XXIV + 953 p.

<http://www.wmfmartinsfontes.com.br>

O *Dicionário de Expressões Populares da Língua Portuguesa*, assim como todos os dicionários, é uma compilação do acervo idiomático de alguma especialidade ou forma. E, no caso deste, é uma compilação de gírias e outros modismos luso-brasileiros que traz à tona a riqueza contida nas expressões e frases verbais, ou seja, nas frases ou expressões cujo núcleo, geralmente a primeira palavra da expressão, é um verbo.

Sua utilidade geral é incontestável, tanto para o usuário da língua portuguesa como primeira língua ou língua materna, quanto para o estrangeiro ou falante nato de outra língua, porque as expressões populares não se traduzem literalmente e lhes trazem dificuldades especiais, pois nem sempre são eles capazes de assimilar rapidamente os elementos culturais impregnados nelas.

Na “Nota introdutória (ou *Abrindo o verbo*)”, o professor João Gomes chama a atenção para o fato de que essa monografia,

tem por fim explicar os significados de um campo específico, o das *frases verbais*. Tenta ser fiel ao nosso acervo idiomático. Restringe-se às expressões – ou *sintagmas*, como querem os linguistas – puramente *verbais*. Ou seja, tal fraseologia passa a ter vida própria a partir da classe gramatical dos verbos.

Por vezes, alguns *verbetes* poderão ir à quase exaustiva apresentação das

várias versões, o que os torna ainda mais enriquecidos no terreno semântico. Suas frases foram meticulosamente recolhidas, sobretudo, dos dicionaristas e filólogos, dos estudiosos do folclore, dos meios de comunicação, da observação direta e das folhas da literatura luso-brasileira. (p. XIII)

Apesar de parecer muito limitativa sua proposta, não se trata de pequena contribuição, visto ser o verbo a base da comunicação, como bem o registrou na primeira das epígrafes escolhidas: **“No princípio era o Verbo...”** (João, 1, 1), porque tudo que existe sobre a Terra foi feito pela Palavra Criadora, segundo consta em um livro antigo, “No princípio,... a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo, mas... Deus disse: *Haja luz.*” (*Gênesis*, 1, 1-3)

Pelo que consta, Ele gostou de “usar o verbo” e começou aquela maratona de seis dias de trabalhos maravilhosos, terminando com a criação do homem, a quem deu mandou nomear e gerir tudo o mais, descansando no sétimo dia.

Mais adiante, o autor justifica o seu projeto:

A linguagem popular é um dom bem mais do domínio público que a de qualquer fachada que se pavoneia de *coisa pública*. Então, ousou repassar esse *glossário* aos seus grandes e verdadeiros credores – a grei dos usuários do idioma que falamos,... (*Idem, ibidem*).

E, “*pondo os pontos nos is*”, relaciona os seus objetivos, nas páginas XV e XVI, que são:

- **Apresentar expressões verbais de conteúdo idiomático;**
- **Decodificá-las semanticamente;**
- **Associá-las à linguagem coloquial;**
- **Circunscrevê-las nacional e/ou regionalmente;**
- **Subsidiá-las com informações e/ou exemplos.**

E entre as informações importantes que relaciona, acho que vale a pena destacar esta, que diz respeito a sua metodologia, que ressalta por questão de ética acadêmica:

Em inúmeros verbetes, surgem *exemplos* de outrem, recolhidos pela FONTE CONSULTADA, não por este *organizador*. Por vezes, eles ocorrem em casos de que até se dispõe de bibliografia. Essencial é que este guia, ou glossário, seja um texto expositivo. Daí virem anotados só o *autor* e sua respectiva *obra*, sem paginação da fonte. Procedeu-se assim por questão ética. O critério pode ser inusitado, todavia é o que bem ressoa à consciência. No papel de mero *organizador* deste *hipermercado* de expressões, sem veleidades maiores de originalidade, o procedimento, ainda que fuja à praxe acadêmica, ima-

ginamos ser o mais fidedigno e/ou fiel à realidade.

E conclui brilhantemente suas “Explicações prévias” com as seguintes palavras:

Que a teteia vire mistério fascinante. Reparto-a de bom grado, com estudantes, professores, jornalistas, publicitários, redatores, estudiosos em geral. Enfim, seja ambrosia para os amigos que mais irão degustar folhas idiomáticas, à beira de suas escrivatinhas (p. XVII).

E, já *botando a viola no saco* (p. XXI), ressalta que esse “dicionário pretendeu ser um tributo à extensão dos significados do *verbo*, através de *expressões idiomáticas*, ou quase idiomáticas, mas puramente expressões verbais”, colocando-o na abertura de cada verbete, “em cada bloco de expressões”.

Mas não deixa de se orgulhar do volume de sua contribuição, disfarçando-se na seguinte expressão reveladora, que sintetiza itens qualitativos importantes de sua obra: “Não é apenas o maior, também não é o melhor trabalho do gênero, porém, quanto à sua essência, ele é simplesmente único”.

E, para validar com um depoimento de peso acadêmico considerável, traz às falas José Saramago, dialogando-se virtualmente, há uma década: “*Todo lo que se ha dicho alguna vez se puede repetir adaptándolo a cada momento en que se usa; un refrán de un tiempo pasado, utilizado literariamente hoy, no tiene el mismo sentido.*” (Cidade do México, 27/02/2001).